

SEGUROS



MÚTUA

Relatório de Gestão e Contas Consolidado 2025

Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

ÍNDICE

I. Órgãos Sociais	5
II. Convocatória da Assembleia Geral	6
III. Relatório de Gestão	7
1. Enquadramento Económico e Social	
1. Enquadramento Económico e Social	
1.1. A economia portuguesa	
1.2. A atividade seguradora	
2. Factos relevantes do Grupo Mútua em 2025	8
2.1. Principais variáveis da atividade consolidada	9
2.2. Área Comercial	
2.3. Área Técnica	10
2.4. Área de Sistemas de Informação	
2.5. Área Financeira e de Resseguro	12
2.6. Área de Ação Cooperativa e Comunicação	
3. A atividade do Grupo Mútua em 2025	
3.1. Síntese da atividade	
3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto e Resseguro Aceite	13
3.3. Análise da carteira de prémios: Ponto Seguro	15
3.4. Análise da Sinistralidade	16
3.5. Resseguro	18
3.6. Cobranças	19
3.7. Investimentos	20
3.8. Capital Próprio Consolidado	21
3.9. Recursos Humanos	
3.10. Formação	
3.11. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno	22
3.12. A Cooperativa	
3.12.1. Segurança Marítima	
3.12.2. Projetos, Parcerias, Intercooperação e Associativismo	23
3.12.3. Setor Cooperativo e Social	24
3.12.4. Acompanhamento Social	
3.12.5. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários	
3.12.6. Informação e Comunicação	
3.12.7. Ações de Marketing e Publicidade	25
3.12.8. Coro Mútua	
4. Governação	
4.1 Alterações materiais ocorridas em 2025	
4.2 Estrutura de Governo	
4.2.1 Assembleia Geral	
4.2.2 Conselho de Administração	26
4.2.2.1 Comité de Gestão	
4.2.2.2 Comité de Quadros	
4.2.2.3 Comité Comercial	
4.2.2.4 Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno	
4.2.2.5 Comité de Cibersegurança	27
4.2.2.6 Comité de Avaliação da Adequação	
4.2.3 Conselho Fiscal	
4.2.4 Revisor Oficial de Contas	
4.2.5 Comissão de Avaliação e Vencimentos	
4.2.6 Conselho Nacional	28

ÍNDICE

4.2.7 Conselhos Regionais	
4.3 Estrutura de suporte ao sistema de governo	
4.4 Funções Chave	29
4.4.1. Gestão de Riscos	
4.4.2 Auditoria Interna e Verificação do Cumprimento	
4.4.2.1 Auditoria Interna	
4.4.2.2 Verificação do cumprimento	
4.4.3 Função Chave Atuarial	
4.5 Outras Funções	30
4.5.1 Provedor do Utente	
4.5.2 Encarregada de Proteção de Dados	
4.5.3. Função de Segurança da Informação	
5. Política de Remuneração	
6. Perspetivas para o triénio 2026-2028	32
7. Agradecimentos	
IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025	
Demonstração da Posição Financeira Consolidada	34
Demonstração de Resultados Consolidados	36
Demonstração do Rendimento Integral Consolidado	37
Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidado	38
Demonstração dos Fluxos de Caixa	40
V. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
Nota 1 Atividade e estrutura	41
Nota 2 Bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas	
Nota 3 Alterações às políticas contabilísticas	55
Nota 4 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras	57
Nota 5 Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	
Nota 6 Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	58
Nota 7 Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	
Nota 8 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	59
Nota 9 Terrenos e edifícios de uso próprio	60
Nota 10 Terrenos e edifícios de rendimento	61
Nota 11 Outros ativos tangíveis	62
Nota 12 Outros ativos intangíveis	63
Nota 13 Ativos de contratos de resseguro cedido	64
Nota 14 Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	66
Nota 15 Outros devedores por operações de seguros e outras operações	68
Nota 16 Ativos e passivos por impostos	69
Nota 17 Acréscimos e diferimentos	71
Nota 18 Afetação dos investimentos e outros ativos	
Nota 19 Passivos de contratos de seguro	72
Nota 20 Outros passivos financeiros	73
Nota 21 Outros credores por operações de seguros e outras operações	74
Nota 22 Capital social	
Nota 23 Reservas	75
Nota 24 Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	
Nota 25 Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	

ÍNDICE

Nota 26 Réditos de contratos de seguro	76
Nota 27 Gastos de contratos de seguro	
Nota 28 Réditos de contratos de resseguro cedido	79
Nota 29 Gastos de contratos de resseguro cedido	80
Nota 30 Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	
Nota 31 Rendimentos	81
Nota 32 Gastos financeiros	82
Nota 33 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	
Nota 34 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	
Nota 35 Perdas por imparidade (líquidas de reversão)	83
Nota 36 Gastos não atribuíveis	
Nota 37 Outros rendimentos/gastos técnicos	84
Nota 38 Outras provisões – variação	
Nota 39 Outros rendimentos/gastos	
Nota 40 Instrumentos financeiros	85
Nota 41 Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros	86
Nota 42 Gestão de riscos, objetivos e políticas	88
Nota 43 Gestão de capital	99
Nota 44 Compromissos e contingências	100
Nota 45 Empresas incluídas na consolidação	
Nota 46 Eventos após a data de balanço	101
Nota 47 Outros assuntos	
VI. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	103
VII. Certificação Legal de Contas	105

ÓRGÃOS SOCIAIS

Membros dos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Rui Manuel Barbosa Coelho e Campos

Vice-Presidente

Filipa Marta Torres Faria

Secretários

Agostinho Pereira da Mata

Jorge Fernando Leal Gonçalves

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

João Paulo Quinzico Delgado

Vice-Presidente

Álvaro José Rocha Bota Guia

Administradores - Efetivos

Arsénio Marques Caetano

Jerónimo Gomes Viana

Joaquim Manuel Simplício Anacleto

Sara Mara Paeta da Costa Domingues

Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Administradores – Suplentes

Manuel Coentrão Pontes

Renato José Rigueira Rodrigues

Rui Miguel Guedes da Rosa

CONSELHO FISCAL

Presidente

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda

Vogais – Efetivos

Jorge Serafim Silva Abrantes

Pedro Jorge Ferreira de Moura

Vogais – Suplentes

Ana Cristina Trigueiros da Rosa

Isabel da Graça Tavares da Hora Custodinho

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
representada por:

Revisor Oficial de Contas – Efetivo

Maria Balbina Boino Cravo

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E VENCIMENTOS

Presidente

Adelino Carranquinha Cardoso

Vogais

Luís Manuel Ventura Corceiro Mendes

José Marcelino Correia Castanheira

CONSELHO NACIONAL

Membros da Mesa da Assembleia Geral (por inerência)

Adriana Silveira Luz

Alberto Miguel Moreira Gomes da Silva Cardoso

Anabela Tavares Valente

António Fernandes

Diogo do Carmo Soares

Elísio Alexandre Caneira Mendes

Fábio José Cerveira Mateus

Lázaro Miguel Lima Pires Silva

Lídio Fernando Rodrigues Galinho

Nuno Miguel Penim Ribeiro

Silvano Campos Costa Ferraz Fernandes

Marta Pita Casanova Figueiredo (*representante
trabalhadores*)

CONSELHOS REGIONAIS

Norte

Centro

Sul

Algarve

Açores

Madeira

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, é convocada a **Assembleia Geral** da **Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.**, com o capital social variável mínimo de 6.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, n.º 57 - 6.º, 7.º e 8.º, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 16.616, para se reunir no dia **24 de maio de 2026, pelas 09.30 horas**, no Auditório dos Bombeiros Voluntários de Peniche, sito à Avenida do Porto de Pesca, Peniche, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.º** - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão Consolidado, documentos de Prestação de Contas Consolidadas, bem como da Certificação Legal de Contas Consolidadas e do Parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2025;
- 2.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de criação da Fundação Mútua dos Pescadores e de mandar o Conselho de Administração para a sua concretização;
- 3.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Estatutos da Fundação Mútua dos Pescadores;
- 4.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão à ICMIF - International Cooperative and Mutual Insurance Federation;
- 5.º** - Outros Assuntos relevantes.

Os documentos de apoio à reunião encontram-se disponíveis para consulta na sede e balcões da cooperativa, podendo ser solicitado o seu envio por correio eletrónico através do endereço geral@mutuapescadores.pt até ao dia 20 maio de 2026.

Nos termos do n.º 2, do artigo 35.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a assembleia **reunirá validamente meia hora depois com qualquer número de participantes.**

Lisboa, 7 de maio de 2026

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Rui Manuel Barbosa Coelho e Campos

RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADO DE 2025

1. Enquadramento Económico e Social

1.1. A economia portuguesa

A elaboração deste Relatório e Contas de 2025 decorre num contexto internacional marcado por forte instabilidade geopolítica e elevada incerteza. A persistência da guerra na Ucrânia, os conflitos no Médio Oriente e a tensão comercial global, agravada por tarifas e desequilíbrios estratégicos, continuam a impactar a geoeconomia mundial, as cadeias de abastecimento e os mercados financeiros, com efeitos diretos e indiretos sobre o crescimento, a inflação e o investimento.

Apesar deste enquadramento, as projeções do Banco de Portugal apontam para um crescimento estável da economia portuguesa: 2% em 2025, acelerando para 2,3% em 2026 e abrandando para 1,7% e 1,8% em 2027 e 2028, respetivamente. O dinamismo da procura interna, o alívio das condições financeiras e a execução dos fundos europeus têm sustentado esta evolução, embora os contributos das exportações e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) devam diminuir nos anos seguintes. A inflação deverá estabilizar em torno dos 2%, acompanhando a trajetória da zona euro, e o mercado de trabalho deverá manter níveis historicamente elevados de emprego, embora condicionado pela redução dos fluxos migratórios.

A OCDE confirma este cenário, antecipando um crescimento de 1,9% em 2025 e 2,2% em 2026, seguido de uma desaceleração em 2027. O crescimento salarial e a redução da inflação deverão apoiar o consumo, mas o fim dos apoios orçamentais e a conclusão do PRR poderão travar o investimento público e limitar a expansão económica. As previsões orçamentais apontam para um saldo equilibrado em 2025 e défices moderados nos anos seguintes, enquanto a dívida pública deverá manter uma trajetória descendente, aproximando-se dos 80% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2028.

Neste quadro, o principal desafio estratégico passa por garantir a sustentabilidade do crescimento num ambiente externo volátil e num contexto interno de envelhecimento populacional. O aumento da produtividade, a afetação eficiente dos recursos, a qualificação da força de trabalho e a estabilidade das contas públicas assumem-se como vetores críticos para a resiliência económica. Estes fatores foram devidamente considerados no planeamento estratégico do Grupo Mútua dos Pescadores.

1.2. A atividade seguradora

Em 2025, o mercado segurador em Portugal demonstrou um crescimento significativo, com o volume de prémios de seguro direto a aumentar 13% face ao período homólogo.

Efetuada uma análise por ramos, quer o ramo Vida, quer os ramos Não Vida, registaram aumentos, de 17,1% e 9,2% respetivamente.

No ramo Vida, os planos de poupança reforma (PPR) viram a sua produção aumentar 12,1%, embora o seu crescimento tenha acompanhado a tendência do ramo, o seu peso diminuiu 1,2 pontos percentuais face ao ano anterior (26% em 2025 e 27,2% em 2024).

Nos ramos Não Vida, a maioria dos ramos apresentaram um crescimento, sendo de destacar Doença (12,3%), Automóvel (9,9%), Acidentes de Trabalho (8,4%) e Incêndio e Outros Danos (8%).

No caso da Mútua dos Pescadores, os principais elementos condicionadores da sua evolução económica e financeira advirão, sobretudo, do comportamento dos principais setores em que a companhia exerce a sua atividade – a pesca e demais atividades ligadas à Economia do Mar, que mantêm sinais preocupantes, no que diz respeito à (in)disponibilidade de mão-de-obra qualificada e às limitações impostas à atividade da pesca. De sinal diferente identifica-se a evolução das atividades marítimo-turísticas ligadas ao crescimento da “indústria” do turismo e do lazer.

2. Factos relevantes do Grupo Mútua em 2025

O ano de 2025 ficou marcado, no plano interno, pelas eleições para os órgãos sociais que assegurarão os destinos da cooperativa até ao final de 2028. Com uma mobilização e participação significativa, confirmou-se a legitimidade da lista que se propunha dar continuidade a este projeto profundamente solidário e humanista.

Com a eleição da anterior Diretora Financeira e de Resseguro para o Conselho de Administração, foram nomeados uma nova Diretora e um novo responsável pela Função Chave Atuarial, promovendo uma reorganização nesta Direção de Serviços, nomeadamente com o reforço da área de Gestão de Riscos.

No final do ano, a anterior Diretora Geral informou da sua saída, por ter assumido funções noutra instituição, o que desencadeou o seu processo de substituição, que viria a ser concluído em janeiro de 2026.

Ainda no final do ano foi nomeado o Diretor e criada a nova Direção de Serviços de Tecnologias de Informação, incrementando a capacidade de análise e intervenção da cooperativa nas matérias da cibersegurança e da transição digital.

Confirmou-se, ao longo do ano de 2025, a tendência para o crescimento do recrutamento de trabalhadores imigrantes, designadamente oriundos da Indonésia, para a atividade da pesca, colocando desafios muito relevantes ao seu acolhimento nas comunidades, à sua integração, à defesa dos seus direitos e condições para o exercício da atividade; a par da necessidade de medidas adequadas para a promoção do envolvimento das novas gerações do nosso país nesta atividade económica tão importante.

O ano foi ainda marcado pelo anúncio da saída do Estado português da CASES, criando uma situação complexa e preocupante no que respeita ao acompanhamento e apoio à evolução, desenvolvimento e sustentabilidade do movimento cooperativo.

Na Mútua dos Pescadores, os Prémios Brutos Emitidos atingiram um valor superior aos 13 milhões de euros, acima do objetivo traçado, resultado atingido com o esforço de todos, em estreita relação com as comunidades, num processo de crescimento contínuo e consistente da Mútua dos Pescadores.

2.1. Principais variáveis da atividade consolidada

(valores em euros)

QUADRO 1 - PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE			
	2025	2024	Variação (%)
Demonstração da Posição Financeira			
Investimentos	48 376 731	44 231 041	9,4%
Ativo Líquido	59 756 632	55 811 791	7,1%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	25 226 599	24 654 320	2,3%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida/de serviços futuros	1 683 719	1 559 163	8,0%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida/de serviços passados	23 542 880	23 095 158	1,9%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida líquidos de resseguro	18 934 891	19 220 400	-1,5%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida/de serviços passados líquidos de resseguro	17 896 942	18 161 976	-1,5%
Capital Próprio	21 523 870	19 271 480	11,7%
Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos	13 322 561	12 518 493	6,4%
Réditos de contratos de seguro	13 198 005	12 439 486	6,1%
Gastos de contratos de seguro	10 411 340	11 332 870	-8,1%
Sinistros ocorridos e alterações relativas a serviços passados	7 345 167	8 301 939	-11,5%
Custos de sinistros atribuíveis a contratos de seguro	1 128 660	1 124 668	0,4%
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	1 142 069	1 136 103	0,5%
Outras despesas atribuíveis	795 443	770 160	3,3%
Réditos de contratos de resseguro cedido	2 979 382	3 987 136	-25,3%
Gastos de contratos de resseguro cedido	3 518 946	3 337 941	5,4%
Resultado de contratos de seguro líquidos de resseguro	2 247 101	1 755 811	28,0%
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(356 055)	(351 287)	1,4%
Resultados dos Investimentos	1 426 445	1 291 612	10,4%
Gastos não atribuíveis	1 518 024	1 370 513	10,8%
Out. Rendimentos/gastos não técnicos	(4 732)	3 547	-233,4%
Resultado Técnico	1 794 736	1 329 171	35,0%
Resultado Líquido	1 650 446	1 324 355	24,6%

2.2. Área Comercial

A Mútua dos Pescadores, a 31 dezembro 2025, revelou um crescimento de prémios comerciais de 6,92%. Este crescimento revela uma melhoria significativa na produção relativamente ao ano anterior e decorre do progresso e expansão da seguradora na última década.

Das várias zonas comerciais, apenas uma apresenta um decréscimo, decorrente das adversidades vividas em parcelas da pesca em Portugal.

A atividade da pesca, mantém-se num quadro de grandes adversidades, desde a redução das quotas de captura de algumas espécies, a escassez de mão-de-obra, a falta de manutenção e a consequente deterioração de alguns portos de pesca e entrepostos, a idade avançada das embarcações, a definição de áreas marinhas protegidas sem acautelar os impactos nas comunidades piscatórias, entre outros.

Estes contratemplos e obstáculos dificultam o crescimento da cooperativa neste setor. Devemos, no entanto, destacar e salientar um crescimento assinalável na náutica de recreio e na atividade marítimo-turística.

Em 2025, prosseguimos o trabalho de robustecimento de coberturas, com soluções ímpares do restante mercado segurador especialmente para a atividade marítimo-turística.

A Ponto Seguro em 2025 cresceu 1,73% no Ramo Vida, no Ramo Não Vida cresceu 6,8%.

2.3. Área Técnica

O ano de 2025 foi particularmente exigente para o Departamento Técnico, na normalização e automatização de tarefas, na criação de novos produtos, na atualização de tarifas, mas também com mudanças da estrutura de recursos humanos, com entrada e saída de trabalhadores do Departamento Técnico. Para além das exigências já expostas, o ano de 2025 fica marcado por sinistros com carácter bastante rigoroso, não só pelas perdas materiais, mas também pela perda de vidas.

O ano passado fica marcado por uma sinistralidade incidente, nos seguros de acidentes de trabalho, de acidentes pessoais e marítimo no caso do 4.º trimestre. Estes sinistros exigiram um acrescido esforço dos gestores de sinistros, pelo volume acentuado de processos em desenvolvimento.

Na vertente de recursos humanos, verificaram-se algumas alterações no quadro de pessoal, o que levou a maiores dificuldades na atempada gestão de processos, quer na área de subscrição quer na área de sinistros. O Departamento Técnico esteve empenhado na construção de fluxos de trabalho para a gestão de sinistros, gestão de processos médicos e gestão de fluxo de vida das apólices.

As tarifas e a sua modernização, mereceram uma particular atenção. Em 2025 foi possível atualizar a tarifa do seguro de marítimo-casco. Foi criada uma tarifa para seguro de acidentes de trabalho independentes, bem como o respetivo manual tarifário. Mereceu atenção o manual tarifário do seguro de acidentes pessoais, que foi atualizado e entrará em produção no ano de 2026.

Além das tarefas já elencadas, o Departamento Técnico manteve a sua atividade diária com regularidade, nomeadamente, no acompanhamento à carteira de seguros e na avaliação periódica das taxas praticadas em cada seguro individualmente. As vistorias a embarcações de Pesca, Náutica de Recreio e atividade Marítimo-Turística, com prevalência para as embarcações mais antigas e com capitais mais elevados, foram alvo de avaliação, para um equilíbrio entre o capital seguro e o valor real do bem.

Os contratos de prestação de serviços de saúde, para os sinistrados de acidentes de trabalho, foram atualizados. A necessidade de diversificação dos prestadores de serviços de avaliação do dano físico, da peritagem do bem material e da sua avaliação regular, levou ao fortalecimento da procura de novos operadores do mercado, o que se vem concretizando.

A formação dos trabalhadores do Departamento Técnico mantém-se como área de intervenção central, tendo-se continuado a formação, com particular incidência na atividade seguradora.

Na Ponto Seguro o trabalho do departamento técnico em conjunto com outros quadros da área comercial e de assessoria técnica, manteve a importante tarefa de reformular múltiplos documentos relacionados com os procedimentos de contratação pública. Foram igualmente elaboradas e instituídas diversas normas e procedimentos (técnico/ administrativos) dando cumprimento a todos os normativos e requisitos legais que regulam a atividade.

2.4. Área de Sistemas de Informação

A renovação da infraestrutura de comunicações de dados e voz foi devidamente aprovada e o processo de implementação encontra-se concluído no que respeita ao upgrade planeado para o ano 2025.

Este projeto teve como objetivo modernizar a infraestrutura tecnológica, garantindo maior capacidade, fiabilidade, desempenho e segurança nas comunicações internas e externas da organização.

A conclusão do upgrade representa um passo estratégico na melhoria da qualidade dos serviços de rede, assegurando melhor suporte às necessidades operacionais atuais e futuras.

A implementação global da renovação da infraestrutura encontra-se enquadrada no plano estratégico definido, com a conclusão total do projeto no final do ano de 2025.

Foi realizado o upgrade tecnológico da infraestrutura de comunicações, com upgrade do circuito principal (FO), permitindo um aumento significativo dos débitos de transmissão de dados.

Este reforço de capacidade veio melhorar substancialmente o desempenho, a estabilidade e a disponibilidade das comunicações, assegurando maior largura de banda para suportar as necessidades operacionais atuais e futuras da organização.

Adicionalmente, foi construída uma conduta de comunicações dedicada e exclusiva ao Datacenter da organização no Edifício Mútua dos Pescadores, garantindo maior segurança, segregação física da infraestrutura e resiliência do sistema.

Esta intervenção permite reduzir riscos operacionais, minimizar pontos únicos de falha e reforçar a continuidade de negócio, alinhando a infraestrutura com boas práticas de segurança e disponibilidade.

O projeto de Gestão Documental como um todo, transversal à organização, em fase final da sua implementação com a estruturação de novos workflows para o Departamento Técnico, Financeiro e de Sistemas de Informação.

Outro ponto de destaque foi a implementação de novos Webservices destinados à automatização de processos de negócio, reforçando a integração entre sistemas e permitindo fluxos de trabalho mais ágeis, precisos e menos dependentes de intervenção manual. Esta iniciativa visa potenciar a eficiência operacional e apoiar a tomada de decisões de forma mais rápida e informada, consolidando a tecnologia como um verdadeiro vetor estratégico da organização.

Foi implementado um novo portal do trabalhador em 2025, que permitirá a marcação do tempo de trabalho, a justificação de faltas e a o planeamento de dias de férias.

No ano de 2025 o Departamento de Sistemas de Informação manteve a sua participação na implementação de medidas de proteção, controlo e monitorização de dados pessoais no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). E, o contínuo fortalecimento da segurança da informação e compliance com o DORA e NIS2.

A formação dos trabalhadores do Departamento de Sistemas de Informação continuou a ser central para a melhoria contínua do trabalho desenvolvido individualmente por cada um dos trabalhadores, mas também de forma coletiva.

O Departamento de Sistemas de Informação manteve o seu contínuo apoio no desenvolvimento e colocação de produtos no eGIS.

Ficou definido em plano de projetos, a continuidade na modernização da infraestrutura de comunicações de dados no Edifício Mútua e Balcões, a reestruturação e segmentação do Networking no Datacenter (Switching/Routing), a implementação de redundância no Datacenter para assegurar continuidade e resiliência operacional, em cumprimento ao PCN (Plano de Continuidade de Negócio).

O contínuo desenvolvimento e implementação de novos Webservices para automatização de processos de negócio.

Foi também aprovado o projeto de implementação do myGIS, incluindo a Conciliação Bancária para o Departamento de Contabilidade.

O Departamento de Sistemas de Informação, concluiu em setembro de 2025 com sucesso o projeto de upgrade para a versão 6.33 do seu CORE – GIS (Gestão Integrada de Seguros) incluindo também a instalação do Integration HUB para a integração com webservices.

No âmbito do desenvolvimento tecnológico continua a ser necessário aumentar o nível de atenção com a segurança dos sistemas informáticos, face aos Ciberataques, que as organizações podem estar sujeitas. A Cibersegurança passou a estar na ordem do dia e foi necessário alocar mais meios de proteção. Com investimentos em tecnologia como CrowdStrike e para pentestings Ethhack.

Na Ponto Seguro, em 2025, deu-se continuidade à aposta na utilização dos meios digitais e redes sociais para promoção dos seus serviços. O site sofreu algumas atualizações e foram também melhoradas algumas ferramentas e aplicações, imprescindíveis à manutenção da qualidade de serviço prestado aos clientes.

2.5. Área Financeira e de Resseguro

Dando seguimento às medidas de acompanhamento, foram intensificados os processos de monitorização da carteira de investimentos, da solvência e do controlo da liquidez. O acompanhamento e controlo trimestral das despesas gerais continuaram a ser realizados de acordo com as normas estabelecidas. As auditorias internas foram mantidas conforme o plano anual, com foco na avaliação contínua da eficácia dos processos implementados.

No âmbito do exercício de autoavaliação do risco e da solvência, mantiveram-se os cenários definidos na Política de Autoavaliação do Risco e da Solvência, com base na evolução da conjuntura económica e nas perspetivas para os próximos anos, e foram incorporados “Cenários de sustentabilidade” e “Cenários relacionados com as Tecnologias de Informação e Comunicação”, estes últimos numa avaliação qualitativa.

A monitorização dos indicadores de performance (KPI) e dos indicadores de risco (KRI) foi mantida, garantindo o acompanhamento contínuo do desempenho da empresa.

Adicionalmente, foi realizado o orçamento plurianual (2026-2028), o qual reflete a estratégia delineada pelo Conselho de Administração, com a manutenção das principais orientações estratégicas para o desenvolvimento da Mútua dos Pescadores no horizonte de três anos.

Na Ponto Seguro, na área financeira, manteve-se o controlo dos diversos procedimentos, com o intuito de melhorar os níveis de rigor operacional, procurando simplificar e eliminar redundâncias, otimizando a utilização do sistema de informação através da evolução tecnológica ao nível dos dados e do conhecimento adquirido.

2.6. Área de Ação Cooperativa e Comunicação

Destaca-se o processo eleitoral da cooperativa, que elegeu os órgãos para o quadriénio 2025-2028, tendo-se apresentado uma lista às eleições, sob o mote “Seguros hoje para garantir o amanhã”, com um projeto de continuidade do mandato anterior. No âmbito do Ano Internacional das Cooperativas, a Mútua dos Pescadores, em parceria com a autarquia de Sesimbra, organizou uma iniciativa nacional que juntou diversas organizações do setor cooperativo no mês de novembro.

3. A atividade do Grupo Mútua em 2025

3.1. Síntese da atividade

A Mútua dos Pescadores manteve o crescimento do seu volume de prémios, encerrando 2025 com uma produção de Prémios Brutos Emitidos de 13.322.561 euros, o que representou um crescimento de 6,4% em relação a 2024.

Na atividade corrente, destacam-se aumentos nos prémios em todos os ramos, com exceção em Incêndio que permaneceu inalterado.

Em 2025, o valor total dos custos com sinistros ascendeu a 7.345.167 euros, marcando uma diminuição de 11,5% em relação a 2024, impulsionado principalmente pela redução em Marítimo de 42,61%.

As Despesas Gerais aumentaram 4,2% em relação a 2024, com destaque para o crescimento das despesas com órgãos sociais (+54,2%) e para as remunerações de mediação que aumentaram 10,5%. De salientar que este crescimento das despesas gerais se encontra perfeitamente suportadas com o crescimento dos réditos de contratos de seguro os quais atingiram 6,1%.

Na vertente financeira, a carteira de Investimentos alcançou os 49.212.220 euros no final de 2025, mantendo-se em linha com a “Política de Investimentos”, a qual prioriza a diversificação e critérios de prudência na seleção dos ativos.

O resultado do exercício antes de Impostos foi positivo em 1.912.098 euros, e, após impostos, atingiu 1.650.446 euros, sendo a diferença explicada por impostos correntes de 310.400 euros e impostos diferidos de 48.747 euros.

A Ponto Seguro consolida integralmente na Mútua dos Pescadores, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Relativamente à produção, a Ponto Seguro S.A. registou em relação ao exercício anterior, um aumento de 6,55% em termos de Prémios Comerciais Cobrados, passando de 18.568.787 euros em 2024 para 19.785.544 euros em 2025 e de 5,71% em termos de comissões, que passaram de 2.196.110 euros para 2.321.520 euros.

3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto e Resseguro Aceite

(valores em euros)

QUADRO 2 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS			
Ramos	2025	2024	Variação (%)
Acidentes de Trabalho	7 724 445	7 168 704	7,75%
Acidentes Pessoais	1 292 510	1 259 988	2,58%
Incêndio	957	957	0,00%
Multirriscos	295 545	240 870	22,70%
Marítimo	4 009 105	3 847 974	4,19%
Total	13 322 561	12 518 493	6,42%

O total da produção cresceu 6,42%, passando de 12.518.493 euros em 2024 para 13.322.561 euros em 2025. Esse aumento reforça a tendência de crescimento na produção.

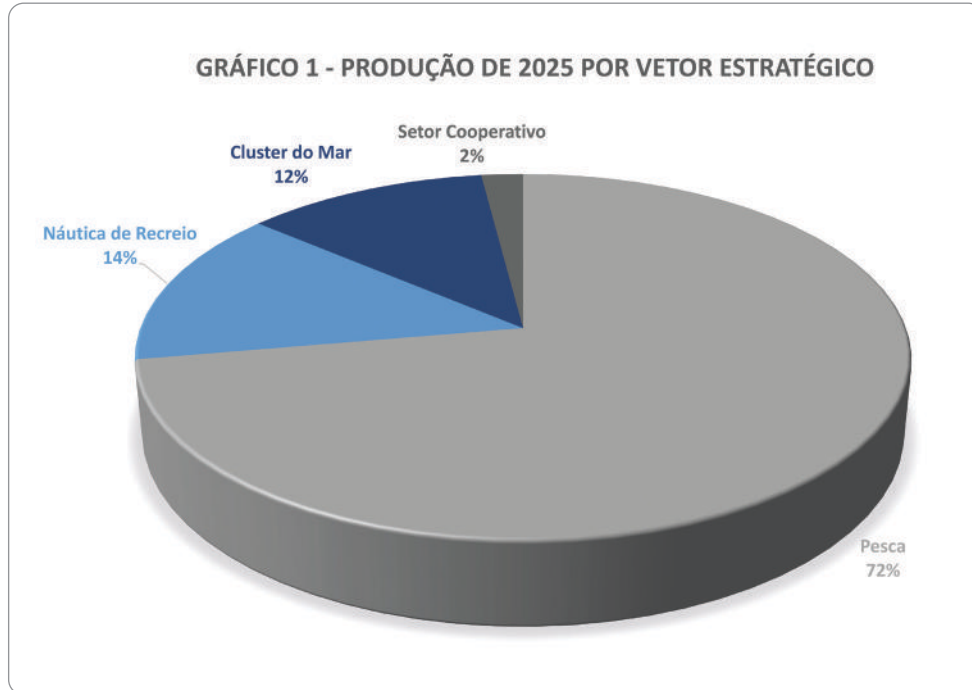
- Acidentes de Trabalho: Houve um aumento de 7,75%, passando de 7.168.704 euros em 2024 para 7.724.445 euros em 2025. Este ramo representa uma parte significativa da carteira. Este crescimento está fortemente ligado à “Segurpesca XXI” (+14,59%).
- Acidentes Pessoais: Apresentou um crescimento de 2,58%, subindo de 1.259.988 euros para 1.292.510 euros. Destaque para o aumento das “Outras atividades” (9,29%) e da “Náutica de Recreio” (7,47%) e para a diminuição da atividade da “Pesca” (5,99%).
- Incêndio: Não houve variação, permanecendo constante em 957 euros.
- Multirriscos: Este ramo teve um aumento muito significativo de 22,70%, passando de 240.870 euros em 2024 para 295.545 euros em 2025.
- Marítimo: Houve um aumento de 4,19%, subindo de 3.847.974 euros para 4.009.105 euros. Este crescimento foi essencialmente suportado pelas atividades de “Náutica de Recreio” (8,18%).

Desde a aplicação da IFRS 17, o conceito de Prémios Brutos Emitidos deixa de estar explícito na “Demonstração de Resultados”, tendo surgido o conceito de “Réditos de Contratos de Seguro”. Este valor integra os Prémios Brutos emitidos (PBE) e a variação da Provisão para prémios não adquiridos de seguro direto (PPNA) correspondendo assim aos Prémios Adquiridos de Seguro Direto.

(valores em euros)

QUADRO 3 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS VS RÉDITOS		
Ramos	2025	
	PBE	Réditos
Acidentes de Trabalho	7 724 445	7 695 135
Acidentes Pessoais	1 292 510	1 284 621
Incêndio e Elementos da Natureza	957	957
Multirriscos	295 545	299 016
Marítimo	4 009 105	3 918 276
Total	13 322 561	13 198 005

Estrutura da Carteira de Prémios



A distribuição de prémios pelos vetores estratégicos tem permanecido estável, com o setor da Pesca a representar 72% da produção, consolidando-se como a grande área de especialização da Mútua.

Estrutura da Carteira de Prémios por Ramos

A carteira em 31 de dezembro de 2025 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:



Em 2025 a distribuição por ramos manteve-se inalterada face aos anos anteriores, permanecendo Acidentes de Trabalho com o maior peso (57%).

3.3. Análise da carteira de prémios: Ponto Seguro

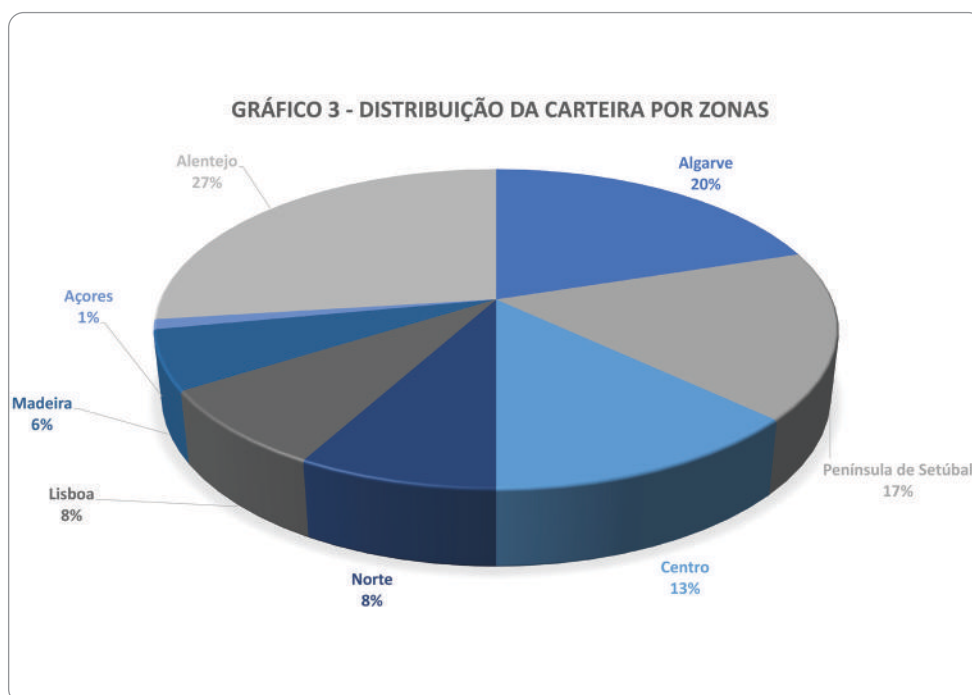
Carteira por Seguradora

Prosseguindo a orientação dos últimos anos, renegociaram-se os acordos comerciais com as diversas Companhias de Seguros, procurando um maior equilíbrio e adequação à realidade da carteira da Ponto Seguro, sempre com intuito de dotar os balcões com os melhores instrumentos de subscrição e de uma oferta alargada de produtos e soluções para as necessidades dos diferentes tipo de clientes.

A distribuição da carteira pelas Seguradoras com que a Ponto Seguro possui protocolos comerciais, manteve-se em 2025, muito semelhante ao exercício anterior. A seguradora Fidelidade (+1,90%) mantém a sua posição de líder no ranking de seguradoras com que a Ponto Seguro trabalha. As maiores subidas são da Allianz (20,09%) e Tranquilidade (17,76%). A seguradora UNA sobe consideravelmente em termos percentuais, mas o valor absoluto é, em termos de carteira, ainda baixo.

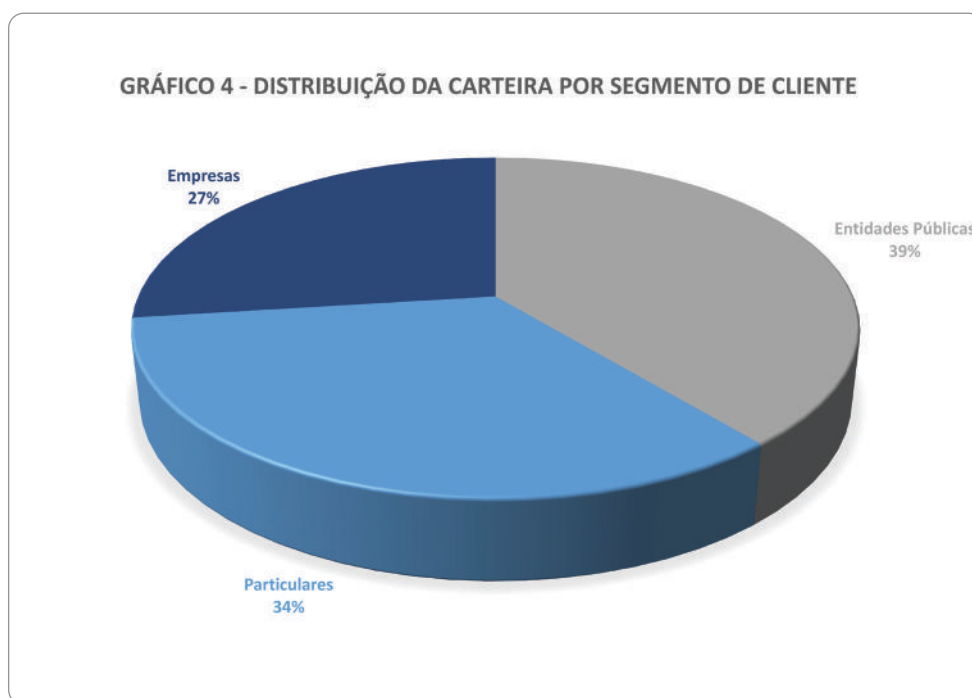
Carteira por Zonas

Na atividade das várias zonas, comparando com o ano de 2024, verificam-se crescimentos mais significativos nas zonas Lisboa (31,47%), Centro (26,36%), Algarve (9,43%) e uma queda expressiva na Zona Norte (-9,15%). No gráfico seguinte, apresenta-se a distribuição da carteira por zonas, onde se verifica que 64% da carteira é gerida pelas zonas do Alentejo, Algarve e Península de Setúbal.



Carteira por linha de negócios

Em 2025 é de assinalar o crescimento expressivo em termos de Prémios Comerciais Cobrados no segmento das Entidades Públicas (7,95%), verificando-se um crescimento também nos Particulares (5,98%) e nas empresas (5,30%).



Comparativamente a 2024, verifica-se uma manutenção da distribuição relativa entre os três segmentos. O segmento empresas mantém-se nos 27,0%, e as entidades publicas passam de 38% para 39%, por contrapartida do segmento dos particulares, que passam de 35% para 34%.

3.4. Análise da Sinistralidade

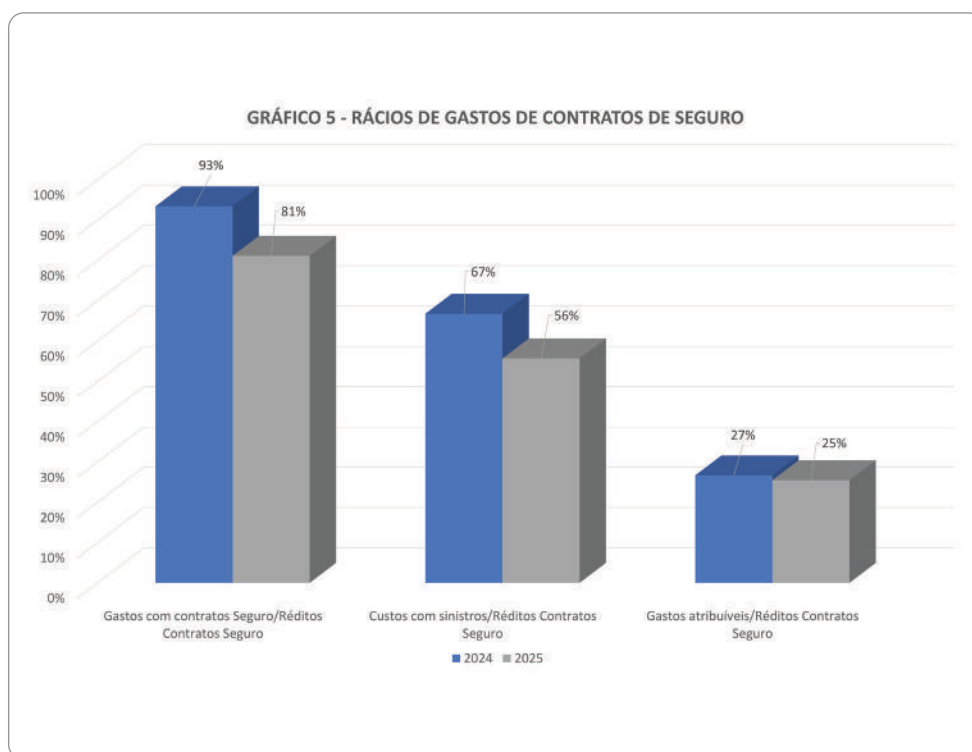
A dezembro de 2025 estes eram os principais rácios:

(valores em euros)

	QUADRO 4 - RÁCIOS DE GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO POR RAMO											
	AT		AP		Incêndio		Multirriscos		Marítimo		Global	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Gastos com contratos Seguro/Réditos Contratos Seguro	77,02%	77,86%	78,76%	73,66%	30,49%	31,85%	165,14%	62,69%	83,45%	131,01%	81,09%	93,37%
Custos com sinistros/Réditos Contratos Seguro	51,83%	51,40%	51,70%	45,11%	0,00%	0,00%	138,14%	37,15%	58,18%	104,61%	55,65%	66,74%
Gastos atribuíveis/Réditos Contratos Seguro	25,20%	26,45%	27,06%	28,55%	30,49%	31,85%	27,00%	25,54%	25,27%	26,40%	25,44%	26,63%

Em 2025, registou-se um elevado crescimento na sinistralidade em Multirriscos associada à Depressão Martinho. Em termos de mortalidade, foram registadas 12 mortes no total, 10 na Pesca com impacto em Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais e duas em Marítimo-Turística na vertente de Acidentes Pessoais.

Em termos globais, verifica-se uma melhoria de todos os rácios, conforme se pode constatar no gráfico seguinte:



Os Custos com Sinistros

O montante total dos custos relacionados a sinistros atingiu, em 2025, a quantia de 7.345.167 euros, o que representa uma diminuição de 11,5%, fortemente impactado pelo ramo Marítimo, que registou uma redução de 42,6%.

(valores em euros)

	QUADRO 5 - GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO											
	AT		AP		Incêndio		Multirriscos		Marítimo		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Montantes pagos	4 014 236	3 519 211	224 952	481 320	-	-	138 146	106 039	2 614 377	2 015 386	6 991 711	6 121 956
Var. Prov. Sinistros	(26 055)	161 171	439 200	79 468	-	-	274 930	(17 547)	(334 618)	1 956 892	353 457	2 179 983
Custos com sinistros	3 988 181	3 680 381	664 152	560 787	-	-	413 076	88 492	2 279 758	3 972 278	7 345 167	8 301 939
Imputação - Gastos atribuíveis	1 808 121	1 753 845	283 513	300 840	232	246	65 805	46 056	908 502	929 943	3 066 172	3 030 931
Gastos de Contratos de Seguro	5 796 302	5 434 227	947 664	861 628	232	246	478 881	134 548	3 188 260	4 902 221	10 411 340	11 332 870

(valores em euros)

QUADRO 6 - RÉDITOS DE CONTRATO DE RESSEGURO CEDIDO												
	AT		AP		Incêndio		Multirriscos		Marítimo		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Montantes Pagos Resseg.Cedido	320 923	159 809	48 304	175 540	-	-	124 331	95 436	1 934 622	1 494 417	2 428 180	1 925 202
Var.Prov.p/Sinistros Resseg.Cedido	202 830	318 934	240 581	77 161	-	-	256 312	(11 635)	(148 521)	1 677 604	551 202	2 062 063
Réditos de Contratos de Resseguro Cedido	523 754	478 743	288 885	252 701	-	-	380 643	83 801	1 786 100	3 172 021	2 979 382	3 987 265

3.5. Resseguro

Resseguro Cedido

A Mútua dos Pescadores recorre ao resseguro como uma estratégia para mitigar e controlar os riscos aceites, além de garantir uma carteira de riscos mais equilibrada.

Celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora, apresentando os seguintes tipos de contratos:

Ramos Não Vida	Ramos Não Vida
Acidentes de Trabalho	Não proporcional
Acidentes Pessoais	Não proporcional e proporcional
Incêndio e outros danos	Proporcional
Marítimo	Não proporcional e proporcional

O saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se favorável aos resseguradores.

(valores em euros)

QUADRO 7 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO		
	2025	2024
Prémios de Resseguro Cedido	(4 569 242)	(4 178 863)
Var.ativos contratos de resseguro cedido/de serviços futuros	68 402	25 873
Comissões de Resseguro Cedido	981 894	815 049
Montantes Pagos	2 428 180	1 925 202
Var.ativos contratos de resseguro cedido/de serviços passados	551 202	2 061 934
Juros sobre reservas	(121 652)	(136 356)
Saldo	(661 217)	512 840

Priorizamos uma relação a longo prazo com os resseguradores, incentivando a sua participação em todos os ramos de forma equilibrada, de modo ao acompanhamento global da atividade.

A seleção dos resseguradores é realizado com base na sua solidez financeira, fiabilidade, reputação no mercado e avaliação de crédito (*rating*).

(valores em euros)

QUADRO 8 - RATING RESSEGUADORES		
Ressegurador	Rating	Agência
NACIONAL DE REASEGUROS SA	A	AM BEST
ODYSSEYRE	A+	AM BEST
R+V VERSICHERUNG AG	A+	S&P
MAPFRE RE	A+	AM BEST

Resseguro Aceite

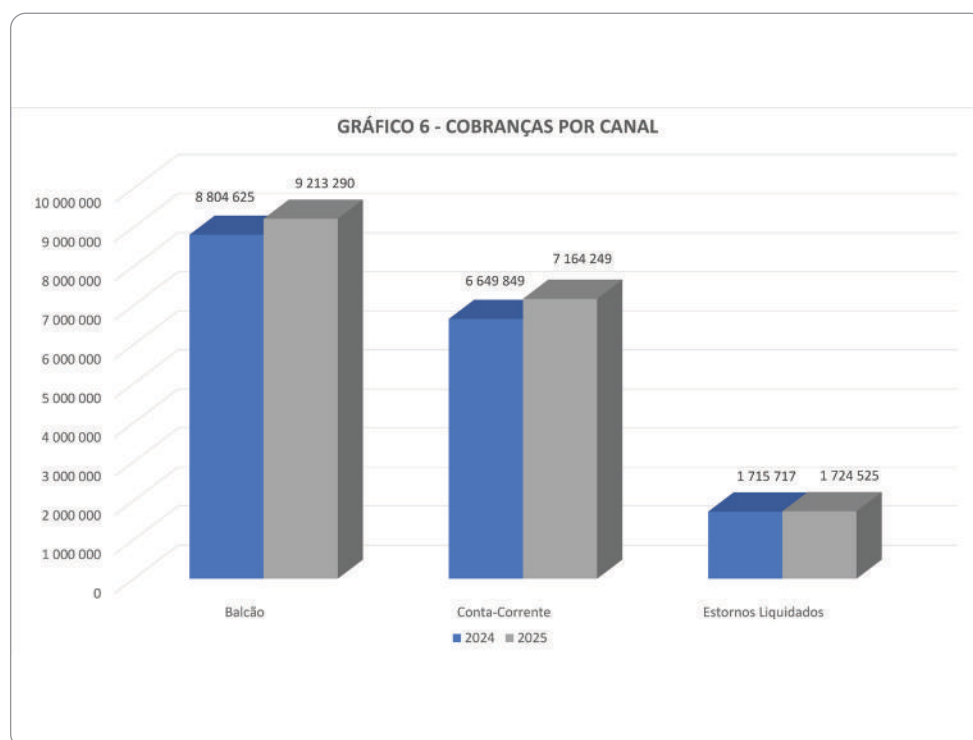
Em 2025 a Mútua dos Pescadores manteve o Contrato de Resseguro Aceite em regime de *fronting* com a Fidelidade Moçambique.

3.6. Cobranças

Em 2025 observou-se um desempenho positivo nas cobranças. Foram cobrados 14.653.014 euros de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um crescimento de 6,65% em comparação com 2024.

Ao proceder à análise por canal de cobrança (recibos cobrados), verificou-se um aumento de 7,74% nas cobranças efetuados em Conta Corrente e ao balcão de 4,64%.

Os Estornos apresentaram um ligeiro acréscimo de 0,51%.



No movimento de Lotas, registou-se um ligeiro crescimento global de 1,9%, fortemente impulsionado pela Zona Norte (25%) e registando quebras significativas na Zona Sul (15,5%) e na Madeira (13,8%).

3.7. Investimentos

A Mútua manteve a sua estratégia conservadora, essencialmente focada em ativos de rendimento (Obrigações de Dívida Pública e Corporate) com maturidades mais curtas.

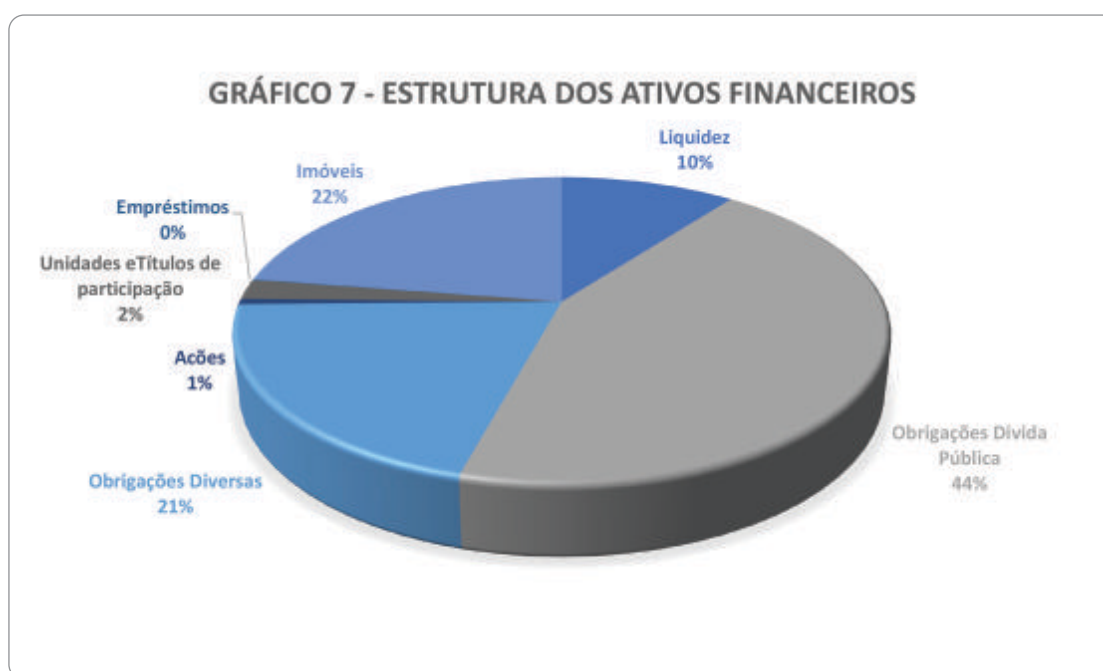
A carteira de ativos financeiros é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e Corporate), que representam cerca de 64% do valor global, e por Imóveis que representam 21%.

Houve uma particular atenção à liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo) que representa 5% do valor total.

Prosseguiu-se com as medidas de acompanhamento ao nível da carteira de investimentos e da monitorização da liquidez.

Na Ponto Seguro a carteira de ativos financeiros, num total de 3.470.661 euros é composta por:

- Caixa e depósitos a prazo: 2.834.910 euros;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: 408.751 euros
- Imóveis de rendimento: 227.000 euros.



O quadro seguinte mostra a carteira global do Grupo valorizada em 31 de dezembro dos anos em comparação (os valores abaixo indicados incluem juros decorridos).

(valores em euros)

QUADRO 9 - INVESTIMENTOS			
	2025	2024	Varição
Terrenos e Edifícios	10 958 409	10 384 483	573 927
Ações e Outros Rend.Variável	1 307 271	1 069 179	238 092
Obrigações e Outros Rend.Fixo	31 339 198	27 912 741	3 426 457
Empréstimos Hipotecários	29 800	29 800	-
Depósitos a Prazo	5 027 249	5 020 413	6 836
Total	48 661 927	44 416 615	4 245 312

A carteira de investimentos consolidada apresentava a 31 de dezembro de 2025 o valor de 48.661.927 euros. Foi vendido o imóvel da Rua Nova n.º 1 na Horta e foi adquirido um imóvel na mesma freguesia situado na Rua das Angústias, n.º72.

3.8. Capital Próprio Consolidado

(valores em euros)

QUADRO 10 - CAPITAL PRÓPRIO			
	2025	2024	Variação
Capital Social	6 350 551	6 309 430	0,7%
Reservas de reavaliação	(298 312)	(420 530)	29,1%
Reserva de Comp. Fin. Cont. Seguro	1 492 411	1 142 352	30,6%
Reserva de Comp. Fin. Contrato Resseguro	(90 622)	(106 261)	14,7%
Reserva por impostos	(415 016)	(398 779)	-4,1%
Outras Reservas	5 704 647	4 860 195	17,4%
Resultados Transitados	7 129 764	6 560 718	8,7%
Resultado Líquido	1 650 446	1 324 355	24,6%
Total	21 523 870	19 271 480	11,7%

A Mútua dos Pescadores monitoriza a solvência de acordo com o Regime de Solvência II em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

Nestes termos e de acordo com o estabelecido na legislação, os dados relativos à Margem de Solvência foram divulgados publicamente no mês de abril do corrente ano através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR).

3.9. Recursos Humanos

Em 2025, a Mútua registou um total de 44 trabalhadores, incluindo os contratados a termo, o que representa um acréscimo de 1 colaborador em comparação com o ano anterior.

Estes trabalhadores encontram-se distribuído pelo território nacional, abrangendo tanto o Continente como as Regiões Autónomas, com o objetivo de atender às necessidades das comunidades ribeirinhas nas quais a Mútua está presente.

A distribuição dos trabalhadores por género foi de 43% mulheres e 57% homens. A antiguidade média dos trabalhadores na empresa é de 18 anos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Ponto Seguro tinha 44 trabalhadores, distribuídos geograficamente pelo continente e ilhas. Em termos percentuais, os elementos femininos correspondem a 75% do total. A antiguidade média dos trabalhadores é de 13 anos.

3.10. Formação

Em 2025 organizaram-se 4 ações de formação interna: duas ações do Curso Cooperativismo e Seguros, Cibersegurança e a ação "Embarcações – nomenclatura, aparelhos de convés e de navegação (com análise de alguns riscos e acidentes mais comuns)".

Quanto à formação externa, foram frequentadas trinta e seis ações de formação.

Continua-se a privilegiar as áreas técnicas, dando cumprimento a várias normas e requisitos legais que regem as funções mais relacionadas com a distribuição de seguros.

As áreas mais transversais da governação, conduta de mercado, sustentabilidade e verificação de cumprimento envolveram também alguns trabalhadores e a assessoria jurídica.

Na área financeira foram realizadas ações nas áreas do atuariado, resseguro e contabilidade.

Na área dos sistemas de informação, privilegiou-se a formação relacionada com segurança e governação das tecnologias de informação/comunicação, nomeadamente em matéria de resiliência operacional digital. Destaque ainda para a formação de qualificação dos quadros dirigentes prosseguindo os objetivos de cumprimento dos requisitos da ASF e as necessidades de qualificação da Cooperativa.

3.11. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno

A gestão de riscos é um processo contínuo e sistemático para identificar, registar, analisar e responder aos riscos e serve de base à implementação da estratégia da empresa, assegurando uma compreensão apropriada da natureza e da significância dos riscos a que ela se encontra exposta.

No decurso de 2025 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se:

- Elaboração do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR) relativo ao ano de 2024, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Resseguradora e nos artigos 290.º e 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com a estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual a que a Mútua dos Pescadores está obrigada, nomeadamente os reportes relativos à monitorização da solvência e indicadores comportamentais;
- Participação, no âmbito das comissões técnicas da Associação Portuguesa de Seguradores, em matérias relevantes como Acidentes de Trabalho e Solvência II, nomeadamente com a participação no âmbito da Comissão Técnica de “Economia e Finanças” nos Grupos de Trabalho “Assuntos Financeiros e Fiscais”, “Investimentos”, “Gestão de Riscos e Atuariado” e “Estatísticas e Indicadores de Gestão”;
- A definição ou revisão de algumas políticas internas a saber:
 - Política de gestão de sinistros;
 - Política de cobranças;
 - Política de prevenção, detenção e reporte de situações de fraude nos seguros;
 - Política de remuneração;
- Elaboração do Relatório ORSA (Relatório do Exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência do ano de 2025 e plano plurianual 2026-2028). Neste contexto e no seguimento do melhoramento na implementação da Política de gestão de riscos desenvolveram-se indicadores de risco (KRI) e métricas de rentabilidade económica (KPI) e procedeu-se à aplicação de testes de esforço enquadrados no exercício de Autoavaliação do risco e da solvência. Introduziram-se indicadores na gestão dos riscos de segurança ligados às tecnologias de informação e comunicação bem como na gestão dos riscos de sustentabilidade tanto na vertente dos investimentos como na subscrição;
- Participação e elaboração do orçamento plurianual (2026-2028).

É elaborado pela função de auditoria interna atribuída à empresa Mariquito, Correia e Associados, SROC, Lda o Relatório Anual de Auditoria Interna executado de acordo com o plano previamente estabelecido.

3.12. A Cooperativa

3.12.1. Segurança Marítima

O ano de 2025 terminou com o triste regresso dos naufrágios às comunidades piscatórias. A 14 de dezembro, naufragava a embarcação “Vila Caminha”, junto ao forte de Ínsua. Neste acidente, para além da perda total da embarcação, perderam-se três vidas (dois mortos confirmados e um desaparecido no mar) e, no dia 16 de dezembro, a embarcação “Carlos Cunha” naufragou ao largo de Aveiro. Para além da perda da embarcação, regista-se a perda de cinco vidas (um morto e quatro desaparecidos no mar).

Várias foram as ações realizadas no contexto da sensibilização para a segurança no mar. Estas ações tiveram como objetivo alertar, uma vez mais, para as boas práticas a bordo e em situação de queda ao mar ou outra. Destaca-se a ação de formação piloto “Sensibilização para a segurança das operações de pesca e sustentabi-

lidade”, dirigida aos profissionais do setor, envolvendo os pescadores de 6 embarcações diferentes. A ação de formação interna realizada envolveu trabalhadores da área técnica e comercial, visando também a familiarização com a linguagem marítima e consciencialização dos riscos mais comuns. Num outro nível de ação destaca-se a presença junto das escolas onde estas questões foram trabalhadas com os alunos. Ao longo do ano apoiou-se a divulgação da campanha de sensibilização para os perigos do mar.

3.12.2. Projetos, Parcerias, Intercooperação e Associativismo

A Mútua continua a apoiar e valorizar diversos projetos culturais, recreativos, de alcance local e/ ou regional e que cruzam fronteiras, como o projeto do fotolivro “Nelayan”, sobre a comunidade de pescadores indonésios em Caxinas, de Eduardo Martins, ou o Festival Internacional de Cinema do Mar (Oceans Film Festival), uma organização do IPL/Peniche.

As oficinas “À roda do mar” em parceria com o projeto “Mar de Experiências”, vocacionadas para a sensibilização e valorização do património marítimo e ambiental. No último trimestre o projeto ganhou novas formas e associou-se ao programa Escola Azul, da Direção Geral de Política do Mar, integrada no concurso “Pequenos Artistas e as profissões do Mar”, para um conjunto de ações à volta das Profissões do Mar, tendo a primeira ação decorrido na escola azul de Vila do Conde em dezembro.

A Mútua prossegue também a sua linha de apoio a projetos locais de valorização da cultura popular, apoiando em 2025 o Livro “Não Asses Mais Carapaus fritos” - Expressões Populares de Peniche, que visa valorizar e preservar a riqueza cultural e linguística da comunidade.

Apoiou organizações e coletividades, nas suas iniciativas: Apoio anual ao Museu da Memória de Vila Chã; às Festas de Nossa Senhora dos Navegantes, nas Caxinas; ao festival Equinócio/Teatro Varazim da Póvoa de Varzim; à Associação Apropesca na realização da sua festa “Peixe do Nosso Mar”; Corrida dos Cabazes promovida pela Propeixe; às Festas de Ribamar; à 50.ª edição da Feira do Livro da Nazaré; à Confraria Nossa Senhora da Nazaré; ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche; ação de limpeza do Rio Arade, com a Associação Teia d’Impulsos/Vela Solidária, do Surf Club de Sesimbra, em destaque para a European Sup League 2025 ou ao Festival Náutico da Semana do Mar 2025, e ao seu Clube Naval da Horta. Apoia a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; o Clube Recreativo do Feijó; o Núcleo Recreativo e Desportivo Ídolos da Praça, à União de Resistentes Antifascista e ao MURPI, Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos.

Mantém o apoio à Direção de Apoio Social da Marinha nas atividades com as crianças e apoiou, pela primeira vez, a iniciativa “A Corrida Mais Bonita de Portugal - Figueira da Foz 2025. Regista-se com agrado a parceria estabelecida com a SCAFA, a Cooperativa de Consumo dos Ferroviários e Aderentes, do Entroncamento.

Apoia os cruzeiros e regatas que animam as comunidades costeiras: as Festas da Boa Viagem e de Ribamar; a Festa do Homem do Mar, da Nazaré, o 11.º Cruzeiro Religioso e Cultural do Tejo, organizado pela Confraria Ibérica do Tejo; a 9.ª Regata Marquês de Pombal, organizada pela Associação Náutica Clássicos de Oeiras; a Peregrinação do Círio de Oeiras ao Santuário da Atalaia; a CLXXX Real Regatta de Canoas; à realização do Dia da Marinha do Tejo; à Procissão de Tróia/Festa dos Pescadores (organização da Stella Maris de Setúbal). Destaca-se a colaboração com a Revista de Segurança, na realização do seu 9º (re) Encontro Nacional dos Técnicos de Segurança no âmbito das comemorações dos 60 anos da Revista “segurança”.

Mantém-se a parceria com a Associação Onda e do seu Projeto de valorização do Peixe Seco; com o projeto cultural Nazaré Marés de Maio; com a Associação David Melgueiro.

O projeto MUDARPESCA - *Fomento del relevo generacional en el empleo del sector pesquero transfronterizo*/ Promoção da mudança geracional no emprego no sector das pescas transfronteiriço, formado por um consórcio ibérico, promovido pela Cooperativa de Armadores de Pesca del Puerto de Vigo, S.C.G. (ARVI) no âmbito

do Programa de Cooperação Interreg VI-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2021-2027.

A Mútua dos Pescadores continua a participar nos DLBC Costeiros e nas estruturas europeias ligadas à pesca: o Conselho Consultivo do Sul e o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas, organismos de consulta da Comissão Europeia.

Destaque para o acompanhamento das iniciativas com o projeto Valipescas/WWF, com vista a encontrar soluções de apoio para o investimento nas melhorias das condições da pequena pesca.

3.12.3. Setor Cooperativo e Social

Destaque para o processo eleitoral da Mútua no decorrer do primeiro trimestre.

Realizou-se, em parceria com a Câmara Municipal de Sesimbra, de uma sessão evocativa do Ano Internacional das Cooperativas, que contou com a participação de diversas organizações cooperativas da região.

Regista-se também o estabelecimento de melhorias no protocolo com a Farmácia Silvério, na Nazaré, e um novo protocolo com a DomusVi Portugal, cadeia de unidades de serviços continuados um pouco por todo o país, e a Agência de Viagens Creative Star, para benefício dos cooperadores da Mútua.

3.12.4. Acompanhamento Social

Acompanhou-se o processo de identificação dos beneficiários dos pescadores estrangeiros vítimas dos naufrágios do final do ano. Prestou-se ainda apoio a outras situações pontuais, de acidentes graves e continuou-se a acompanhar pensionistas de acidentes de trabalho em situações sociais mais frágeis.

3.12.5. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários

Em 2025 foram apresentadas e abertas 10 reclamações no quadro do Sistema de Audição:

- Três processos ligados a apólices de Marítimo-pesca, dois deles motivados por procedimentos de devolução de conta-corrente; e um relacionado com demora na resolução de um sinistro;
- Três processos ligados a apólices de Marítimo-recreio, um mal-entendido com a entrega de uma farmácia de bordo; e dois processos no contexto da regularização de sinistro;
- Um processo em Acidentes Pessoais, relacionado com as coberturas da apólice, em contexto de acidente;
- Um processo em Acidentes de Trabalho, relacionado com o atendimento em contexto clínico;
- Dois processos sem ligação a contratos de seguros, motivados pela demora na resposta a um pedido de cotação em Multiriscos e outro relacionado com um pedido de cotação em Marítimo-recreio.

Quanto aos meios utilizados: e-mail apoio.utente, canal oficial do Sistema de Audição (5 reclamações); e-mail geral da Mútua (2); Livro de Reclamações (2) (físico e eletrónico); ASF (1).

Para cada reclamação foi elaborado processo próprio, tomando-se diligências para apurar os factos e responder fundamentadamente aos reclamantes.

3.12.6. Informação e Comunicação

Manteve-se em 2025 a atualização regular dos canais digitais, com informação acerca da atividade da Mútua dos Pescadores e dos seus parceiros, com enfoque para as Associações do setor da pesca.

Publicámos artigos em órgãos de comunicação, com especial enfoque para o Ano Internacional das Cooperativas e no livro "Portimão, Terra de Sardinha".

Manteve-se a presença em rádios locais/regionais.

Produziram-se também dois vídeos institucionais: um evocando o percurso da Mútua e a sua ligação ao setor cooperativo, e outro, de animação, explorando as várias atividades cobertas pelos seguros.

3.12.7. Ações de Marketing e Publicidade

Criaram-se alguns materiais especiais para assinalar o Ano Internacional das Cooperativas.

A Mútua marcou presença na Feira Náutica de Setúbal e na Mostra de Tradições Marítimas na mesma cidade, bem como na quinta edição da Expofish, feira virtual de pescas e indústria conexas, organizada pela Docapesca.

Encetou-se uma campanha comercial para divulgação da cobertura de Responsabilidade Civil no Seguro Marítimo-Pesca.

Publicaram-se anúncios em jornais e revistas, regionais e nacionais.

3.12.8. Coro Mútua

O Coro teve em 2025 a sua primeira participação internacional, na 28.ª edição do Festival Internacional de Coros Alta Pusteria, que decorreu na cidade italiana de Dobbiaco, entre 10 e 15 de junho.

4. Governação

A Mútua dos Pescadores adota uma estrutura organizacional e operacional que garante a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, composta por uma estrutura de governo constituída por órgãos sociais cujos membros são eleitos pelos cooperadores, nos termos legais e dos Estatutos da Mútua dos Pescadores (Estatutos), a saber: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas, Comissão de Avaliação e Vencimentos, Conselho Nacional e seis Conselhos Regionais. Esta estrutura de governo é suportada por Comitês de Gestão e Coordenação Técnica, e pelas Direções de Serviço, nomeadas por deliberação do Conselho de Administração e com competências por si delegadas; e por quatro Funções Chave (Atuarial, Gestão de Riscos, Verificação de Cumprimento e Auditoria Interna).

4.1 Alterações materiais ocorridas em 2025

A Assembleia Geral Eleitoral de 30 de março de 2025 ditou a alteração na composição de todos os órgãos sociais à exceção do Conselho Regional do Algarve.

A identificação dos membros dos órgãos nacionais consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

A Diretora Geral requereu, no último trimestre de 2025, o término das suas funções, o que implicou o registo, junto da autoridade de supervisão, de um novo Diretor de topo e pessoa que dirige efetivamente a empresa como Diretor Geral e membro do Comité de Gestão, o que se veio a efetivar no início de 2026.

No último trimestre do ano foi ainda criada a Direção de Tecnologias da Informação, com o registo, junto da autoridade de supervisão, do anterior responsável pelo Departamento de Sistemas de Informação também como Diretor de topo e pessoa que dirige efetivamente a empresa e membro do Comité de Gestão.

4.2 Estrutura de Governo

4.2.1 Assembleia Geral

É o órgão deliberativo supremo e as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos sociais e para todos os cooperadores e demais estrutura organizacional e operacional. Compete-lhe o disposto na lei e nos Estatutos, em especial eleger a Mesa da Assembleia Geral (MAG), os membros dos órgãos sociais e designar o Revisor Oficial de Contas e o seu suplente.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e dois Secretários, eleitos por quatro anos, como os demais órgãos sociais, podendo ser reelegíveis.

A identificação dos membros da Mesa da Assembleia Geral consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

4.2.2 Conselho de Administração

De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração é constituído por sete administradores efetivos, que escolhem entre si o Presidente e Vice-presidente, e três suplentes. Os membros do Conselho de Administração podem ser reeleitos, à exceção do Presidente, que apenas pode ser reeleito por duas vezes.

A identificação dos membros do Conselho de Administração consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

O Conselho de Administração tem as competências atribuídas pelos Estatutos, compreendendo os mais amplos poderes de gestão e representação da cooperativa, cabendo-lhe, em especial:

- Gerir a cooperativa em rigorosa observância e cumprimento da lei, promovendo o seu desenvolvimento enquanto mútua de seguros, em todas as dimensões da atividade seguradora e cooperativa;
- Deliberar sobre extensões ou reduções importantes da atividade da cooperativa;
- Deliberar sobre o estabelecimento, modificação ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras entidades.

O Conselho de Administração é coadjuvado, no exercício das suas funções, por seis Comitês de Gestão e Coordenação Técnica criados por deliberação daquele órgão de administração, com competências por si delegadas, conforme previsto no n.º 2 do artigo 39.º dos Estatutos, a saber:

4.2.2.1 Comité de Gestão

Composto por pessoas singulares que, não fazendo parte do Conselho de Administração, constituem a primeira linha hierárquica responsável pela gestão corrente da cooperativa, com competências delegadas por aquele e que participam no processo decisório a alto nível e na implementação das estratégias definidas e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, responsabilizando-se pelo seu cumprimento.

4.2.2.2 Comité de Quadros

Composto por pessoas singulares responsáveis dos principais departamentos e setores operacionais da estrutura organizacional. Compete-lhe acompanhar, de um modo integrado, a execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível sectorial e regional, e assegurar e acompanhar os projetos e ações departamentais ou interdepartamentais e a avaliação de resultados.

4.2.2.3 Comité Comercial

Composto por pessoas singulares responsáveis pelos setores comerciais da cooperativa. Compete-lhe apoiar a definição de estratégias e ações comerciais, e desenvolver e acompanhar a execução das políticas e planos de ação e objetivos comerciais definidos.

4.2.2.4 Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno

Composto por pessoas singulares responsáveis pelas Direções de Serviço, por pessoas que executam Funções Chave, por pessoas responsáveis por Funções Chave e por pessoas que desempenham funções de relevo operacional nos diversos departamentos.

Este Comité exerce a Função Chave Gestão de Riscos. A pessoa responsável por esta Função Chave integra este Comité e tem uma participação ativa e dinâmica nos seus trabalhos.

Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração na definição da estratégia de risco a seguir, nomeadamente nas áreas do risco estratégico e de reputação, subscrição, provisionamento técnico e qualidade da informação, mercado, contraparte, catastrófico, atuariado, autoavaliação prospetiva do risco, risco comercial e na gestão da continuidade do negócio; e pronunciar-se sobre os assuntos de gestão de riscos e controlo interno que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração.

4.2.2.5 Comité de Cibersegurança

Composto por pessoas singulares responsáveis pelas áreas das tecnologias de informação, proteção de dados e verificação de cumprimento.

Compete-lhe apoiar a definição de estratégias, políticas e planos de ação no âmbito da Cibersegurança, promovendo sinergias na implementação, cumprimento e monitorização dessas estratégias e requisitos nos diferentes domínios de Administração, Proteção, Vigilância e Resiliência.

4.2.2.6 Comité de Avaliação da Adequação

Composto pelo Presidente do Conselho de Administração, Presidente do Conselho Fiscal, Presidente da Comissão de Avaliação e Vencimentos e pelo Diretor Geral, enquanto responsável, ao nível político e técnico, pelas matérias relacionadas com o desenvolvimento de Recursos Humanos, com competências delegadas pelo Conselho de Administração. Compete-lhe realizar a análise da adequação às funções dos diretores de topo e demais pessoas relativamente às quais se imponha legal e regulamentarmente o dever de avaliação da adequação às funções, sem prejuízo das competências que nesta matéria são atribuídas estatutariamente à Comissão de Avaliação e Vencimentos.

4.2.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal exerce, nos termos da lei e dos Estatutos, o controlo e a fiscalização da cooperativa, especificamente da gestão realizada pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos, que são um Presidente e dois Vogais e por dois membros suplentes.

A identificação dos membros do Conselho Fiscal consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

As competências do Conselho Fiscal encontram-se previstas no artigo 53.º do Código Cooperativo, artigo 43.º dos Estatutos e artigo 3.º do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

4.2.4 Revisor Oficial de Contas

Compete ao Revisor Oficial de Contas (ROC) a fiscalização da cooperativa, sem prejuízo das competências do Conselho Fiscal, a certificação das contas e dos elementos definidos nos termos do artigo 85.º do RJASR, bem como a certificação da restante informação a prestar à entidade de supervisão.

O ROC, efetivo e suplente, é eleito pela Assembleia Geral, por proposta do Conselho Fiscal.

A identificação da sociedade de Revisores Oficiais de Contas consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

4.2.5 Comissão de Avaliação e Vencimentos

Órgão social com uma função deliberativa, compete-lhe efetuar a avaliação sobre a adequação às funções das pessoas candidatas e membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do ROC ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e emitir um relatório de adequação, que deve ser colocado à disposição da Assembleia Geral; e deliberar sobre as remunerações a atribuir aos membros dos órgãos sociais, pelo desempenho das suas funções, bem como sobre os termos e condições dessa atribuição, ouvindo o Conselho Nacional.

A identificação dos membros da Comissão de Avaliação e Vencimentos consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

4.2.6 Conselho Nacional

Composto, por inerência, pelos membros eleitos da Mesa da Assembleia Geral, por um representante dos trabalhadores (por eles eleito) e ainda por onze membros eleitos nos Conselhos Regionais. É um órgão de consulta do Conselho de Administração, os seus pareceres, não sendo vinculativos, devem ser tidos em consideração. Com competências estabelecidas pelos Estatutos, compete-lhe em especial acompanhar e apreciar a atividade desenvolvida, na perspetiva da defesa dos interesses dos cooperadores, com vista à sua melhoria e contribuir para estreitar interligação entre os cooperadores e a cooperativa, e emitir pareceres sobre os resultados do exercício e sobre o plano de atividades e orçamento.

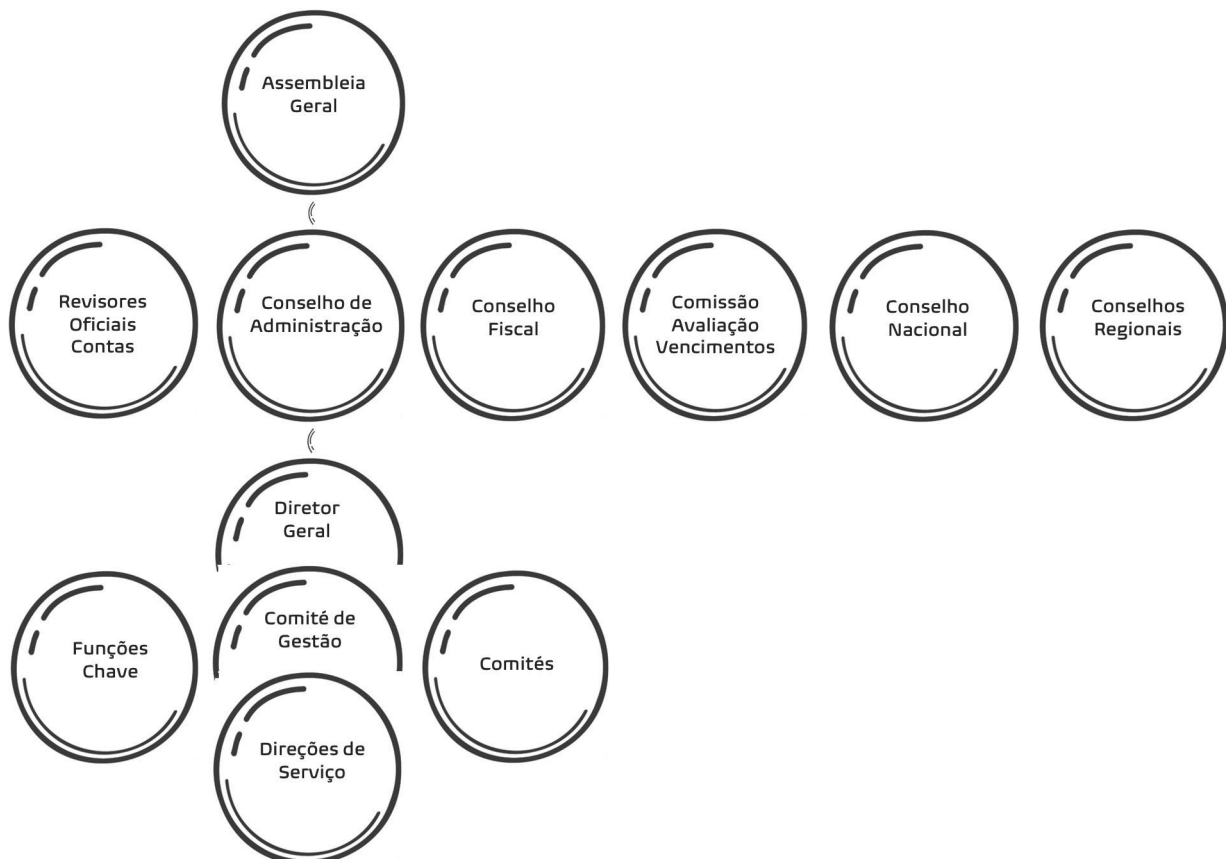
A identificação dos membros do Conselho Nacional consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

4.2.7 Conselhos Regionais

Compostos por membros eleitos pela Assembleia Geral de entre os cooperadores e, por inerência, pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, desde que residentes nas zonas a que cada Conselho Regional respeita (Norte, Centro, Sul, Algarve, Madeira, Açores). São órgãos de consulta do Conselho de Administração. Compete-lhes, no limite das zonas a que respeitem, discutir, desenvolver e dinamizar ações de âmbito local, no interesse da cooperativa, bem como das respetivas comunidades, e pronunciar-se sobre todas as questões apresentadas pelo Conselho de Administração.

4.3 Estrutura de suporte ao sistema de governo

A implementação da estratégia da Mútua dos Pescadores é apoiada numa estrutura organizacional e operacional de suporte, hierarquizada, com competências específicas, segregadas, transversais e adequadas aos objetivos a atingir. Esta estrutura, na dependência hierárquica do Conselho de Administração, é constituída pela Direção Geral e quatro Direções de Serviço.



4.4 Funções Chave

4.4.1. Gestão de Riscos

A Função Chave de Gestão de Riscos é exercida pelo Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno (CGR-CI), que individualmente e coletivamente, detém os requisitos de qualificação e adequação às funções, nos termos legais aplicáveis. Encontra-se nomeada uma pessoa como responsável interna pela Função Chave de Gestão de Riscos e pela dinamização desta Função Chave e interligação com os vários níveis organizacionais da estrutura da cooperativa.

A Função Chave de Gestão de Riscos desempenha as funções definidas legal e regulamentarmente, nomeadamente:

- Planear, analisar e monitorizar o impacto dos riscos a que a organização se encontra exposta e assegurar o acompanhamento contínuo do sistema de gestão de riscos;
- Proporcionar ao Conselho de Administração e direção de topo uma perspetiva abrangente da situação financeira da cooperativa, do desenvolvimento das suas atividades, execução da estratégia, cumprimento de objetivos definidos, perfil de risco global, em termos agregados e detalhados por risco, bem como do comportamento, evolução e perfil de risco dos setores de mercado onde desenvolve a sua atividade;
- Conduzir o exercício de autoavaliação do risco e da solvência e apresentar os seus resultados aos diversos interessados, formalizando as suas conclusões nos relatórios, interno e externo, de autoavaliação do risco e da solvência.

4.4.2 Auditoria Interna e Verificação do Cumprimento

A função de Auditoria Interna é exercida em regime de subcontratação e integra as funções de Verificação de Cumprimento (Compliance).

A função de Auditoria Interna ocupa uma posição independente em relação a todas as áreas funcionais da empresa.

Foi nomeada, como responsável para esta função, a empresa de auditoria Mariquito, Correia e Associados, SROC, Lda., que dispõe duma equipa técnica com qualificação adequada e com elevada experiência e conhecimentos de auditoria.

4.4.2.1 Auditoria Interna

A Função Chave de Auditoria Interna desempenha as funções definidas legal e regulamentarmente, em especial na aferição da adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos outros elementos do sistema de governação.

4.4.2.2 Verificação do cumprimento

A Função Chave de Verificação do Cumprimento desempenha as funções definidas legal e regulamentarmente, em especial na assessoria ao Conselho de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis e na identificação e avaliação do risco de cumprimento.

4.4.3 Função Chave Atuarial

Função Chave a quem compete:

- Coordenar e supervisionar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;

- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Informar o órgão de administração sobre o grau de fiabilidade e adequação do cálculo das provisões técnicas;
- Emitir parecer sobre a política global de subscrição;
- Emitir parecer sobre a adequação dos acordos de resseguro;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

4.5 Outras Funções

4.5.1 Provedor do Utente

A função de Provedor do Utente é exercida em regime de prestação de serviços sob contrato anual e a sua nomeação responde integralmente ao disposto no artigo 158.º do RJASR.

Encontra-se em vigor o Regulamento de Funcionamento do Provedor da Mútua dos Pescadores.

4.5.2 Encarregada de Proteção de Dados

A função de Encarregada de Proteção de Dados é exercida em regime de prestação de serviços sob contrato anual e a sua nomeação responde integralmente ao disposto no Regulamento EU 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, – Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD) e Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto.

Encontra-se em vigor a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Mútua dos Pescadores.

4.5.3. Função de Segurança da Informação

A função de Segurança da Informação é exercida em regime de prestação de serviços, sob contrato anual e a sua nomeação responde integralmente ao disposto nos artigos 9.º e 10.º da Norma Regulamentar n.º 6/2022-R da ASF, de 7 de junho.

Encontra-se em vigor a Política de Segurança da Informação da Mútua dos Pescadores.

5. Política de Remuneração

A remuneração dos trabalhadores da Mútua dos Pescadores é objeto de Acordo de Empresa (AE) celebrado com os Sindicatos, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 29, de 08/08/2024, com as alterações introduzidas no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 9, de 08/03/2025.

A remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, incluindo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 47.º dos Estatutos, tendo por subjacente a Política de Remuneração, é deliberada pela Comissão de Avaliação e Vencimentos, composta por três membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Presidente e os demais Vogais, com consulta prévia ao Conselho Nacional.

Não existe intervenção de consultores externos, a qualquer título, no processo de determinação da remuneração.

A proposta de Política de Remuneração é aprovada pelo Conselho de Administração, que a submete à deliberação da Assembleia Geral.

A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração tem em linha de conta os conhecimentos e experiência em gestão, seguros, setores estratégicos da atividade da Mútua dos Pescadores e responsabilidades decorrentes, bem como o tempo de ocupação que as funções exigem. As remunerações são fixadas de acordo com o mercado e a natureza das funções exercidas.

nerações dos membros do Conselho de Administração não integram qualquer componente variável, nem qualquer componente que dependa do desempenho ou do valor da instituição representada. Igualmente, não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários e não se encontram previstas indemnizações em caso de destituição dos membros dos órgãos sociais.

O desempenho individual e coletivo dos membros do Conselho de Administração e demais membros dos órgãos sociais, é anualmente apreciado e avaliado pela Assembleia Geral, constituída pelos cooperadores, que tem a competência de eleger e destituir os membros dos órgãos sociais e apreciar e votar anualmente a proposta de relatório de gestão e documentos de prestação de contas apresentada pelo Conselho de Administração. Os parâmetros a utilizar na avaliação realizada pelos cooperadores serão o cumprimento dos Estatutos, do Plano Estratégico, Código de Conduta, Plano de Atividades anual, Políticas e demais normas aplicáveis à atividade da cooperativa, bem como a responsabilidade, competência, disponibilidade e participação demonstradas no exercício de funções.

Os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo recompensados por senhas de presença, de valor fixado pela Comissão de Avaliação e Vencimentos, quando participem em reuniões ou outros trabalhos da cooperativa.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é integralmente fixa, estabelecida no contrato de prestação de serviços acordado, tendo subjacente a Política de Subcontratação vigente, a prática de mercado e a necessidade de não incentivar a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da Mútua dos Pescadores.

A remuneração dos Diretores de Topo é fixada pelo Conselho de Administração, sob proposta da Direção Geral, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o Acordo de Empresa (AE), regulamentação coletiva que também se aplica aos demais trabalhadores. A remuneração do(a) Diretor(a) Geral é fixada pelo Conselho de Administração, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o AE. A remuneração dos trabalhadores responsáveis por Funções Chave ou que exercem Funções Chave e de outras pessoas cujas atividades profissionais têm um impacto relevante no perfil de risco da empresa é fixada pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o AE.

Não é praticada qualquer política de remuneração variável ou atribuição de benefícios que não os aplicados à generalidade dos trabalhadores, por força da legislação e regulamentação coletiva do trabalho em vigor e supra identificada, os quais devem ser equilibrados, sustentáveis e baseados, em geral, na combinação da avaliação do desempenho do indivíduo e do departamento ou área onde o mesmo se encontra integrado, bem como dos resultados globais da empresa.

Em caso de cessação de funções, os critérios para a atribuição e determinação do montante da compensação ou indemnização aplicável, bem como as condições de atribuição ou não atribuição, são os estritamente definidos na lei reguladora do contrato individual de trabalho e no instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável, ainda que em caso de cessação sem justa causa ou por acordo, assegurando-se assim a necessária relação entre o montante compensatório e o cumprimento das obrigações inerentes à função desempenhada e não a recompensa do insucesso.

A remuneração e política de progressão das carreiras profissionais dos demais trabalhadores são aprovadas pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o AE, tendo presente os resultados da avaliação de desempenho anual. A remuneração de prestadores de serviços ou pessoas ou entidades externas subcontratadas é a que estiver definida no respetivo contrato de prestação de serviços, tendo subjacente a Política de Subcontratação vigente, a prática de mercado, as funções a prestar e, em especial, a necessidade de não incentivar a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da cooperativa. Em relação ao universo de trabalhadores,

o resultado da avaliação de desempenho anual é tido em conta, designadamente, nas promoções facultativas, na atribuição de remunerações que excedam os mínimos obrigatórios, bem como na atribuição de eventuais prémios facultativos. Caso venham a ser aplicados prémios de remuneração, assegura-se que os mesmos não constituem uma ameaça à capacidade da empresa para manter uma base de fundos próprios adequados. A informação sobre o montante anual da remuneração auferida por cada membro do Conselho de Administração, demais pessoas que dirigem efetivamente a empresa e por cada membro do órgão de fiscalização encontra-se no ponto dedicado às Partes Relacionadas das Notas às Demonstrações Financeiras.

6. Perspetivas para o triénio 2026-2028

A concretização das orientações e ações explanadas no Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026/2028, aprovado na Assembleia Geral de 21 de dezembro de 2025, é o principal objeto da nossa ação imediata.

No entanto há a relevar algumas áreas de intervenção:

O reforço da ação cooperativa e o crescimento do número de cooperadores encontrando novas soluções e estratégias, ponto decisivo para fortalecer e assegurar o desenvolvimento e afirmação da Mútua dos Pescadores, enquanto seguradora e parceiro relevante do movimento cooperativo.

Assumir estratégias e medidas para uma mais forte afirmação da Mútua dos Pescadores, como a seguradora da Pesca e do Mar, na pesca, na atividade marítimo-turística, na náutica de recreio, transporte marítimo e ciência marítima.

Continuar a responder às crescentes exigências regulatórias, adotando as medidas adequadas ao seu cumprimento.

Concretizar o desafio da transformação digital, no essencial dentro do triénio, dotando a Mútua dos Pescadores de meios e recursos digitais, que permitam uma resposta mais célere e próxima a todos os nossos cooperadores, tomadores de seguro, pessoas seguras e beneficiários.

Continuar a acompanhar o processo de construção e reabilitação de embarcações, decorrentes dos fundos do PRR, nos diferentes Estaleiros, e a integração de novas unidades na atividade da pesca.

Prosseguir a adequação da organização da Mútua dos Pescadores, em todas as suas áreas de atividade e serviços, com um objetivo de garantir uma resposta consistente aos desafios que se colocam ao setor cooperativo e à atividade seguradora.

Atualizar a estratégia de comunicação e marketing, alavancando a Mútua dos Pescadores, nas suas facetas comercial e reputacional, potenciando a nossa proximidade junto das comunidades ribeirinhas.

7. Agradecimentos

Destacando a importância dos resultados alcançados no ano de 2025, que contribuem para continuar a reforçar a solidez da Mútua dos Pescadores, reafirmando o seu compromisso com os tomadores de seguro, as pessoas seguras, os beneficiários, os cooperadores, e os trabalhadores da cooperativa, o Conselho de Administração a todos manifesta o reconhecimento e gratidão pelo desempenho e pela confiança demonstrada. Também a ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, enquanto entidades públicas que supervisionam e acompanham a atividade, contribuíram com a sua permanente disponibilidade, para o desempenho da desta cooperativa. Os Resseguradores e as Seguradoras com as quais se partilha o risco, justificam o agradecimento pela confiança que depositam em nós.

Os fornecedores e os prestadores de serviço de longa data, assim como as diversas entidades e associações com as quais mantém relações de cooperação, merecem o nosso reconhecimento.

Um profundo agradecimento a todos os membros dos órgãos sociais que cessaram funções, no final do mandato de 2021-2025, pelo seu empenho, dedicação e contributo para o desenvolvimento das atividades da Mútua dos Pescadores no exercício das suas funções.

Um especial agradecimento para a Dra. Ana Vicente, que trabalhou connosco durante doze anos, nove dos quais como Diretora Geral, que deixou uma marca indelével de capacidade, compromisso, visão, relação fraternal, que nos irá acompanhar por muitos anos, e que, por ter assumido novas e relevantes funções noutra instituição, deixou de poder continuar a trabalhar connosco, sabendo que continua, de coração cheio, nossa cooperadora.

O Comité de Gestão

Carlos Alberto Mendonça Rabaçal – Diretor Geral
Carlos Alberto Fernandes Moreira – Diretor Técnico
Carlos Alberto Sousa Garcês – Diretor Comercial
Nuno Miguel Machado Teixeira – Diretor de Tecnologias de Informação
Sandra Isabel Pinto Louro – Diretora Financeira e de Resseguro

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado – Presidente
Álvaro José Rocha Bota Guia – Vice-Presidente
Arsénio Marques Caetano
Jerónimo Gomes Viana
Joaquim Manuel Simplício Anacleto
Sara Maria Paeta da Costa Domingues
Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Demonstração da Posição Financeira Consolidada	Notas	31-dez-2025			31 dez-2024
		Valor Bruto	Imparidades, depreciações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5	1 626 905	-	1 626 905	2 025 032
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-	-
Mensurados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		1 339 267	-	1 339 267	1 100 489
Instrumentos de capital e unidades de participação	6	1 307 271	-	1 307 271	1 069 179
Títulos de dívida	6	31 996	-	31 996	31 310
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		30 911 713	-	30 911 713	27 287 710
Títulos de dívida	7	30 911 713	-	30 911 713	27 287 710
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		5 452 537	37 546	5 414 991	5 636 070
Títulos de dívida	8	395 489	-	395 489	593 721
Empréstimos e contas a receber	8	5 057 049	37 546	5 019 502	5 042 350
Terrenos e edifícios		10 958 409	247 650	10 710 760	10 206 772
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	5 034 925	224 838	4 810 086	4 495 564
Terrenos e edifícios de rendimento	10	5 923 485	22 811	5 900 674	5 711 207
Outros ativos tangíveis	11	1 924 390	1 639 618	284 773	312 252
Outros ativos intangíveis	12	502 453	354 005	148 447	111 388
Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Não Vida		6 291 707	-	6 291 707	5 433 921
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	13	6 291 707	-	6 291 707	5 433 921
De serviços futuros		645 770	-	645 770	500 739
De serviços passados		5 645 938	-	5 645 938	4 933 181
Valor atual estimado dos fluxos de caixa		5 413 677	-	5 413 677	4 741 389
Ajustamento de risco		232 260	-	232 260	191 792
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	14	133 360	-	133 360	137 512
Outros devedores por operações de seguro e outras operações		3 225 259	1 227 309	1 997 950	2 884 459
Contas a receber por operações de seguro direto	15	1 485 896	1 121 571	364 324	361 182
Contas a receber por operações de resseguro	15	41 778	-	41 778	510 207
Contas a receber por outras operações	15	1 697 585	105 737	1 591 848	2 013 070
Ativos por impostos e taxas		432 389	-	432 389	440 675
Ativos por impostos e taxas correntes	16	49 457	-	49 457	18 014
Ativos por impostos diferidos	16	382 932	-	382 932	422 661
Acréscimos e diferimentos	17	464 369	-	464 369	235 511
		63 262 759	3 506 127	59 756 632	55 811 791

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração da Posição Financeira Consolidada	Notas	31-dez-2025	31-dez-2024
PASSIVO			
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida		25 226 599	24 654 320
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	19	25 226 599	24 654 320
De serviços futuros		1 683 719	1 559 163
De serviços passados		23 542 880	23 095 158
Valor atual estimado dos fluxos de caixa		22 449 832	21 954 998
Ajustamento de risco		1 093 048	1 140 160
Outros passivos financeiros		6 540 765	5 837 041
Depósitos recebidos de resseguradores	20	6 540 765	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	21	4 419 268	4 337 230
Contas a pagar por operações de seguro direto		3 712 869	3 672 403
Contas a pagar por operações de resseguro		378 835	179 148
Contas a pagar por outras operações		327 564	485 679
Passivos por impostos e taxas		1 491 449	1 461 445
Passivos por impostos (e taxas) correntes	16	521 669	450 555
Passivos por impostos diferidos	16	969 779	1 010 890
Acréscimos e diferimentos	17	554 682	250 275
TOTAL PASSIVO		38 232 762	36 540 311
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	22	6 350 551	6 309 430
Reservas de reavaliação		(298 312)	(420 530)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	23	(1 178 277)	(1 087 350)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	23	586 912	502 375
Por ajustamentos de outros	23	222 240	82 494
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	23	70 813	81 951
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	24	1 492 411	1 142 352
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	25	(90 622)	(106 261)
Reserva por impostos		(415 016)	(398 779)
Impostos diferidos	16/23	(415 016)	(398 779)
Impostos correntes		-	-
Outras reservas		5 704 647	4 860 195
Reserva legal	23	1 048 949	914 006
Outras reservas	23	4 655 698	3 946 190
Resultados transitados		7 129 764	6 560 718
Resultado do exercício		1 650 446	1 324 355
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		21 523 870	19 271 480
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		59 756 632	55 811 791

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados Consolidados	Notas	31-dez-2025			31-dez-2024
		Técnica Não Vida	Não técnica	Total	
Réditos de contratos de seguro		13 198 005	-	13 198 005	12 439 486
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	26	13 198 005	-	13 198 005	12 439 486
Gastos de contratos de seguro	27	10 411 340	-	10 411 340	11 332 870
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis		9 639 575	-	9 639 575	9 923 286
Sinistros ocorridos		7 715 471	-	7 715 471	8 028 458
Outros gastos atribuíveis		1 924 104	-	1 924 104	1 894 828
Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro		1 142 069	-	1 142 069	1 136 103
Alterações relativas a serviços passados		(370 303)	-	(370 303)	273 480
Alterações relativas a serviços futuros		-	-	-	-
Réditos de contratos de resseguro cedido	28	2 979 382	-	2 979 382	3 987 136
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis – Parte dos resseguradores		2 637 581	-	2 637 581	3 544 843
Alterações relativas a serviços passados – Parte dos resseguradores		342 613	-	342 613	442 421
Alterações relativas a serviços futuros – Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador		(812)	-	(812)	(129)
Gastos de contratos de resseguro cedido	29	3 518 946	-	3 518 946	3 337 941
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio - Parte dos resseguradores		3 518 946	-	3 518 946	3 337 941
RESULTADO DE CONTRATOS DE SEGURO		2 247 101	-	2 247 101	1 755 811
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro		447 270	-	447 270	401 599
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido		91 215	-	91 215	50 313
RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO	30	(356 055)	-	(356 055)	(351 287)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Rendimentos		1 094 018	90 563	1 184 581	1 155 533
De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	31	846 436	48 927	895 363	877 823
Outros	31	247 582	41 636	289 218	277 711
Gastos financeiros		53 771	-	53 771	54 557
De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros	32	53 771	-	53 771	54 557
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	33	73 147	-	73 147	(1 651)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	34	301 796	19 931	321 727	332 668
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	35	(11 254)	-	(11 254)	1 227
Gastos não atribuíveis	36	1 518 024	37 316	1 555 340	1 403 325
Outros rendimentos/gastos técnicos	37	(4 732)	-	(4 732)	3 547
Outras provisões (variação)	38	-	(4 012)	(4 012)	149 528
Outros rendimentos/gastos		-	109 541	109 541	311 714
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1 794 736	186 731	1 981 467	1 597 700
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	16	-	381 626	381 626	304 473
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	16	-	(50 604)	(50 604)	(31 128)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1 794 736	(144 290)	1 650 446	1 324 355

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado	31-dez-2025			31-dez-2024
	Técnica Não Vida	Não técnica	Total	
Resultado líquido do exercício	1 794 736	(144 290)	1 650 446	1 324 355
Outro rendimento integral do exercício	(102 064)	-	(102 064)	278 494
Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-
Ganhos e perdas líquidos	(90 927)	-	(90 927)	276 235
Reclassificação	(11 137)	-	(11 137)	2 259
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	11 137	-	11 137	(2 259)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	350 059	-	350 059	(593 517)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	15 639	-	15 639	26 369
Alterações no excedente de revalorização	199 604	-	199 604	(79 395)
Terrenos e edifícios de uso próprio	199 604	-	199 604	(79 395)
Impostos	(16 237)	-	(16 237)	(391 662)
Outros movimentos	(12 848)	139 746	126 898	(6 612)
Total do rendimento integral líquido de impostos	2 228 889	(4 544)	2 224 345	558 033

O Contabilista Certificado n.º 31942
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano, Jerónimo Gomes Viana,
Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, Sara Maria Paeta da Costa Domingues, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidado	Capital	Reservas de reavaliação			
		Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Por ajustamentos de outros	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas
Balanzo a 31 de dezembro de 2023	6 271 633	(1 363 585)	581 770	89 106	79 692
Balanzo a 1 de janeiro de 2024	6 271 633	(1 363 585)	581 770	89 106	79 692
Aumentos/reduções de capital	37 797	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	276 235	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	(79 395)	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de outros	-	-	-	(6 612)	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	2 259
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	37 797	276 235	(79 395)	(6 612)	2 259
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-
Balanzo a 31 de dezembro de 2024	6 309 430	(1 087 350)	502 375	82 494	81 951
Balanzo a 1 de janeiro de 2025	6 309 430	(1 087 350)	502 375	82 494	81 951
Aumentos/reduções de capital	28 854	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	(90 927)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	199 604	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de outros	-	-	-	139 746	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	(11 137)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	12 268	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	(115 067)	-	-
Total das variações do capital próprio	41 122	(90 927)	84 537	139 746	(11 137)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-
Balanzo a 31 de dezembro de 2025	6 350 551	(1 178 277)	586 912	222 240	70 813

Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidado (Continuação)	Outras reservas							Total
	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	
Balço a 31 de dezembro de 2023	1 735 869	(132 630)	(7 117)	811 293	3 358 463	5 844 847	1 008 748	18 278 088
Balço a 1 de janeiro de 2024	1 735 869	(132 630)	(7 117)	811 293	3 358 463	5 844 847	1 008 748	18 278 088
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	37 797
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	-	-	276 235
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	(79 395)
Ganhos líquidos por ajustamentos de outros	-	-	-	-	-	-	-	(6 612)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	-	-	2 259
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	(593 517)	-	-	-	-	-	-	(593 517)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	26 369	-	-	-	-	-	26 369
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(391 662)	-	-	-	-	(391 662)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	102 713	587 727	715 871	-	1 406 311
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	(1 008 748)	(1 008 748)
Total das variações do capital próprio	(593 517)	26 369	(391 662)	102 713	587 727	715 871	(1 008 748)	(330 963)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	1 324 355	1 324 355
Balço a 31 de dezembro de 2024	1 142 352	(106 261)	(398 779)	914 006	3 946 190	6 560 718	1 324 355	19 271 480
Balço a 1 de janeiro de 2025	1 142 352	(106 261)	(398 779)	914 006	3 946 190	6 560 718	1 324 355	19 271 480
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	28 854
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	-	-	(90 927)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	199 604
Ganhos líquidos por ajustamentos de outros	-	-	-	-	-	-	-	139 746
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	-	-	(11 137)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	350 059	-	-	-	-	-	-	350 059
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	15 639	-	-	-	-	-	15 639
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(16 237)	-	-	-	-	(16 237)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	134 943	723 246	453 899	(1 324 355)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	(809)	-	(809)
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	(13 737)	889	-	(12 848)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	115 067	-	-
Total das variações do capital próprio	350 059	15 639	(16 237)	134 943	709 509	569 046	(1 324 355)	601 944
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	1 650 446	1 650 446
Balço a 31 de dezembro de 2025	1 492 411	(90 622)	(415 016)	1 048 949	4 655 698	7 129 764	1 650 446	21 523 870

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31-dez-2025	31-dez-2024
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
Recebimentos		
Operações de Seguro	15 018 072	16 566 199
Operações de Resseguro	1 266 157	550 825
Outras Atividades Operacionais	5 161 174	1 436 318
Impostos e Taxas	618 219	599 651
Pagamentos		
Operações de Seguro	(7 427 557)	(6 584 908)
Operações de Resseguro	(1 257 464)	(1 621 712)
Outras Atividades Operacionais	(5 730 190)	(3 485 094)
Pagamentos ao Pessoal	(2 374 619)	(3 055 374)
Pagamentos a Fornecedores	(1 310 851)	(2 576 428)
Impostos e Taxas	(1 654 329)	(1 506 770)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	2 308 612	322 708
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Recebimentos		
Alienação de Investimentos	3 492 018	1 300 891
Reembolso de depósitos	8 430 000	6 610 000
Alienação de ativos tangíveis	15 100	12 500
Recebimentos de rendimentos de instrumentos financeiros	836 145	819 944
Recebimentos de rendimentos de imóveis de rendimento	217 361	216 285
Outros Rendimentos		
Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(7 019 239)	(2 323 935)
Constituição de depósitos	(8 440 000)	(6 665 000)
Aquisição de ativos tangíveis	(78 033)	(151 288)
Aquisição de ativos intangíveis	(140 470)	
Outros Pagamentos	(19 622)	(20 534)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	(2 706 739)	(201 136)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos		
Outros	-	-
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	-	-
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(398 127)	121 571
Caixa e seus equivalentes a 1 de janeiro	2 025 032	1 903 461
Caixa e seus equivalentes a 31 de dezembro	1 626 905	2 025 032

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA 1 ATIVIDADE E ESTRUTURA

O Grupo Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., (doravante designada por Grupo ou Mútua) é constituído pela empresa-mãe Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L. e a sua subsidiária, Ponto Seguro – Mediação de Seguros, S.A.

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros Não Vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por “Marítimo”), Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multiriscos), conforme registo na Autoridade de Supervisão e Fundo de Pensões, sob o n.º 1020.

O Grupo desenvolve atividade também na área da mediação de seguros através da Ponto Seguro – Mediação de Seguros, S.A.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem o resultado das suas operações para o exercício findo a 31 de dezembro de 2025.

NOTA 2 BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (PCES) estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), aprovado pela Norma N.º 9/2022-R, de 2 de novembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2026, e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Cooperadores em 30 de maio de 2026.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o euro. Os montantes apresentados nas presentes demonstrações financeiras foram arredondados para a unidade do euro mais próxima, exceto se houver indicação em contrário.

2.3.1. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para euros à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

2.4. Resumo das políticas contabilísticas significativas

2.4.1. Contratos de Seguro e Contratos de Resseguro

Classificação dos contratos de seguro e resseguro cedido

Contratos de seguro

O Grupo emite contratos de seguro no decurso normal da sua atividade.

O Grupo reconhece como contratos de seguro, os contratos em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

Contratos de resseguro cedido

O Grupo celebra tratados com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Sendo que, independentemente de a entidade resseguradora não ter a capacidade de cumprir com as suas obrigações, o Grupo será sempre a responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

Nível de agregação

Os níveis de agregação para os contratos de seguro emitidos são divididos por portfólios. De acordo com a norma, cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto. Assim, o Grupo decidiu agregar os portfólios ao nível dos grandes ramos:

- Acidentes de Trabalho;
- Acidentes Pessoais;
- Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por "Marítimo");
- Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multiriscos).

Dentro de cada portfólio, os contratos de seguro são segmentados com base na rendibilidade esperada no reconhecimento inicial em:

- Contratos onerosos;
- Contratos sem risco significativo de se tornarem onerosos;
- Restantes contratos.

Adicionalmente, é feita uma segmentação por ano de emissão, sendo por isso os cohorts anuais.

No que concerne aos contratos de resseguro cedido, o Grupo definiu um portfólio de resseguro por cada tratado existente.

Separação de componentes

Atualmente, o Grupo não possui componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento pelo que não existe esta separação.

Reconhecimento inicial

O reconhecimento dos contratos de seguro nos grupos de contratos é efetuado na data de início de cobertura do risco, sendo assumido que não existem contratos onerosos no reconhecimento inicial. Caso existam indícios de onerosidade, os contratos serão avaliados e será reconhecida a onerosidade (no caso de existir).

Modelos de mensuração

A IFRS 17 veio impor novas regras de mensuração dos contratos de seguro, que as entidades emitentes devem aplicar de acordo com as características dos mesmos:

- O **General Measurement Model** (GMM), modelo que se aplica a todos os contratos de seguro que estão dentro do âmbito do normativo que não sejam mensurados pelo Premium Allocation Approach (PAA) ou pelo Variable Fee Approach (VFA);
- O **Premium Allocation Approach** (PAA), modelo simplificado que pode ser aplicado a contratos de duração igual ou inferior a um ano ou, a contratos cujo resultado da componente LRC (Liability for Remaining Coverage) não seja materialmente diferente do resultado da componente LRC, calculada segundo o método GMM;
- O **Variable Fee Approach** (VFA), modelo que deve ser aplicado a contratos de seguro com participação direta que cumpram os requisitos mencionados no normativo.

O Grupo cumpre com os critérios de elegibilidade para a aplicação do PAA para a plenitude dos grupos de contratos.

Fronteiras contratuais

Uma vez que todos os contratos do Grupo são anuais renováveis, a fronteira do contrato é sempre de um ano.

Gastos Atribuíveis

No que toca aos fluxos de caixa dentro da fronteira do contrato, o normativo introduz o conceito de custos atribuíveis e não atribuíveis, de forma a alocar aos contratos apenas os custos que estão diretamente relacionados com o cumprimento dos mesmos nos termos do parágrafo B65 da IFRS17.

Assim sendo, o Grupo fez uma análise de todas as contas de gastos por natureza (conta 68) para identificar se correspondiam, total ou parcialmente, a gastos atribuíveis a contratos de seguro e para quantificar a sua correta desagregação por funções.

Posteriormente, os montantes de gastos diretamente atribuíveis ou parcialmente atribuíveis a contratos de seguro foram alocados pelas funções definidas no Plano de Contas de Empresas de Seguros (PCES) através da aplicação da matriz de imputação de custos baseada nos pressupostos e métodos definidos para o efeito pelo Grupo.

Após a alocação dos custos atribuíveis por funções, procede-se à imputação por ramos de seguro e grupos de contratos, conforme as seguintes regras:

- Custos com sinistros - Serão repartidos por ramos consoante a proporção dos prémios.
- Custos de Aquisição - Serão repartidos por ramos consoante a proporção dos prémios.
- Custos Administrativos - Serão repartidos por ramos consoante a proporção dos prémios.
- Custos com Gestão de Investimentos - Serão repartidos por ramos consoante a proporção do passivo a 31 de dezembro de n-1.

Aplicação do PAA aos contratos de seguro

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que o Grupo apenas a aplicou porque foram preenchidos os requisitos descritos na norma.

Estes requisitos referem que uma companhia só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Metodologia utilizada no cálculo da taxa de desconto

Metodologia combinada entre a *Top-Down* e a *Bottom-Up Approaches*. Isto é, à curva EIOPA sem *volatility adjustment* (Curva de juro sem risco) à data de referência é adicionado o prémio de iliquidez que reflete as características da carteira do Grupo.

Cálculo o Prémio de Iliquidez:

A cada data de reporte, tendo por base a carteira de ativos do Grupo, é calculada a diferença entre a *yield to maturity* sem risco de crédito da carteira e a curva EIOPA. A *yield to maturity* do Grupo é calculada com base na Expected Credit Loss (ECL) introduzida pela IFRS 9.

A 31 de dezembro de 2025 a curva utilizada foi:



A aplicação da curva de taxa de juro torna-se mais impactante nas responsabilidades do tipo Vida em Acidentes de trabalho, dada a longevidade das responsabilidades.

E, dada a grande volatilidade que a inclusão destes pressupostos colocam aos resultados da empresa, o Grupo, optou, conforme parágrafos 88b) e B130 da IFRS17 por desagregar os rendimentos e custos da componente financeira em G&P e Outro Rendimento Integral (OCI), para todos os portfólios, de forma a reduzir ao máximo o eventual *mismatch* contabilístico entre as opções contabilísticas tomadas para efeito de mensuração do passivo (IFRS17) e as opções contabilísticas tomadas para os ativos que cobrem esses passivos (pela IFRS 9).

Metodologia utilizada no cálculo do Ajustamento pelo Risco para o Risco Não Financeiro (RA)

O normativo define o RA como a compensação que a Companhia exige para suportar a incerteza acerca do montante e momento dos fluxos de caixa resultante de riscos não financeiros. Estão por isso incluídos todos os riscos não financeiros associados aos contratos de seguro como os riscos de anulação e de gastos (IFRS 17. B86), excluindo-se o risco operacional geral, por não depender dos contratos de seguro.

O Grupo optou pelo modelo PAA para todos os grupos de contratos. A LRC do PAA fica excluída pela simplificação que o modelo permite para a sua mensuração.

O normativo indica que, no reconhecimento inicial, o RA deve ser mensurado ao nível do grupo de contratos (IFRS 17.24).

O Grupo calcula o RA a um nível inferior, por risco, como faz atualmente no âmbito de SII, e agrega o valor de RA ao nível do grupo de contratos, tendo em conta a diversificação entre as várias componentes.

A matriz de diversificação é a usada em Solvência II para as responsabilidades não Vida.

Para as responsabilidades Vida o cálculo da RA tem por base o risco de prémio e reservas de Solvência II (Risco de longevidade, despesas e revisão).

A Técnica de Estimação utilizada foi o *Value at Risk* (VaR).

A metodologia adotada para o grupo de contratos AT Pensões (incluindo Assistência Vitalícia – AV) foi o VaR com um nível confiança de 70%.

Para os restantes grupos de contratos (responsabilidades Não Vida) foi utilizado o VaR com um nível de confiança de 80%.

O cálculo do VAR foi efetuado separadamente para AT - Salários e AT - Despesas não AV (incluindo os custos de gestão – função de sinistros de AT). A mesma desagregação é feita para AP (Despesas Médicas e Proteção de Rendimento) e para Marítimo (Mar e PHPS). Para Multiriscos é englobado o incêndio.

2.4.2. Instrumentos Financeiros

Classificação inicial, mensuração inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor.

A classificação dos ativos financeiros irá depender do modelo de negócio da entidade e das características dos *cash flows* contratuais do instrumento financeiro, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

Para determinar qual o modelo de negócio utilizado na gestão de um ativo financeiro, o Grupo define como espera vir a obter *cash flows* desse ativo financeiro.

O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. O Grupo tem em consideração todas as informações relevantes

que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiros. Neste contexto, são avaliados:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade; e
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é considerado consistente com o critério SPPI, caso:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não liquidados;
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

Conforme referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos *cash flows* contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (*SPPI - Solely Payments of Principal and Interest*).

No reconhecimento inicial, existe a possibilidade do Grupo classificar irrevogavelmente investimentos em instrumentos de capital próprio como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas quando estes atendem à definição de instrumentos de capital da IAS 32 e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base de instrumento a instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL), as quais são registadas por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" da Demonstração de Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de resultados", com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas geradas no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado".

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas" (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro; e

- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos financeiros são essencialmente compostos por instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumuladas em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas”

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL). As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas”, por contrapartida de reservas, e não reduzindo a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de resultados” com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados” (FVPL) se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor por via de reservas.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor por via de reservas, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de resultados sobre os mesmos, mas em diferentes bases.

Os ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de “Rendimentos de outros” com base na taxa de juro efetiva de cada transação. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo de receber os seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. O Grupo considera que reteve ou não o controlo dos ativos financeiros transferidos se, e só se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não

relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

Transferências entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos ou perdas (incluindo relacionadas com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos. Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de reservas, nem de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Justo valor

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

• Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados".

• Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores, valores recebidos em operações de reporte e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Imparidade

O Grupo reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL) em instrumentos financeiros registados das seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Estas perdas por imparidade reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado".
- Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas - Estas perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas", por contrapartida de reservas (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

As perdas imparidade de créditos esperadas são determinadas, considerando no momento da avaliação, a exposição ao risco a respetiva probabilidade de default (PD), a respetiva severidade expectável da perda (LGD) bem como o relevante fator de desconto. Trata-se de um aferimento do risco tendo em conta uma estimativa de probabilidade e valor temporal dos fluxos de caixa futuros a serem avaliados.

Esta avaliação é complementada por avaliação da degradação ou não da notação de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Uma deterioração significativa da notação de crédito implica que a avaliação deixe de ser feita numa perspetiva anual, passando a ser feita para a duração remanescente do instrumento financeiro. Instrumentos financeiros sem deterioração de rating são assim considerados em estágio 1, instrumentos financeiros com deterioração significativa de rating são considerados em estágio 2, sendo o estágio 3 constituídos por instrumentos financeiros com evidência objetiva de *default*.

Em termos genéricos, uma degradação significativa de rating a partir do reconhecimento inicial é dada pela descida de pelo menos duas notações de rating a partir do momento em que o rating inicial se situa no BBB, sendo que esta decisão será sempre suportada numa análise caso a caso dos fatores da descida do rating.

As perdas por imparidade de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não se verificou um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas refletem quantitativamente a perda expectável de um evento de incumprimento nos próximos 12 meses (*12 month expected credit losses*). No caso das outras exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é requerida uma perda por imparidade de crédito ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento do incumprimento, o que é qualificado como uma perda de crédito *lifetime* (*lifetime expected credit losses*).

À data de balanço, o Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, o Grupo compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reporte com o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reconhecimento inicial e considera todas as informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos.

O Grupo utiliza para a avaliação creditícia os ratings de pelo menos três agências credenciadas pelo regulador *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA) aplicando o critério do segundo melhor rating, limitado, em termos gerais, ao *rating* da emissão ou, caso não disponível ou não aplicável, ao *rating*

do emitente ou alternativamente ao *rating* do grupo financeiro correspondente. Em último caso, numa situação em que esta informação não esteja disponível, o Grupo procura aferir, através de uma metodologia de scoring, um *rating* interno baseado numa análise das demonstrações financeiras disponíveis.

O Grupo considera um ativo financeiro como estando em incumprimento quando este estiver vencido há 90 dias, sendo improvável que o Grupo receba os valores contratuais em aberto na íntegra.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos a redução do valor recuperável sob a abordagem geral e são classificados nos seguintes estágios para mensuração das perdas por imparidade de crédito esperadas.

Estes ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

Estágio 1 - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;

Estágio 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,

Estágio 3 - Ativos em imparidade (ativos em *default*).

Dependendo da classificação do estágio da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em Estágio 1; e,
- Perdas esperadas *lifetime*: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para operações em Estágio 2 e 3.

2.4.3. Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou detenha o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras (definição de controlo adotado pelo Grupo), foram incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

A Mútua contabiliza os investimentos em subsidiárias, pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor, na data de aquisição, o qual pode ser ajustado, tal como previsto na IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais, durante um período de 12 meses após aquela data.

Qualquer excesso de custo de aquisição face ao justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos é conhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos seja negativo, o mesmo é reconhecido como "goodwill" negativo, sendo reconhecido com um rendimento do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data de aquisição até à data da alienação.

Sempre que seja necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas das subsidiárias para adequar as suas políticas às utilizadas pelo Grupo. As transações, incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo, saldos, dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados durante o processo de consolidação.

2.4.4. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio correspondem aos imóveis detidos pelo Grupo para sua utilização. Os terrenos e edifícios de uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de uso próprio são mensurados ao justo valor determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de terrenos e edifícios de uso próprio". As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de depreciação.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade". As perdas por imparidade podem ser revertidas também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.4.5. Terrenos e edifícios de rendimento

Os terrenos e edifícios de rendimento correspondem aos imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os terrenos e edifícios de rendimento são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de rendimento são mensurados ao justo valor determinado com base em avaliações de peritos, não sendo depreciados.

As variações no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidas na demonstração de resultados, na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

2.4.6. Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis.

	Anos de vida útil
Mobiliário e material não especificado	8
Máquinas de escrever e fotocopiar	5
Instalações telefónicas	10
Aparelhos e máquinas eletrónicas	5
Equipamentos informáticos	3
Automóveis	4

Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

O Grupo efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na demonstração de resultados.

2.4.7. Outros ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis, de acordo com a "IAS 38 - Ativos Intangíveis":

- O desenvolvimento do software é algo tecnicamente viável, para que fique disponível para utilização;
- Existe intenção pelo Grupo, de completar o software e utilizá-lo;
- É possível demonstrar que o software irá gerar benefícios económicos futuros por mais de um período;
- O Grupo dispõe de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar o software;
- As despesas atribuíveis ao desenvolvimento do software durante o seu desenvolvimento possam ser mensuradas.

Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. A anulação do reconhecimento do ativo intangível é efetuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anu-

lação do reconhecimento é incluído em “Outros rendimentos e gastos” na demonstração de resultados no período em que o ativo é desreconhecido.

2.4.8. Imparidade de ativos não financeiros

O Grupo avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade. Se tal indicação existir, o Grupo estima a respetiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, o Grupo reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, casos contrários deverão permanecer ao custo.

2.4.9. Locações

Empresa como locadora

As locações que não transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são classificados como locações operacionais. As rendas periódicas são reconhecidas como rendimento na demonstração de resultados, nos períodos a que respeitam.

As locações financeiras transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo. As rendas periódicas são constituídas pelo rendimento financeiro, sendo reconhecido na demonstração de resultados, e pela amortização financeira de capital que é deduzida ao ativo ao longo do período da locação.

2.4.10. Impostos sobre rendimentos

Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais.

A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros

tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos na demonstração de resultados, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

2.4.11. Provisões e passivos contingentes

Procede-se ao reconhecimento de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, podendo ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, e a responsabilidade seja possível, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.4.12. Benefícios dos empregados

Responsabilidades com pensões

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma "IAS 19 – Benefícios dos Empregados".

A Mútua dos Pescadores celebrou um Acordo de Empresa (AE) com o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e afins (SINAPSA) publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 18, de 15 de maio de 2018 (AE de 2018).

O referido AE de 2018 substituiu todos os outros anteriores instrumentos de regulamentação coletiva que vigoraram na Mútua até à data da sua publicação.

Para a efetivação do estabelecido na Cláusula 50.^a e seguintes do AE de 2018, já em vigor, foi alterado o contrato de adesão Coletiva n.º 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização que visou nomeadamente:

- A Introdução do Plano de Contribuição Definida – Plano Individual de Reforma (PIR) para todos os trabalhadores atuais e futuros;
- A transferência do valor integralmente financiado a título de responsabilidades por serviços passados, com referência a 31 de dezembro do ano anterior àquele em que tenha sido concedida a autorização da Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões (ASF), para o saldo inicial do PIR;
- E relativamente aos Beneficiários do regime complementar de reforma por velhice ou invalidez previsto no CCT para a atividade seguradora, publicado pelo Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, a manutenção dos regimes que vigoravam à data em que se reformaram e que integraram o contrato agora celebrado.
- Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro a ASF autorizou, em 31 de dezembro de 2019, a alteração ao contrato acima referido, pelo que se procedeu em conformidade.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.13. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

2.4.14. Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa o Grupo considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.4.15. Resseguro

No decurso da sua atividade o Grupo cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

2.4.16. Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos ao Grupo, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

2.4.17. Ramos de negócio

O Grupo desagrega a informação apresentada sobre os contratos de seguro nas notas às demonstrações financeiras por linha de ramos principais. O Grupo tem quatro linhas de produtos principais que gere e opera de forma independente. Como não tem instrumentos de dívida ou de capital próprio que sejam negociados num mercado público e não está em vias de emitir instrumentos num mercado público, o Grupo não é obrigada a fazer divulgações ao abrigo da “IFRS 8 - Segmentos Operacionais”.

NOTA 3 ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Alterações às normas e novas normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2025:

• **IAS 21 Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade.** Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita com-

preender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

A Mútua não espera impactos decorrentes das alterações desta norma.

3.2. Alterações às normas e novas normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2026:

• **IFRS 9 e IFRS 7 Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.** Esta alteração pretende clarificar os seguintes aspetos:

- i) Conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos;
- ii) Quando um ativo financeiro cumpre com o critério dos cash flows contratuais corresponderem “apenas ao pagamento de principal e juros” (SPPI);
- iii) Novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor;
- iv) Novas divulgações requeridas para os instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Mútua não espera impactos decorrentes das alterações desta norma.

3.3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, mas que a União Europeia ainda não endossou:

• **IFRS 18 Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.** A IFRS 18 substitui a IAS 1, com o objetivo de melhorar a transparência e comparabilidade das informações financeiras fornecidas pelas empresas.

A principal mudança trazida pela IFRS 18 refere-se à apresentação da Demonstração dos Resultados, que deve ser organizada em três categorias:

- Operacional
- Investimento
- Financiamento

A IFRS 18 impõe novas obrigações de agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras, além das notas explicativas do anexo. E introduz melhorias significativas nos requisitos de divulgação das medidas de desempenho da gestão. Entre essas melhorias, destaca-se a exigência de divulgação das bases de cálculo dos indicadores financeiros apresentados nos relatórios financeiros, bem como a reconciliação com os subtotais apresentados nas demonstrações financeiras.

Esta alteração ainda está pendente de endosso pela União Europeia.

A Mútua não espera impactos decorrentes das alterações desta norma.

• **IFRS 19 Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações.** A IFRS 19 tem como objetivo principal permitir que entidades elegíveis possam preparar suas demonstrações

financeiras de acordo com as IFRS, mas com exigências de divulgação mais reduzidas do que as normalmente exigidas pelas outras normas IFRS. As seguintes normas estão excluídas da redução de divulgação:

- IFRS 8 – Segmentos operacionais
- IFRS 17 – Contratos de seguro
- IAS 33 – Resultados por ação

Para que uma entidade possa aplicar a IFRS 19, ela precisa atender a dois critérios:

- Ser subsidiária de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para fins de prestação pública; e
- Não estar sujeita à obrigação de divulgação pública de informações financeiras, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não está em processo de cotação, nem tem como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.

As entidades elegíveis, que constituem holdings intermédias não sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras separadas, mesmo que não as apliquem nas demonstrações financeiras consolidadas.

Esta alteração ainda está pendente de endosso pela União Europeia.

A Mútua não espera impactos decorrentes das alterações desta norma.

NOTA 4 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

NOTA 5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

A rubrica de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem apresenta-se como se segue:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Caixa	2 647	1 944
Depósitos à ordem	1 624 258	2 023 088
Total	1 626 905	2 025 032

(valores em euros)

NOTA 6 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Instrumentos de dívida		
De dívida privada		
Emissores nacionais	31 996	31 310
Instrumentos de capital		
Emissores nacionais	127 895	79 707
Emissores estrangeiros	158 863	115 834
Subtotal	318 754	226 852
Outros instrumentos		
Emissores nacionais	783 132	684 121
Emissores estrangeiros	237 380	189 517
Subtotal	1 020 513	873 637
Total	1 339 267	1 100 489

NOTA 7 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
Emissores nacionais	4 034 178	4 072 645
Emissores estrangeiros	16 923 415	13 693 174
De dívida privada		
Emissores nacionais	1 874 895	1 781 943
Emissores estrangeiros	8 079 226	7 739 948
Total	30 911 713	27 287 710

Em 2025, o Grupo não efetuou qualquer reclassificação de ativos financeiros da categoria de ativos mensurados ao justo valor através de reservas para a categoria de ativos mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas ou ao custo amortizado, nem vice-versa.

NOTA 8 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
Emissores nacionais	395 489	393 880
Emissores estrangeiros	-	199 840
Subtotal	395 489	593 721
Outros Depósitos		
Depósitos a prazo	5 027 249	5 020 413
Empréstimos Concedidos		
Outros	29 800	29 800
Perdas Crédito Esperadas (ECL)	(37 546)	(7 864)
Subtotal	5 019 502	5 042 350
Total	5 414 991	5 636 070

NOTA 9 TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de uso próprio foi o seguinte:

(valores em euros)

A 1 de janeiro de 2024	
Valor bruto	4 687 238
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	238 404
	4 448 833
Aquisições	-
Alienações	-
Transferências	(168 963)
Revalorização	155 000
Valor bruto	(13 963)
Depreciações do exercício	(92 794)
Revalorização	149 695
Transferências	-
Alienações/abates	3 793
Depreciações acumuladas	60 694
A 31 de dezembro de 2024	
Valor bruto	4 673 275
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	177 711
Total	4 495 564
Aquisições	161 508
Alienações	(95 000)
Transferências	-
Revalorização	317 953
Valor bruto	384 461
Depreciações do exercício	(113 560)
Revalorização	37 604
Transferências	-
Alienações/abates	6 017
Depreciações acumuladas	(69 939)
A 31 de dezembro de 2025	
Valor bruto	5 057 736
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	247 650
Total	4 810 086

As avaliações dos terrenos e edifícios de uso próprio, são realizadas de 3 em 3 anos e são obtidas através de um avaliador independente registado na Comissão de Mercados e Valores Mobiliário para o devido efeito. O avaliador utiliza o método de reposição e o método comparativo de mercado para atribuir o valor atual do imóvel.

Todos estes métodos referem-se ao nível 2, de acordo com a IFRS 13.

As divulgações de justo valor encontram-se na nota 41.

NOTA 10 TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de rendimento foi o seguinte:

(valores em euros)

	Total
A 1 de janeiro de 2024	5 264 000
Adições	118 207
Variações de justo valor	329 000
A 31 de dezembro de 2024	5 711 207
Adições	-
Variações de justo valor	189 466
A 31 de dezembro de 2025	5 900 673

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento, são realizadas de 3 em 3 anos e são obtidas através de um avaliador independente registado na Comissão de Mercados e Valores Mobiliário para o devido efeito. O avaliador utiliza o método de reposição, o método comparativo de mercado e o método do rendimento para atribuir o valor atual do imóvel.

O justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento encontra-se no nível 2. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 41.

O Grupo tem contratos de locação operacional para a maioria dos imóveis. Todavia, existem alguns imóveis devolutos ou porque necessitam de obras (as quais estão em fase de análise) ou por ainda não ter sido encontrado inquilino, estas situações estão devidamente identificadas e suportadas por contratos de mediação.

Os rendimentos e gastos resultantes dos imóveis de rendimento foram:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendas	277 783	269 775
Gastos de conservação/reparação	20 409	8 456

Não existiram restrições na capacidade de realização de terrenos ou edifícios de rendimento ou do recebimento de proventos de rendimento ou proventos de alienação, assim como obrigações contratuais para a aquisição, construção ou desenvolvimento de terrenos e edifícios.

NOTA 11 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido em outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

Custo de aquisição	Aquisições Acum. 31-dez-2024	31-dez-2025			
		Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Final
Equipamento administrativo	468 421	14 101	-	-	482 522
Máquinas e ferramentas	7 643	-	-	-	7 643
Equipamento informático	525 191	13 385	-	-	538 576
Programas informáticos	238 521	-	-	-	238 521
Instalações interiores	118 407	-	-	-	118 407
Material de transporte	413 560	54 244	(66 975)	-	400 830
Equipamento hospitalar	18 142	-	-	-	18 142
Outro equipamento	109 961	363	-	-	110 324
Quadros e Esculturas	9 426	-	-	-	9 426
Total	1 909 271	82 094	(66 975)	-	1 924 390

(valores em euros)

Depreciações acumuladas	Depr. Acum. 31-dez-2024	31-dez-2025			
		Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Depr. Ac. Final
Equipamento administrativo	364 501	26 411	-	-	390 912
Máquinas e ferramentas	7 625	17	-	-	7 643
Equipamento informático	683 902	22 785	-	-	706 687
Programas informáticos	43 020	-	-	-	43 020
Instalações interiores	36 233	4 969	-	-	41 202
Material de transporte	325 641	44 735	(57 315)	-	313 062
Equipamento hospitalar	16 979	61	-	-	17 039
Outro equipamento	96 097	935	-	-	97 032
Quadros e Esculturas	23 020	-	-	-	23 020
Total	1 597 019	99 914	(57 315)	-	1 639 618
Valor líquido	312 253				284 772

(valores em euros)

Custo de aquisição	Aquisições Acum. 31-dez-2023	31-dez-2024			
		Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Final
Equipamento administrativo	447 750	14 362	-	6 309	468 421
Máquinas e ferramentas	7 643	-	-	-	7 643
Equipamento informático	491 409	33 782	-	-	525 191
Programas informáticos	238 521	-	-	-	238 521
Instalações interiores	118 407	-	-	-	118 407
Material de transporte	408 486	27 535	(22 461)	-	413 560
Equipamento hospitalar	18 142	-	-	-	18 142
Outro equipamento	68 698	609	-	40 654	109 961
Quadros e Esculturas	9 426	-	-	-	9 426
Total	1 808 481	76 288	(22 461)	46 963	1 909 271

(valores em euros)

Depreciações acumuladas	Depr. Acum. 31-dez-2023	31-dez-2024			
		Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Amort. Ac. Final
Equipamento administrativo	371 419	27 777	-	(34 695)	364 501
Máquinas e ferramentas	7 523	103	-	-	7 625
Equipamento informático	624 218	59 684	-	-	683 902
Programas informáticos	43 020	-	-	-	43 020
Instalações interiores	31 264	4 969	-	-	36 233
Material de transporte	269 001	73 101	(16 461)	-	325 641
Equipamento hospitalar	16 898	81	-	-	16 979
Outro equipamento	46 051	1 262	-	48 784	96 097
Quadros e Esculturas	23 020	-	-	-	23 020
Total	1 432 414	166 976	(16 461)	14 089	1 597 019
Valor líquido	376 066				312 253

NOTA 12 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

As rubricas de outros ativos intangíveis (incluindo ativos intangíveis em curso) inclui licenças e outras despesas relativas à implementação e atualização de software.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido em outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

Custo de aquisição	Aquisições Acum. 31-dez-2024	31-dez-2025			
		Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Final
Despesas com aplicações informáticas	361 983	140 469	-	-	502 452
Ativos intangíveis em curso	14 391	-	-	(14 391)	-
Total	376 374	140 469	-	(14 391)	502 452

(valores em euros)

Amortizações acumuladas	Amort. Acum. 31-dez-2024	31-dez-2025			
		Amortizações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Amort. Ac. Final
Despesas com aplicações informáticas	264 986	89 019	-	-	354 005
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-
Total	264 986	89 019	-	-	354 005
Valor líquido	111 388				148 447

(valores em euros)

Custo de aquisição	Aquisições Acum. 31-dez-2023	31-dez-2024			
		Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Final
Despesas com aplicações informáticas	361 983	-	-	-	361 983
Ativos intangíveis em curso	14 391	-	-	-	14 391
Total	376 374	-	-	-	376 374

(valores em euros)

Amortizações acumuladas	Amort. Acum. 31-dez-2023	31-dez-2024			
		Amortizações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Amort. Ac. Final
Despesas com aplicações informáticas	171 094	93 892	-	-	264 986
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-
Total	171 094	93 892	-	-	264 986
Valor líquido	205 280				111 388

NOTA 13 ATIVOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO CEDIDO

Em seguida, apresenta-se a reconciliação do saldo dos ativos de contratos de resseguro cedido.

(valores em euros)

	Ativos de contratos de resseguro - serviços futuros		Ativos de contratos de resseguro - serviços passados	Ativos de contratos de resseguro
	Prémios de resseguro cedido	Comissões de resseguro cedido		
Ativos de contratos de resseguro cedido (01-jan-2025)	771 260	(270 521)	4 933 182	5 433 921
Despesas de resseguros	(4 500 840)	-	-	(4 500 840)
Receitas de serviços de resseguros	-	981 894	3 034 082	4 015 976
Variações do exercício	-	981 894	2 632 410	3 614 304
Variações relativas a serviços futuros	-	-	-	-
Variações relativas a serviços passados	-	-	402 484	402 484
Variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	-	(812)	(812)
Resultado dos serviços de resseguros	(4 500 840)	981 894	3 034 082	(484 864)
Resultado da componente financeira refletida em resultados	-	-	91 215	91 215
Resultado da componente financeira refletida em OCI	-	-	15 639	15 639
Resultado da componente financeira de contratos de resseguro	-	-	106 854	106 854
Total das variações da demonstração de resultados e OCI	(4 500 840)	981 894	3 140 937	(378 010)
Prémios de resseguro pagos	4 569 242	-	-	4 569 242
Comissões de resseguro recebidas	-	(905 266)	-	-
Sinistros recebidos	-	-	(2 428 180)	(2 428 180)
Fluxos de caixa totais	4 569 242	(905 266)	(2 428 180)	1 235 796
Ativos de contratos de resseguro cedido (31-dez-2025)	839 662	(193 892)	5 645 938	6 291 707

(valores em euros)

	Ativos de contratos de resseguro - serviços futuros		Ativos de contratos de resseguro - serviços passados	Ativos de contratos de resseguro
	Prémios de resseguro cedido	Comissões de resseguro cedido		
Ativos de contratos de resseguro cedido (01-jan-2024)	730 365	(255 499)	2 850 530	2 517 492
Despesas de resseguros	(4 137 968)	-	-	(4 137 968)
Receitas de serviços de resseguros	-	800 027	3 931 171	4 731 198
Variações do exercício	-	-	3 488 878	3 488 878
Variações relativas a serviços futuros	-	800 027	-	800 027
Variações relativas a serviços passados	-	-	442 421	442 421
Variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	-	(129)	(129)
Resultado dos serviços de resseguros	(4 137 968)	800 027	3 931 171	593 230
Resultado da componente financeira refletida em resultados	-	-	50 313	50 313
Resultado da componente financeira refletida em OCI	-	-	26 369	26 369
Resultado da componente financeira de contratos de resseguro	-	-	76 682	76 682
Total das variações da demonstração de resultados e OCI	(4 137 968)	800 027	4 007 853	669 912
Prémios de resseguro pagos	4 178 863	-	-	4 178 863
Comissões de resseguro recebidas	-	(815 049)	-	-
Sinistros recebidos	-	-	(1 925 202)	(1 925 202)
Fluxos de caixa totais	4 178 863	(815 049)	(1 925 202)	1 438 612
Ativos de contratos de resseguro cedido (31-dez-2024)	771 260	(270 521)	4 933 182	5 433 921

(valores em euros)

	Ativos de contratos de resseguro - serviços futuros		Ativos de contratos de resseguro - serviços passados	Ativos de contratos de resseguro
	Prémios de resseguro cedido	Comissões de resseguro cedido		
31-dez-2023	730 365	(255 498)	2 850 530	3 325 397
Acidentes de Trabalho	-	-	815 570	815 570
Acidentes Pessoais	49 807	(19 921)	339 313	369 199
Incêndio e Outros Danos	109 196	(39 390)	32 031	101 837
Marítimo	571 363	(196 188)	1 663 616	2 038 790
31-dez-2024	771 259	(270 520)	4 933 181	5 433 921
Acidentes de Trabalho	-	-	1 162 106	1 162 106
Acidentes Pessoais	51 888	(20 753)	431 875	463 010
Incêndio e Outros Danos	110 858	(39 461)	21 397	92 795
Marítimo	608 513	(210 307)	3 317 803	3 716 010
31-dez-2025	839 661	(193 892)	5 645 938	6 291 707
Acidentes de Trabalho	-	-	1 388 053	1 388 053
Acidentes Pessoais	53 483	(21 391)	680 770	712 861
Incêndio e Outros Danos	108 545	(38 410)	277 949	348 083
Marítimo	677 634	(134 090)	3 299 166	3 842 710

NOTA 14 ATIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O Contrato Coletivo de Trabalho de Seguros prevê uma atualização das pensões de reforma desde que a pensão de reforma anual resultante da atualização, adicionada da pensão anual recebida da Segurança Social, não ultrapasse o ordenado mínimo líquido anual que o trabalhador receberia se estivesse no ativo, com a antiguidade que tinha quando se reformou. Nestas circunstâncias é difícil antever com rigor se as pensões individuais são utilizadas e a partir de que momento, nomeadamente porque isso se prende com a previsão do nível com que cada indivíduo se reformará. Assim sendo, e por questões de prudência, optou-se por considerar que todas as pensões a cargo da empresa são anualmente atualizadas.

De referir, ainda, que os cálculos foram efetuados em grupo fechado. Os pressupostos são revistos e atualizados em cada data de relato com base nos dados de mercado disponíveis. O reconhecimento do valor é feito com base da IAS 19.

Na data de reporte 31 de dezembro de 2025 os resultados da avaliação atuarial das responsabilidades estão em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar nº. 5/2007-R de 27 de abril da ASF.

O cálculo das responsabilidades é efetuado por atuário independente em cada data de reporte.

Os métodos de cálculo utilizados são os seguintes:

Valor Atual do Prémio Único de uma renda vitalícia imediata com 14 pagamentos no ano.

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	3,60%	3,00%
Tábua de mortalidade	TV88/90-1	TV88/90
N.º de pensões pagas anualmente	14	14

A variação do valor presente das responsabilidades apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Varição valor presente das responsabilidades	31-dez-2025	31-dez-2024
Valor das responsabilidades inicial	340 449	361 136
Benefícios pagos	(39 448)	(21 096)
Remissão de capital	-	-
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	9 654	11 566
Ganhos e perdas atuariais	16 815	(11 157)
Transferência para PIR	-	-
Valor das responsabilidades final	327 470	340 449

A reconciliação do valor do fundo apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Reconciliação do valor presente	31-dez-2025	31-dez-2024
Valor do Fundo inicial	477 961	473 270
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(39 448)	(21 096)
Remissão em capital	-	-
Comissões de administrador do plano	(3 774)	(3 981)
Retorno real dos ativos	26 091	29 768
Transferência para PIR	-	-
Valor do Fundo final	460 830	477 961

(valores em euros)

Valor atuarial do Fundo reconhecido	31-dez-2025	31-dez-2024
Total das responsabilidades	(327 470)	(340 449)
Valor da quota-parte do fundo	460 830	477 961
Total do reconhecimento do Ativo/(Passivo)	133 360	137 512

A reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os passivos apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Reconciliação valor presente e do justo valor com os passivos	31-dez-2025	31-dez-2024
Ativo/(Passivo) inicial	137 512	112 134
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nas responsabilidades	(16 815)	11 157
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nos ativos	11 770	13 701
(Ganhos) e perdas atuariais por alterações de pressupostos financeiros	-	-
Custo do serviço corrente	-	-
Custo dos juros	(9 654)	(11 566)
Retorno esperado dos ativos	14 322	16 067
Comissões administrativas do plano	(3 774)	(3 981)
Contribuições para o Fundo	-	-
Ativo/(Passivo) final	133 360	137 512

O justo valor dos ativos do plano, bem como a respetiva quota-parte do Grupo, apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

Classe de ativos	31-dez-2025			
	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,11%)	%
Ações	111 806 661	27,62%	127 279	0,03%
Obrigações taxa fixa	220 023 241	54,35%	250 472	0,06%
Obrigações taxa variável	36 841 634	9,10%	41 940	0,01%
Fundos Imobiliários	3 077 779	0,76%	3 504	0,00%
Hedge Funds	14 324 594	3,54%	16 307	0,00%
Commodities	8 512 617	2,10%	9 691	0,00%
Private Equity	2 492 370	0,62%	2 837	0,00%
Liquidez	7 730 653	1,91%	8 800	0,00%
Total	404 809 549	100%	460 831	0,11%

(valores em euros)

31-dez-2024					
Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,13%)	%	
Ações	186 234 784	49,46%	236 398	0,06%	
Obrigações taxa fixa	159 507 513	42,36%	202 472	0,05%	
Obrigações taxa variável	3 025 224	0,80%	3 840	0,00%	
Fundos Imobiliários	2 979 660	0,79%	3 782	0,00%	
Hedge Funds	13 973 000	3,71%	17 737	0,00%	
Commodities	2 977 028	0,79%	3 779	0,00%	
Private Equity	2 104 146	0,56%	2 671	0,00%	
Liquidez	5 737 333	1,52%	7 283	0,00%	
Total	376 538 687	100%	477 961	0,13%	

NOTA 15 OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

A rubrica de devedores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Contas a receber por operações de seguro direto		
Tomadores	1 402 687	1 410 696
Mediadores	72 635	77 218
Co-seguradores	1 040	140
Reembolso de sinistros	9 534	12 480
Subtotal	1 485 896	1 500 535
Perdas por imparidade	(1 121 571)	(1 139 353)
Total	364 324	361 182
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	41 778	510 207
Contas a receber por outras operações		
Subscritores de capital	750	1 006
Fornecedores	109 063	109 479
Pessoal	65 123	40 493
FAT	78 845	69 599
Outros	1 443 803	1 914 262
Subtotal	1 697 585	2 134 839
Perdas por imparidade	(105 737)	(121 768)
Total	1 591 848	2 013 071
Total geral	1 997 950	2 884 460

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	Recibos por cobrar	Outros devedores
Saldo em 1 de janeiro de 2024	1 004 248	151 889
Reforço	135 105	67 813
Reversão	-	97 935
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1 139 353	121 768
Reforço	-	66 400
Reversão	17 782	82 431
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1 121 571	105 737

NOTA 16 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os ativos e passivos por impostos apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Ativos por impostos correntes		
IRC a receber	41 054	11 411
Outros	8 403	6 603
Subtotal	49 457	18 014
Ativos por impostos diferidos		
Ativos financeiros JV reservas	217 981	233 780
Perdas por imparidade Ativos financeiros	138 443	161 010
Perdas por imparidade outros devedores de cobrança duvidosa	25 074	26 180
Imóveis de uso próprio	-	-
Expected Credit Loss (Depósitos a prazo)	1 433	1 691
Subtotal	382 932	422 661
Total	432 389	440 675
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	148 664	88 765
Imposto de selo	90 107	89 338
Taxa para o ANPC	795	1 368
Taxa para o INEM	36 312	33 647
Taxa para o FAT	110 082	105 067
Taxa para o ASF	16 199	14 974
Outros	119 510	117 396
Subtotal	521 669	450 554
Passivos por impostos diferidos		
Imóveis de uso próprio	434 373	445 102
Imóveis de rendimento	108 602	120 594
Reserva da componente financeira de contratos de seguro/resseguro	259 331	222 760
Impacto dos ajustamentos de transição para as IFRS17 e IFRS9 (Norma Transitória)	167 473	222 435
Subtotal	969 779	1 010 890
Total	1 491 449	1 461 445

A movimentação dos impostos diferidos durante o exercício foi a seguinte:

(valores em euros)

	31-dez-2024	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2025
		Gasto	(Rendimento)	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Ativos financeiros JV reservas	233 780	-	-	15 799	-	217 981
Perdas por imparidade Ativos financeiros	161 010	22 567	-	-	-	138 443
Perdas por imparidade outros devedores de cobrança duvidosa	26 180	-	(4 617)	5 723	-	25 074
Expected Credit Loss (Depósitos a prazo)	-	-	-	-	-	-
Imóveis de uso próprio	1 691	258	-	-	-	1 433
Total	422 661	22 824	(4 617)	21 522	-	382 932
Passivos por impostos diferidos						
Imóveis de uso próprio	445 102	-	(401)	(5 729)	(18 432)	420 539
Imóveis de rendimento	120 594	-	(13 448)	-	15 290	122 436
Reserva da componente financeira de contratos de seguro/resseguro	222 760	-	-	36 571	-	259 331
Impacto dos ajustamentos de transição para as IFRS17 e IFRS9 (Norma Transitória)	222 435	-	(54 962)	-	-	167 473
Total	1 010 890	-	(68 811)	30 842	(3 142)	969 779
		(50 604)		49 222		

(valores em euros)

	31-dez-2023	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2024
		Gasto	(Rendimento)	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Ativos financeiros JV reservas	306 807	-	-	73 026	-	233 780
Perdas por imparidade Ativos financeiros	170 599	9 589	-	-	-	161 010
Perdas por imparidade outros devedores de cobrança duvidosa	31 296	-	(2 028)	7 143	-	26 180
Expected Credit Loss (Depósitos a prazo)	-	-	(1 691)	-	-	1 691
Imóveis de uso próprio	125 771	-	-	125 771	-	-
Total	634 472	9 589	(3 718)	205 940	-	422 661
Passivos por impostos diferidos						
Imóveis de uso próprio	123 502	-	(1 857)	323 457	-	445 102
Imóveis de rendimento	116 293	4 301	-	-	-	120 594
Reserva da componente financeira de contratos de seguro/resseguro	360 729	-	-	-	(137 969)	222 760
Impacto dos ajustamentos de transição para as IFRS17 e IFRS9 (Norma Transitória)	261 878	-	(39 443)	-	-	222 435
Total	862 401	4 301	(41 300)	323 457	(137 969)	1 010 890
		(31 128)		391 428		

NOTA 17 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os acréscimos e diferimentos apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

Acréscimos de proveitos e gastos diferidos (Ativo)	31-dez-2025	31-dez-2024
Acréscimos de rendimentos	-	18 092
Gastos diferidos	464 369	217 419
Total	464 369	235 511

(valores em euros)

Acréscimos de gastos e proveitos diferidos (Passivo)	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos diferidos	2 041	75
Acréscimo de gastos	552 641	250 199
Total	554 682	250 275

NOTA 18 AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

A afetação dos investimentos e outros ativos apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025				31-dez-2024			
	Não Vida		Não afetos	Total	Não Vida		Não afetos	Total
	Ramo AT	Outros ramos			Ramo AT	Outros ramos		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 626 905	1 626 905	-	-	2 025 032	2 025 032
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros mensurados JV por reservas	24 323 979	6 587 735	-	30 911 713	20 343 557	6 944 153	-	27 287 710
Ativos financeiros mensurados JV por resultados	492 691	424 682	421 894	1 339 267	368 694	329 832	401 963	1 100 489
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	395 489	2 519 502	2 500 000	5 414 991	593 721	2 512 550	2 529 800	5 636 070
Terrenos e edifícios	7 291 921	1 736 320	1 682 518	10 710 760	6 979 932	1 700 327	1 526 513	10 206 772
Outros ativos tangíveis	-	-	284 773	284 773	-	-	312 252	312 252
Outros ativos intangíveis	-	-	148 447	148 447	-	-	111 388	111 388
Total	32 504 079	11 268 239	6 664 538	50 436 856	28 285 904	11 486 862	6 906 947	46 679 713

NOTA 19 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Em seguida, apresenta-se a reconciliação do saldo dos passivos de contratos de seguro.

(valores em euros)

	Passivos de contratos de seguro - serviços futuros	Passivos de contratos de seguro - serviços passados		Passivos de contratos de seguro
		Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento de Risco	
Passivos de contratos de seguro (01-jan-2025)	(1 559 163)	(21 954 998)	(1 140 160)	(24 654 321)
Receitas de seguros	13 198 005	-	-	13 198 005
Despesas de serviços de seguros	-	(7 389 334)	47 112	(7 342 222)
Variações do exercício	-	(7 580 420)	(132 106)	(7 712 525)
Variações relativas a serviços futuros	-	-	-	-
Variações relativas a serviços passados	-	191 086	179 218	370 303
Resultado dos serviços de seguros	13 198 005	(7 389 334)	47 112	5 855 784
Resultado da componente financeira refletida em resultados	-	(447 270)	-	(447 270)
Resultado da componente financeira refletida em OCI	-	350 059	-	350 059
Resultado da componente financeira de contratos de seguros	-	(97 211)	-	(97 211)
Total das variações da demonstração de resultados e OCI	13 198 005	(7 486 545)	47 112	5 758 572
Prémios brutos recebidos	(13 322 561)	-	-	(13 322 561)
Sinistros pagos	-	6 991 711	-	6 991 711
Fluxos de caixa totais	(13 322 561)	6 991 711	-	(6 330 851)
Passivos de contratos de seguro (31-dez-2025)	(1 683 719)	(22 449 833)	(1 093 048)	(25 226 599)

(valores em euros)

	Passivos de contratos de seguro - serviços futuros	Passivos de contratos de seguro - serviços passados		Passivos de contratos de seguro
		Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento de Risco	
Passivos de contratos de seguro (01-jan-2024)	(1 480 155)	(18 901 401)	(1 014 610)	(21 396 166)
Receitas de seguros	12 439 486	-	-	12 439 486
Despesas de serviços de seguros	-	(8 180 437)	(125 550)	(8 305 987)
Variações do exercício	-	(7 898 389)	(134 118)	(8 032 507)
Variações relativas a serviços futuros	-	-	-	-
Variações relativas a serviços passados	-	(282 049)	8 568	(273 480)
Resultado dos serviços de seguros	12 439 486	(8 180 437)	(125 550)	4 133 499
Resultado da componente financeira refletida em resultados	-	(401 599)	-	(401 599)
Resultado da componente financeira refletida em OCI	-	(593 517)	-	(593 517)
Resultado da componente financeira de contratos de seguros	-	(995 116)	-	(995 116)
Total das variações da demonstração de resultados e OCI	12 439 486	(9 175 553)	(125 550)	3 138 383
Prémios brutos recebidos	(12 518 493)	-	-	(12 518 493)
Sinistros pagos	-	6 121 956	-	6 121 956
Fluxos de caixa totais	(12 518 493)	6 121 956	-	(6 396 538)
Passivos de contratos de seguro (31-dez-2024)	(1 559 163)	(21 954 998)	(1 140 160)	(24 654 321)

(valores em euros)

Ramos de Seguro	Passivos de contratos de seguro - serviços futuros	Passivos de contratos de seguro - serviços passados			Passivos de contratos de seguro
		Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento de Risco	VPFCF+AR	
31-dez-2023	1 480 155	18 901 401	1 014 610	19 916 010	21 396 166
Acidentes de Trabalho	366 110	15 942 684	740 343	16 683 027	17 049 137
Acidentes Pessoais	222 691	715 382	36 772	752 154	974 845
Incêndio e Outros Danos	122 023	77 033	16 582	93 615	215 638
Marítimo	769 331	2 166 301	220 913	2 387 215	3 156 546
31-dez-2024	1 559 163	21 954 998	1 140 160	23 095 158	24 654 320
Acidentes de Trabalho	374 840	16 969 688	787 384	17 757 072	18 131 912
Acidentes Pessoais	239 603	810 724	54 120	864 844	1 104 447
Incêndio e Outros Danos	124 664	59 385	19 780	79 165	203 828
Marítimo	820 056	4 115 201	278 876	4 394 077	5 214 133
31-dez-2025	1 683 719	22 449 832	1 093 048	23 542 880	25 226 599
Acidentes de Trabalho	404 149	16 974 105	736 402	17 710 507	18 114 656
Acidentes Pessoais	247 492	1 253 500	66 826	1 320 326	1 567 818
Incêndio e Outros Danos	121 192	329 616	26 016	355 631	476 824
Marítimo	910 885	3 892 612	263 804	4 156 416	5 067 301

NOTA 20 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A rubrica de outros passivos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

	(valores em euros)	
	31-dez-2025	31-dez-2024
Depósitos recebidos de resseguradores	6 540 765	5 837 041
Total	6 540 765	5 837 041

Os valores correspondem aos montantes de sinistros pendentes de liquidação retidos sobre as empresas resseguradoras, nos termos dos respetivos tratados de resseguro.

NOTA 21 OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Os outros credores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores	372 709	390 335
Mediadores	3 312 329	3 277 792
Co-seguradores	27 831	4 275
Reembolso de sinistros	-	-
Subtotal	3 712 869	3 672 403
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	378 835	179 148
Contas a pagar por outras operações		
Subscritores de capital	53 730	53 019
Fornecedores	126 989	49 027
Outros	146 845	383 634
Subtotal	327 564	485 679
Total	4 419 268	4 337 230

NOTA 22 CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por títulos de capital, cujo valor mínimo é estipulado por lei ou por um seu múltiplo, os quais podem ser agrupados para compor a entrada mínima de cada cooperador. Este capital é de natureza variável e ilimitado, sendo o montante mínimo fixado em 6 milhões de euros, integralmente realizado. Este valor corresponde à soma dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e dos títulos de capital detidos pela cooperativa.

Em 31 de dezembro de 2003, na data de transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos títulos aos associados da Mútua, designados por cooperadores iniciais, totalizando 174.000 títulos com o valor nominal de 5 euros cada, perfazendo um montante global de 870.000 euros.

O saldo remanescente do capital social, no valor de 5.130.000 euros, é composto por capital não titulado, propriedade comum da Mútua.

Adicionalmente, a reserva do fundo mutualista ascende a 350.551 euros.

NOTA 23 RESERVAS

A rubrica das reservas apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	(1 178 277)	(1 087 350)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	586 912	502 375
Por ajustamentos de outros	222 240	82 494
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	70 813	81 951
Subtotal	(298 312)	(420 530)
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	1 492 411	1 142 352
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(90 622)	(106 261)
Reservas por impostos	(415 016)	(398 779)
Outras reservas		
Reserva legal	1 048 949	914 006
Outras	4 655 698	3 946 190
Subtotal	6 691 421	5 497 508
Total	6 393 109	5 076 977

NOTA 24 RESERVA DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO

A reserva da componente financeira dos contratos de seguro tem a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro		
Acidentes de Trabalho	1 462 496	1 096 461
Acidentes Pessoais	2 767	2 611
Multirriscos	1 011	1 369
Marítimo	26 138	41 911
Total	1 492 411	1 142 352

NOTA 25 RESERVA DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE RESSEGURO

A reserva da componente financeira dos contratos de resseguro tem a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro		
Acidentes de Trabalho	74 573	79 180
Acidentes Pessoais	(55)	(448)
Multirriscos	6	(12)
Marítimo	16 097	27 541
Total	90 622	106 261

NOTA 26 RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os réditos dos contratos de seguro, apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Réditos de contratos de seguro		
Acidentes de trabalho	7 695 135	7 159 975
Acidentes pessoais	1 284 621	1 243 076
Incêndio	957	957
Multirriscos	299 016	238 230
Marítimo	3 918 276	3 797 248
Total	13 198 005	12 439 486

Os réditos de contratos de seguro incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco nos respetivos exercícios. O valor dos réditos registou, em 2025, um aumento de 6,1% face ao ano anterior.

NOTA 27 GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A rubrica "Gastos de Contratos de Seguro" é apresentada como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Gastos de contratos de seguros		
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	9 639 575	9 923 286
Sinistros ocorridos	7 715 471	8 028 458
Acidentes de trabalho	4 112 709	3 695 077
Acidentes pessoais	726 802	627 049
Incêndio	-	-
Multirriscos	423 605	110 785
Marítimo	2 452 355	3 595 547
Outros gastos atribuíveis	1 924 104	1 894 828
Despesas com sinistros	1 128 660	1 124 668
Acidentes de trabalho	655 510	645 250
Acidentes pessoais	109 685	113 411
Incêndio	81	86
Multirriscos	25 080	21 681
Marítimo	338 304	344 241
Despesas administrativas	795 443	770 160
Acidentes de trabalho	461 334	435 470
Acidentes pessoais	87 981	90 076
Incêndio	56	58
Multirriscos	17 291	12 674
Marítimo	228 781	231 881
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	1 142 069	1 136 103
Acidentes de trabalho	691 276	673 125
Acidentes pessoais	85 847	97 354
Incêndio	96	101
Multirriscos	23 433	11 701
Marítimo	341 416	353 822
Alterações relativas a serviços passados	(370 303)	273 480
Acidentes de trabalho	(124 528)	(14 696)
Acidentes pessoais	(62 650)	(66 262)
Incêndio	-	-
Multirriscos	(10 529)	(22 293)
Marítimo	(172 597)	376 732
Total	10 411 340	11 332 870

Os custos atribuíveis por natureza e função são apresentados como se segue:

(valores em euros)

31-dez-2025	Atribuíveis				Total
	Função Sinistros	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Gestão de Investimentos	
Custos com pessoal	584 274	354 106	433 780	-	1 372 160
Fornecimento e serviços externos	399 844	540 700	276 583	-	1 217 127
Impostos e Taxas	7 060	36 815	5 578	-	49 454
Amortizações do exercício	76 655	46 458	56 911	-	180 024
Juros suportados	60 826	60 826	-	-	121 652
Remunerações de Mediação	-	103 164	22 592	-	125 755
Total	1 128 660	1 142 069	795 443	-	3 066 172

(valores em euros)

31-dez-2024	Atribuíveis				Total
	Função Sinistros	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Gestão de Investimentos	
Custos com pessoal	540 941	327 843	401 608	-	1 270 392
Fornecimento e serviços externos	413 523	558 453	285 951	-	1 257 928
Impostos e Taxas	6 671	34 648	5 306	-	46 624
Amortizações do exercício	95 356	57 791	70 795	-	223 942
Juros suportados	68 178	68 178	-	-	136 356
Remunerações de Mediação	-	89 189	6 500	-	95 690
Total	1 124 668	1 136 103	770 160	-	3 030 931

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Gastos com o pessoal		
Remunerações		
Órgãos sociais	229 249	147 558
Pessoal	1 470 132	1 348 560
Encargos sobre as remunerações	364 155	326 787
Benefícios Pós-emprego	47 535	22 653
Planos de contribuição definida	48 429	23 173
Planos de benefícios definidos	(894)	(520)
Outros benefícios a longo prazo	-	-
Seguros obrigatórios	37 077	33 545
Gastos de ação social	77 917	70 221
Outros gastos com pessoal	31 954	53 264
Subtotal	2 258 020	2 002 589
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	1 372 160	1 270 392
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro*	885 860	732 197
Fornecimento e serviços de terceiros		
Água e Luz	41 025	43 006
Combustíveis	31 253	27 702
Material de escritório	11 193	18 116
Livros e documentação técnica	451	2 264
Artigos para Oferta	146	
Conservação e reparação	553 652	626 262
Rendas e alugueres	4 824	4 720
Comunicação	121 826	108 155
Deslocações e estadas	69 843	58 023
Seguros	23 702	19 068
Publicidade e propaganda	92 919	94 771
Limpeza, saúde e conforto	26 557	26 527
Contencioso e Notariado	2 283	2 638
Vigilância e segurança	7 556	8 121
Trabalhos especializados	32 771	15 406
Gastos com trabalho independente	329 308	323 912
Quotizações	19 449	17 083
Outros fornecimentos e serviços terceiros	316 881	313 027
Subtotal	1 685 641	1 708 801
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	1 217 127	1 257 928
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro*	468 514	450 873
Impostos e taxas	130 052	124 526
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	49 454	46 624
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro*	80 598	77 902
Depreciações	249 711	310 629
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	180 024	223 942
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro*	69 687	86 687
Juros suportados	121 652	136 356
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	121 652	136 356
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro	-	-
Comissões	50 682	55 666
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	-	-
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro*	50 682	55 666
Remunerações de mediação	125 755	95 690
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	125 755	95 690
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro	-	-
Total geral	4 621 512	4 434 256

* Ver nota 36

NOTA 28 RÉDITOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO CEDIDO

Os sinistros ocorridos (parte dos resseguradores), apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis – Parte dos resseguradores		
Acidentes de trabalho	232 771	393 066
Acidentes pessoais	306 373	303 347
Incêndio	-	-
Multirriscos	375 872	88 618
Marítimo	1 722 565	2 759 813
Total	2 637 581	3 544 843

As alterações relativas a serviços passados, apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Alterações relativas a serviços passados – Parte dos resseguradores		
Acidentes de trabalho	290 983	85 677
Acidentes pessoais	(17 240)	(50 646)
Incêndio	-	-
Multirriscos	4 885	(4 818)
Marítimo	63 986	412 208
Total	342 613	442 421

O efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador, apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador		
Acidentes de trabalho	-	-
Acidentes pessoais	(248)	22
Incêndio	-	-
Multirriscos	(114)	18
Marítimo	(450)	(169)
Total	(812)	(129)

NOTA 29 GASTOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO CEDIDO

Os gastos de contratos de resseguro cedido, apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Gastos de contratos de resseguro cedido		
Acidentes de trabalho	772 320	593 191
Acidentes pessoais	266 968	220 857
Incêndio	495	495
Multirriscos	179 661	127 657
Marítimo	2 299 503	2 395 740
Total	3 518 946	3 337 941

(valores em euros)

	31-dez-2025				31-dez-2024			
	Prémios de resseguro cedido	Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	Variação do Ativo de resseguro cedido por serviços futuros	Gastos de contratos de resseguro cedido	Prémios de resseguro cedido	Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	Variação do Ativo de resseguro cedido por serviços futuros	Gastos de contratos de resseguro cedido
Acidentes de trabalho	772 320	-	-	772 320	593 191	-	-	593 191
Acidentes pessoais	436 130	167 568	1 595	266 968	428 315	206 209	1 249	220 857
Incêndio	861	366	0	495	861	366	-	495
Multirriscos	262 180	84 833	(2 314)	179 661	209 048	79 799	1 592	127 657
Marítimo	3 097 751	729 127	69 121	2 299 503	2 947 447	528 675	23 032	2 395 740
Total	4 569 242	981 894	68 402	3 518 946	4 178 863	815 049	25 873	3 337 941

Os gastos de contratos de resseguro são determinados a partir dos prémios brutos emitidos, através da aplicação das taxas de cedência previamente contratadas nos tratados de resseguro e acordadas nos resseguros facultativos. Os ativos de contratos de resseguro relativos a serviços futuros são calculados prémio a prémio, através da aplicação do método *prorata temporis*, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro.

NOTA 30 RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO

Esta rubrica regista o impacto do efeito da passagem do tempo, caso o pressuposto da curva de desconto não tivesse sido alterado a cada período de reporte. Trata-se do efeito locked-in, ou seja, do impacto da variação do efeito do desconto aplicando a curva de reconhecimento inicial relativa à data de ocorrência do sinistro.

Os rendimentos ou gastos de contratos de seguro e de resseguro que resultem de uma alteração dos ativos e/ou passivos de contratos de seguro e de resseguro que resultem do efeito do risco financeiro e de alterações no risco financeiro são reconhecidos na rubrica relativa a reserva da componente financeira dos contratos de seguro.

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro		
Acidentes de trabalho	348 469	338 122
Acidentes pessoais	16 438	10 525
Incêndio	-	-
Multirriscos	1 179	1 784
Marítimo	81 184	51 169
Total	447 270	401 599

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido		
Acidentes de trabalho	18 510	9 095
Acidentes pessoais	8 807	4 600
Incêndio	-	-
Multirriscos	463	876
Marítimo	63 434	35 742
Total	91 215	50 313

NOTA 31 RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos de investimentos afetos à Técnica Não Vida		
de ativos ao justo valor através de resultados	20 161	16 444
de ativos ao justo valor por reservas	804 367	739 922
de ativos ao custo amortizado	54 529	63 817
de terrenos e edifícios	214 962	208 464
Rendimentos de investimentos afetos à Não Técnica		
de terrenos e edifícios	41 636	40 607
de ativos ao custo amortizado	48 927	86 280
de outros	-	-
Total	1 184 581	1 155 534

NOTA 32 GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros estão repartidos por:

(valores em euros)

	31-dez-2025		
	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total
Gastos financeiros			
de terrenos e edifícios	2 228	-	2 228
de ativos ao justo valor por reservas	51 543	-	51 543
Total	53 771	-	53 771

(valores em euros)

	31-dez-2024		
	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total
Gastos financeiros			
de terrenos e edifícios	1 404	-	1 404
de ativos ao justo valor por reservas	53 153	-	53 153
Total	54 557	-	54 557

NOTA 33 GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados ao justo valor por reservas, são representados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025			31-dez-2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Técnica não vida						
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	1 429	(2 282)	(853)	97	(1 748)	(1 651)
Terrenos e edifícios de uso próprio	74 000	-	74 000	-	-	-
Não técnica						
Outros - Valorização da Subsidiária pelo MEP	-	-	-	-	-	-
Total	75 429	(2 282)	73 147	97	(1 748)	(1 651)

NOTA 34 GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, são representados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025			31-dez-2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Técnica não vida						
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	281 960	(64 957)	217 003	129 433	(138 033)	(8 600)
Terrenos e edifícios de rendimento	89 718	(4 925)	84 793	343 538	(14 538)	329 000
Não técnica						
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	19 931	-	19 931	12 268	-	12 268
Total	391 609	(69 882)	321 727	485 239	(152 571)	332 668

NOTA 35 PERDAS POR IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

As perdas por imparidade, líquidas de reversão, segregadas por natureza, são apresentadas como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Depósitos a Prazo	(117)	(1 032)
Ativos financeiros ao justo valor através de reservas		
Obrigações	(11 137)	2 259
Terrenos e edifícios	-	-
Total	(11 254)	1 227

NOTA 36 GASTOS NÃO ATRIBUÍVEIS

Os gastos não atribuíveis a contratos de seguro são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Gastos não diretamente atribuíveis a contratos de seguro		
Acidentes de trabalho	929 813	850 110
Acidentes pessoais	131 209	122 400
Incêndio	90	83
Multiriscos	29 384	23 795
Marítimo	427 527	374 126
Outros Gastos não associados a contratos comercializados	37 316	32 811
Total	1 555 340	1 403 325

(valores em euros)

31-dez-2025	Não Atribuíveis					Total
	Técnicos	Técnicos	Técnicos	Técnicos	Não Técnicos	
	Função Sinistros	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Gestão de Investimentos		
				Afetos	Não afetos	
Custos com pessoal	26 558	44 263	594 976	196 516	23 547	885 860
Fornecimento e serviços externos	13 208	21 745	373 985	53 201	6 375	468 514
Impostos e Taxas	74 421	599	3 988	1 420	170	80 598
Amortizações do exercício	3 484	5 807	43 554	15 039	1 802	69 687
Juros suportados	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	45 259	5 423	50 682
Remunerações de Mediação	-	-	-	-	-	-
Total	117 671	72 415	1 016 503	311 435	37 316	1 555 340

(valores em euros)

31-dez-2024	Não Atribuíveis					Total
	Técnicos	Técnicos	Técnicos	Técnicos	Não Técnicos	
	Função Sinistros	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Gestão de Investimentos		
				Afetos	Não afetos	
Custos com pessoal	24 588	40 980	488 762	159 564	18 302	732 197
Fornecimento e serviços externos	13 760	22 705	351 529	56 409	6 470	450 873
Impostos e Taxas	72 057	573	3 766	1 351	155	77 902
Amortizações do exercício	4 334	7 224	54 179	18 794	2 156	86 687
Juros suportados	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	49 938	5 728	55 666
Remunerações de Mediação	-	-	-	-	-	-
Total	114 739	71 483	898 237	286 055	32 811	1 403 325

NOTA 37 OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

Os outros rendimentos/gastos técnicos são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos e ganhos técnicos		
Outros	15 992	12 176
Gastos e perdas técnicos		
Outros	(20 724)	(8 629)
Total	(4 732)	3 547

NOTA 38 OUTRAS PROVISÕES – VARIAÇÃO

A variação das outras provisões foi a seguinte:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Ajustamentos de recibos por cobrar	(17 782)	135 105
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	13 769	14 424
Total	(4 012)	149 528

NOTA 39 OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os outros rendimentos/gastos são a apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos e gastos não correntes		
Rédito de comissionamento	2 260 292	2 114 305
Outros	(6 932)	107 934
Rendimentos e gastos financeiros		
Outros	8 136	10 526
Subtotal	2 261 496	2 232 766
Gastos e perdas não correntes		
Fornecimentos e serviços de terceiros	(317 916)	(301 870)
Gastos com pessoal	(1 750 266)	(1 514 189)
Outros	(83 773)	(104 993)
Subtotal	(2 151 955)	(1 921 051)
Total	109 541	311 714

O rédito de comissionamento advém da nossa participada Ponto Seguro. Estes rendimentos resultam das comissões de mediação, que em 31 de dezembro de 2025 ascenderam a 2.260.292 euros e em 31 de dezembro de 2024 ascenderam a 2.114.305.

Relativamente à Demonstração de Fluxos de Caixa, importa referir que os pagamentos ao pessoal refletem exclusivamente os pagamentos efetuados aos colaboradores da Mútua dos Pescadores. Os pagamentos associados à Ponto Seguro encontram-se registados na rubrica de outras atividades operacionais, sendo apresentados na demonstração de resultados na rubrica de outros rendimentos/outros gastos.

NOTA 40 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

(valores em euros)

	31-dez-2025				
	JV Resultados	JR Reservas	Custo Amortizado	Contas a receber	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 626 905	1 626 905
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	1 339 267	-	-	-	1 339 267
Ativos financeiros JV Reservas	-	30 911 713	-	-	30 911 713
Ativos financeiros custo amortizado	-	-	395 489	-	395 489
Empréstimos e contas a receber	-	-	5 019 502	-	5 019 502
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 997 950	1 997 950
Total do Ativo	1 339 267	30 911 713	5 414 991	3 624 855	41 290 826

	Ao justo valor por via de resultados	Contas a pagar	Total
Passivo			
Outros passivos financeiros	-	6 540 765	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	4 419 268	4 419 268
Total do Passivo	-	10 960 033	10 960 033

(valores em euros)

	31-dez-2024				
	JV Resultados	JR Reservas	Custo Amortizado	Contas a receber	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	2 025 032	2 025 032
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	1 100 489	-	-	-	1 100 489
Ativos financeiros JV Reservas	-	27 287 710	-	-	27 287 710
Ativos financeiros custo amortizado	-	-	593 721	-	593 721
Empréstimos e contas a receber	-	-	5 042 350	-	5 042 350
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 884 459	2 884 459
Total do Ativo	1 100 489	27 287 710	5 636 070	4 909 491	38 933 760

	Ao justo valor por via de resultados	Contas a pagar	Total
Passivo			
Outros passivos financeiros	-	5 837 041	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	4 337 230	4 337 230
Total do Passivo	-	10 174 270	10 174 270

NOTA 41 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os “inputs” que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor seja efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.

Nível 3 – Técnicas que utilizam “inputs” que apresentem um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera dados observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 2 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

(valores em euros)

	31-dez-2025				Total
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 626 905	1 626 905
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	1 339 267	-	-	-	1 339 267
Ativos financeiros JV Reservas	30 911 713	-	-	-	30 911 713
Ativos financeiros custo amortizado	-	-	-	5 414 991	5 414 991
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	4 810 086	-	-	4 810 086
Terrenos e edifícios de rendimento	-	5 900 674	-	-	5 900 674
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 997 950	1 997 950
Total do Ativo	32 250 980	10 710 760	-	9 039 846	52 001 586
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	6 540 765	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	4 419 268	4 419 268
Total do Passivo	-	-	-	10 960 033	10 960 033

(valores em euros)

	31-dez-2024				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	2 025 032	2 025 032
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	1 100 489	-	-	-	1 100 489
Ativos financeiros JV Reservas	27 287 710	-	-	-	27 287 710
Ativos financeiros custo amortizado	-	-	-	5 636 070	5 636 070
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	4 495 564	-	-	4 495 564
Terrenos e edifícios de rendimento	-	5 711 207	-	-	5 711 207
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 884 459	2 884 459
Total do Ativo	28 388 199	10 206 772	-	10 545 561	49 140 533
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	5 837 041	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	4 337 230	4 337 230
Total do Passivo	-	-	-	10 174 270	10 174 270

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros e não financeiros do Grupo que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

(valores em euros)

	31-dez-2025	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 626 905	1 626 905
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	1 339 267	1 339 267
Ativos financeiros JV Reservas	30 911 713	30 911 713
Ativos financeiros custo amortizado	5 414 991	5 407 699
Terrenos e edifícios de uso próprio	4 810 086	4 810 086
Terrenos e edifícios de rendimento	5 900 674	5 900 674
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 997 950	1 997 950
Total do Ativo	52 001 586	51 994 295
Passivo		
Outros passivos financeiros	6 540 765	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 419 268	4 419 268
Total do Passivo	10 960 033	10 960 033

(valores em euros)

	31-dez-2024	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 025 032	2 025 032
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	1 100 489	1 100 489
Ativos financeiros JV Reservas	27 287 710	27 287 710
Ativos financeiros custo amortizado	5 636 070	5 630 081
Terrenos e edifícios de uso próprio	4 495 564	4 495 564
Terrenos e edifícios de rendimento	5 711 207	5 711 207
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 884 459	2 884 459
Total do Ativo	49 140 533	49 134 544
Passivo		
Outros passivos financeiros	5 837 041	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 337 230	4 337 230
Total do Passivo	10 174 270	10 174 270

A Administração do Grupo considera que caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, outros devedores por operações de seguros e outras operações, depósitos recebidos de resseguradores e outros credores por operações de seguros e outras operações se aproximam do justo valor devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados ao justo valor com base no método de mercado, método do custo de reposição e no método das rendas capitalizadas.

NOTA 42 GESTÃO DE RISCOS, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A gestão dos riscos é assumida pelo Grupo e é vista como suporte a uma estratégia de crescimento sustentável.

O sistema de gestão de riscos do Grupo compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que está ou pode vir a estar exposta.

Está integrado na estrutura organizacional e no processo de tomada de decisão e considera as pessoas que dirigem efetivamente o Grupo ou nela são responsáveis por funções-chave e abrange todos os riscos, incluindo os riscos não considerados no cálculo do requisito de capital de solvência ou considerados apenas parcialmente. Abrange, entre outras, as áreas de subscrição e provisionamento, investimentos, gestão do risco de concentração e de liquidez, gestão do risco operacional e técnicas de mitigação do risco.

Um dos principais objetivos do Grupo é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, cooperadores, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, o Grupo adota uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

Risco de mercado

O Risco de Mercado está associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira do Grupo derivadas de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de câmbio, das taxas de juro e dos preços do mercado imobiliário.

Os instrumentos financeiros que o Grupo dispõe encontram-se expostos aos Riscos de Mercado (Risco de Taxa de Juro, Risco Acionista, Risco Imobiliário, Risco de Liquidez e Risco de Concentração) e ao Risco de Crédito.

O Grupo não se encontra exposto ao risco cambial.

As decisões e orientações do Grupo sobre os seus investimentos, em muito condicionam a exposição ao risco de mercado, tendo, portanto, grande relevância o estipulado na política de investimentos, avaliação de ativos e passivos e cálculo de capital.

Os riscos de mercado e os riscos de crédito são geridos com base na Política de Investimento em vigor, respeitando as regras de afetação dos ativos por classe e tipo de emitente, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes.

O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Dada a nossa exposição a obrigações de taxa fixa, consideramos relevante a componente do risco de taxa de juro no risco de mercado.

Risco de taxa de juro

Na carteira de ativos financeiros, todos aqueles que têm entradas de caixa já fixadas para um determinado prazo (ex.: obrigações a taxa fixa) estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

O risco deriva do facto de flutuações nas taxas de juro de mercado se refletirem numa evolução dos valores desses ativos (cotações) no sentido inverso. Assim, quando as taxas de juro sobem, o valor dos ativos com entradas de caixa fixas, reduz-se e vice-versa. O risco de taxa de juro é tanto mais elevado quanto maior o prazo durante o qual as entradas de caixa estão fixadas, o que significa que este é mais pronunciado em ativos como as obrigações a taxa fixa, em que todas as entradas de caixa já estão fixadas até à maturidade (data de reembolso). O risco de taxa de juro também afeta ativos não financeiros, cujas entradas de caixa estejam já fixadas, para um determinado prazo.

À data de balanço, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(valores em euros)

	31-dez-2025			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 626 905	1 626 905
Ativos financeiros JV Reservas	30 813 154	98 560	-	30 911 713
Ativos financeiros JV Resultados	1 339 267	-	-	1 339 267
Ativos financeiros custo amortizado	5 414 991	-	-	5 414 991
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 997 950	1 997 950
Total do Ativo	37 567 411	98 560	3 624 855	41 290 826
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	6 540 765	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	4 419 268	4 419 268
Total do Passivo	-	-	10 960 033	10 960 033

(valores em euros)

	31-dez-2024			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2 025 032	2 025 032
Ativos financeiros JV Reservas	27 188 471	99 239	-	27 287 710
Ativos financeiros JV Resultados	31 310	-	1 069 179	1 100 489
Ativos financeiros custo amortizado	5 606 270	-	29 800	5 636 070
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	2 884 459	2 884 459
Total do Ativo	32 826 051	99 239	6 008 470	38 933 760
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	5 837 041	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	4 337 230	4 337 230
Total do Passivo	-	-	10 174 270	10 174 270

À data de balanço, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro apresenta-se como segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativos financeiros	(1 941 181)	(997 636)	1 941 181	997 636

(valores em euros)

	31-dez-2024			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativos financeiros	(1 672 678)	(858 073)	1 672 678	858 073

Risco Acionista

O risco acionista decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações. O Grupo encontra-se exposta a este risco devido à detenção de ações e fundos de investimento compostos por ações.

A análise da sensibilidade é apresentada da seguinte forma:

(valores em euros)

Impacto no Capital Próprio	
Descida de 5% do valor das ações	(260 345)

Risco Imobiliário

O risco imobiliário depende da exposição total da carteira de imóveis, que inclui imóveis de rendimento e de uso próprio.

A análise da sensibilidade é apresentada da seguinte forma:

(valores em euros)

Impacto no Capital Próprio	
Descida de 5% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	491 957

Risco de Spread

O risco de spread decorre da sensibilidade dos valores dos ativos e passivos às variações do nível de spread de crédito nas taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são obrigações e depósitos a prazo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a qualidade de crédito por desagregação de rating da Standard & Poors, ou equivalente, apresenta-se como se segue:

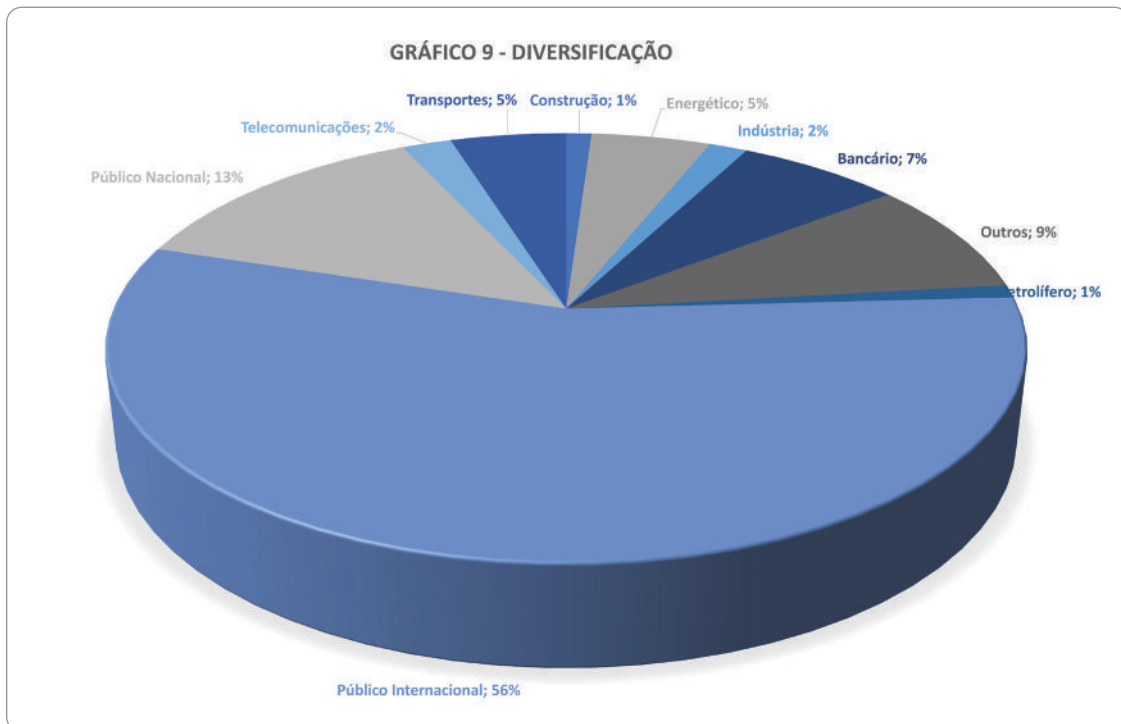
(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Depósitos em instituições de crédito		
A+	500 000	-
A	500 000	500 000
BBB	3 000 000	3 500 000
BBB-	20 000	-
BB+	-	-
BB	-	10 000
B+	-	-
B	-	-
N/D	1 000 000	1 000 000
Subtotal	5 020 000	5 010 000
Ativos financeiros		
AAA	2 263 710	802 330
AA+	685 190	392 900
AA	193 740	-
AA-	1 699 805	4 076 060
A+	3 341 465	416 160
A	9 762 574	877 380
A-	2 532 730	10 216 955
BBB+	6 099 630	1 675 330
BBB	1 400 031	5 725 431
BBB-	1 782 140	893 930
BB+	293 820	1 055 890
BB	348 755	-
BB-	-	97 100
B+	100 450	735 730
B	-	-
B-	-	-
N/D	828 730	947 546
Subtotal	31 332 771	27 912 741
Total geral	36 352 771	32 922 741

Risco de Concentração

O risco de concentração advém da acumulação de exposições na mesma entidade/contraparte. Este risco é quantificado em termos de requisito de capital, e é calculado com base nas exposições individuais. Para o efeito, as exposições sobre empresas que pertencem ao mesmo grupo são equiparadas a uma exposição individual. Os bens imóveis situados no mesmo edifício são considerados um bem imóvel único. De acordo com o regulamento delegado não são aqui incluídas as obrigações governamentais. As exposições que apresentam risco de concentração são, nos imóveis de nossa propriedade, o imóvel da sede e nas ações a participação na nossa associada Ponto Seguro, classificada como estratégica.

O Grupo de acordo com a sua política de investimento apresenta uma carteira de obrigações diversificada de acordo com o gráfico que se segue:



Risco de Liquidez

Este risco surge associado à incerteza quanto ao montante e momento de ocorrência dos fluxos de caixa relacionados com a atividade seguradora o que poderá originar custos adicionais para obter a liquidez necessária.

Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os ativos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da atividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades do Grupo. Desta forma, o Grupo avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

O Grupo mantém uma carteira de ativos altamente transacionáveis e diversificados que podem ser facilmente liquidados no caso de uma interrupção imprevisível do fluxo de caixa.

A tabela abaixo indica as maturidades dos perfis dos ativos e passivos financeiros:

(valores em euros)

	31-dez-2025								Total	
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeterminado		
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 626 905	-	-	-	-	-	-	-	-	1 626 905
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros JV Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	1 339 267	1 339 267
Ativos financeiros JV Reservas	203 787	-	1 559 107	2 340 122	3 026 373	4 397 621	4 118 523	15 266 180	30 911 713	
Ativos financeiros custo amortizado	1 825 852	663 850	-	2 500 000	-	-	198 775	226 514	5 414 991	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	64 771	220 171	641 021	1 040 682	-	-	30 555	750	1 997 950	
Total do Ativo	3 721 314	884 021	2 200 127	5 880 804	3 026 373	4 397 621	4 347 853	16 832 711	41 290 826	
Passivo										
Outros passivos financeiros	-	-	6 540 765	-	-	-	-	-	-	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	498 903	-	468 141	3 398 494	-	-	-	53 730	4 419 268	
Total do Passivo	498 903	-	7 008 906	3 398 494	-	-	-	53 730	10 960 033	
Total da Posição Líquida	3 222 411	884 021	(4 808 778)	2 482 310	3 026 373	4 397 621	4 347 853	16 778 981	30 330 793	

(valores em euros)

	31-dez-2024								Total	
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Indeterminado		
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 025 032	-	-	-	-	-	-	-	-	2 025 032
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros JV Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	1 100 489	1 100 489
Ativos financeiros JV Reservas	202 012	306 655	1 068 764	860 448	4 811 176	4 968 019	3 888 060	11 182 577	27 287 710	
Ativos financeiros custo amortizado	1 117 042	901 986	493 522	2 500 000	196 036	-	-	427 485	5 636 070	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	68 969	184 777	600 046	1 992 642	-	-	37 021	1 006	2 884 460	
Total do Ativo	3 413 054	1 393 418	2 162 331	5 353 090	5 007 212	4 968 019	3 925 082	12 711 556	38 933 761	
Passivo										
Outros passivos financeiros	-	-	5 837 041	-	-	-	-	-	-	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	440 748	-	268 672	3 574 792	-	-	-	53 019	4 337 230	
Total do Passivo	440 748	-	6 105 712	3 574 792	-	-	-	53 019	10 174 270	
Total da Posição Líquida	2 972 306	1 393 418	(3 943 381)	1 778 298	5 007 212	4 968 019	3 925 082	12 658 537	28 759 490	

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco do Grupo incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que o Grupo se encontra exposto ao risco de crédito são:

- (i) parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro;
- (ii) parte dos resseguradores nos custos com sinistros;
- (iii) valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro;
- (iv) valores a receber de mediadores de seguro, e
- (v) risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O Grupo procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição a risco de crédito apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 626 905	-	1 626 905
Ativos financeiros JV Reservas	30 911 713	-	30 911 713
Ativos financeiros JV Resultados	1 339 267	-	1 339 267
Ativos financeiros custo amortizado	5 452 537	37 546	5 414 991
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 225 259	1 227 309	1 997 950
Total do Ativo	42 555 681	1 264 855	41 290 826

(valores em euros)

	31-dez-2024		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 025 032	-	2 025 032
Ativos financeiros JV Reservas	27 287 710	-	27 287 710
Ativos financeiros JV Resultados	1 100 489	-	1 100 489
Ativos financeiros custo amortizado	5 643 934	7 864	5 636 070
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4 145 580	1 261 121	2 884 459
Total do Ativo	40 202 745	1 268 984	38 933 760

A decomposição por antiguidade dos recibos por cobrar, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025							Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	
Acidentes de trabalho	55 956	77 941	260 393	157 831	108 963	403 421	(907 083)	157 422
Acidentes pessoais	26 321	12 477	18 141	8 998	2 197	62 406	(104 223)	26 318
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	135	-	404	(198)	341
Multirriscos	250	2 745	188	-	223	2 271	(3 091)	2 586
Marítimo	3 171	48 739	37 604	18 665	14 711	79 673	(106 976)	95 585
Total	85 698	141 901	316 326	185 629	126 094	548 175	(1 121 571)	282 252

(valores em euros)

	31-dez-2024							Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	
Acidentes de trabalho	75 930	72 121	245 527	165 109	108 051	374 823	(910 369)	131 193
Acidentes pessoais	2 229	9 985	19 841	10 314	15 226	65 795	(102 208)	21 182
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	135	-	270	(149)	256
Multirriscos	212	1 654	-	-	151	2 271	(2 862)	1 428
Marítimo	6 125	48 962	48 857	54 275	60 445	23 784	(123 766)	118 682
Total	84 496	132 723	314 225	229 833	183 874	466 943	(1 139 353)	272 740

No âmbito do cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IFRS 17 – Contratos de Seguro, e em particular do parágrafo 131 (b), a Mútua dos Pescadores divulga informação relativa à qualidade de crédito dos contratos de resseguro mantidos que sejam reconhecidos como ativos.

A avaliação da qualidade de crédito é efetuada com base nas notações (“ratings”) atribuídas por agências de notação de risco de reconhecida idoneidade, constituindo um indicador relevante da solidez financeira das contrapartes de resseguro.

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos ativos de contratos de resseguro mantidos por classe de rating, à data de relato.

(valores em euros)

Rating Resseguradores			
Ressegurador	Rating	Agência	31-dez-2025
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE	A+	AM BEST	14 618
MAPFRE RE	A+	AM BEST	6 301
SCOR GLOBAL LIFE SE	A	AM BEST	20 846

Risco operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas resultantes de procedimentos internos inadequados ou deficientes, do pessoal, dos sistemas ou ainda de eventos externos.

Está associado assim a eventos como fraudes, falhas de sistemas, não cumprimento de normas e regras estabelecidas, falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio, entre outros.

O objetivo do Grupo é de gerir riscos operacionais assim como equilibrar e evitar perdas financeiras e danos à reputação com relação a custo-eficácia e evitar procedimentos de controlo que restrinjam iniciativas e criatividade.

Risco de Seguro

Divulgação sobre os sinistros efetivos e comparação com estimativas anteriores da quantia não descontada dos mesmos (IFRS17.130):

(valores em euros)

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (NÃO DESCONTADA E EXCLUINDO PENSÕES DO RAMO AT) RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS				
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31-dez-2024 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31-dez-2025 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	2 262 993	1 050 978	1 115 501	(96 514)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	36 783	26 866	6 246	(3 671)
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	5 381 169	1 101 364	4 273 570	(6 235)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
Total	7 680 945	2 179 208	5 395 317	(106 420)
Total Geral	7 680 945	2 179 208	5 395 317	(106 420)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O Risco Específico de Seguros que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de aprovisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Stress	Cenários	Impacto no Capital Próprio
Longevidade	Redução de 20% das taxas de mortalidade usadas nas provisões técnicas AT Vida	(649 679)
Despesas	Aumento de 10 % do montante das despesas consideradas nas provisões técnicas AT Vida	(73 425)
Revisão	Aumento de 4% do montante das pensões que podem ser revistas (AT Vida)	(377 249)
LIC sem ajustamento de risco	Descida de 0,5% na curva de taxa de juro em todas as maturidades (Global)	(728 401)

A análise de sensibilidade aplicada no risco de seguros – responsabilidades vida (longevidade, despesas e revisão) segue o normativo aplicável ao cálculo de risco de prémios e reservas no âmbito da Solvência II.

O Grupo no âmbito do seu sistema de gestão de risco e controlo interno formalizou em documento específico a sua política de conceção e aprovação de produtos de seguro. Realçamos:

No Desenho de Produtos (novo produto)

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarifação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro. Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

- O enquadramento nos vetores estratégicos definidos pelo Grupo;
- A identificação do público-alvo e das suas necessidades;
- A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;
- A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto;
- Estabelecimento de limites de subscrição;
- Estabelecimento de tarifa de acordo com o risco e/ou do conhecimento do mesmo;
- E o seu enquadramento na política de resseguro do Grupo.

i. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)

O risco aparece relacionado com a seleção dos riscos a segurar e com a respetiva relação com o nível de prémios a praticar, apresentando-se os seus princípios como segue:

- Dispor de um normativo alinhado com os vetores estratégicos definidos pelo Grupo e com os Tratados de Resseguro;
- Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;
- Tarifar o risco de acordo com as normas internas e em consonância com os manuais tarifários;
- Proceder a uma correta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social; e
- Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente, e por ramo, a política apresenta-se como segue:

Acidentes de trabalho

- Tarifário definido por código de atividade económica (CAE), com tarifário individualizado para os CAE da Pesca, nomeadamente, pesca em águas interiores, pesca local, pesca do cerco, pesca do arrasto e pesca marítima;
- Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos “plafonds” para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Comercial e para o Diretor Técnico;
- A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer atividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.

Acidentes pessoais

- Tarifário definido consoante o risco da atividade (riscos profissionais e/ou extraprofissionais);
- Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Comercial e para o Diretor Técnico.

Multiriscos

- Tarifário definido para os “riscos base” de cada uma destas coberturas, para os “riscos superiores” de cada uma das coberturas bem como para as coberturas complementares;
- Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores. Aceitação condicionada de Riscos Industriais, com política de restrição desta aceitação;
- Limites de subscrição estabelecidos por capital e risco.

Marítimo

- A aceitação do risco é precedida do conhecimento do Proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, da análise da necessidade de vistoria à embarcação, análise do montante de capital a segurar, a idade da embarcação e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem;
- Dentro do tarifário e das regras definidas em norma interna há competência da rede externa para a aceitação do risco;
- Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

ii. Risco de prémio

- O risco dos prémios respeita ao montante do mesmo não ser suficiente para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (subtarifação). A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise são tomados em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afetos aos vários ramos;
- É feito um teste de onerosidade por grupo de contratos através da análise de rácios combinados que incluem os prémios adquiridos, os gastos atribuíveis a contratos de seguros e os custos com sinistros em ambiente IFRS17, através do qual se conclui pela inexistência de qualquer onerosidade associada aos grupos de contratos de seguro vigentes.

iii. Risco de provisionamento

- Corresponde ao risco de a empresa efetuar um provisionamento de responsabilidades inadequado;
- No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno o Grupo formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento;
- A sua monitorização é efetuada pela Função Atuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos atuariais.

iv. Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos. No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno o Grupo formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros. O Diretor Técnico e por suas

instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respetivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efetuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação. Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante às assistências vitalícias, critérios objetivos para a sua identificação e evolução.

v. Resseguro

Com o objetivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, o Grupo celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora, apresentando os seguintes tipos de tratado de resseguro, por ramo:

Ramos Não Vida	Tipo de Resseguro
Acidentes de trabalho	Não proporcional
Acidentes Pessoais	Não proporcional e proporcional
Incêndio e outros danos	Proporcional
Marítimo	Não proporcional e proporcional

Encontra-se formalizado em documento específico a sua política de resseguro.

Comportamento da carteira de Não Vida:

Os rácios de sinistros, despesas e combinado são apresentados como se segue:

	AT		AP		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		GLOBAL	
	31-dez-25	31-dez-24	31-dez-25	31-dez-24	31-dez-25	31-dez-24	31-dez-25	31-dez-24	31-dez-25	31-dez-24	31-dez-25	31-dez-24
Gastos com contratos Seguro / Réditos Contratos Seguro	75,32%	77,86%	73,77%	73,66%	24,30%	31,85%	160,15%	62,69%	81,37%	131,01%	78,89%	93,37%
Custos com sinistros/ Réditos Contratos Seguro	51,83%	51,40%	51,70%	45,11%	0,00%	0,00%	138,14%	37,15%	58,18%	104,61%	55,65%	66,74%
Gastos atribuíveis / Réditos Contratos Seguro	23,50%	26,45%	22,07%	28,55%	24,30%	31,85%	22,01%	25,54%	23,19%	26,40%	23,23%	26,63%

NOTA 43 GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo privilegia a manutenção de rácios de solvabilidade sólidos, sendo os principais indicadores de uma situação financeira estável. O Grupo gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento da Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que o Grupo dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2025. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2025 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado nos termos do normativo aplicável.

NOTA 44 COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

As garantias concedidas pela Mútua apresentam-se como segue

(valores em euros)

31-dez-2025		
Garantia bancária	Beneficiário	Montante
Millennium BCP	Petrogal	6 210
BBVA	Tribunal Trabalho Matosinhos	44 892
Millennium BCP	Município de Sines	28 751

NOTA 45 EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As entidades incluídas na consolidação, são a empresa-mãe Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L. e a subsidiária Ponto Seguro – Empresa Mediadora de Seguros, S.A., cujo capital social é detido a 100% pela primeira. O método de consolidação utilizado é o Método da Consolidação Integral.

As remunerações do pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2025, o montante anual das remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração, demais pessoas que dirigem efetivamente a empresa e pelos membros dos órgãos de fiscalização, nos termos do parágrafo 17 da NIC 24, foi o seguinte:

Conselho de Administração 206.263 euros	João Paulo Quinzico Delgado	43 572
	Álvaro José Rocha Bota Guia	17 184
	Arsénio Marques Caetano	16 434
	Jerónimo Gomes Viana	16 434
	Joaquim Manuel Simplício Anacleto	33 950
	Renato José Rigueira Rodrigues*	2 250
	Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim	16 434
	Sara Maria Paeta da Costa Domingues**	60 005
Comité de Gestão 246.042 euros	Ana Teresa Vicente Custódio de Sá***	76 194
	Sara Maria Paeta da Costa Domingues*	16 367
	Carlos Alberto Sousa Garcês	71 935
	Carlos Alberto Fernandes Moreira	49 203
	Sandra Isabel Pinto Louro**	32 342
Conselho Fiscal 7.812 euros	M ^a Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda	2 328
	Isabel Graça Tavares Hora Custodinho**	1 440
	Jorge Serafim Silva Abrantes**	1 152
	Ana Cristina Trigueiros Rosa	1 590
	Pedro Jorge Ferreira de Moura	1 302

* até março 2025

** após abril 2025

*** até outubro 2025

Ponto Seguro		
Conselho de Administração 91.337 euros	Vasco Hernandez Pinheiro	75 305
	José Joaquim Salvado Mesquita	16 032

NOTA 46 EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Nos termos da IAS 10 – Eventos após o período de relato, o Grupo analisou os acontecimentos ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e a data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras.

Em 27 de janeiro de 2026, a Ponto Seguro realizou a escritura de aquisição do imóvel sito na Av. D. João VI, n.º 135 e 137, em Olhão pelo valor de 175.000 euros, cujo adiantamento de 75.000 euros já estava registado contabilisticamente desde 2024.

Em janeiro de 2026, a tempestade “Kristin” afetou o território português, originando danos materiais relevantes. Tratando-se de um evento decorrente de condições surgidas após a data do balanço, o mesmo constitui um evento subsequente que não dá origem a ajustamentos, não tendo sido reconhecido qualquer impacto nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos da IFRS 17 – Contratos de Seguro, quaisquer responsabilidades por sinistros associados a este evento serão reconhecidas no exercício de 2026, incluindo os efeitos em contratos de resseguro detidos.

À data da apresentação destas demonstrações financeiras, encontram-se em curso os seguintes processos de participação relacionados com o evento:

(valores em euros)

Ramo / Modalidade	Nº de sinistros participados	Indemnizações pagas	Provisões constituídas (não pagas)
Incêndio e Outros Danos	49	43 317	139 631
Habitação	42	39 312	122 331
Comércio e Indústria (Danos Materiais)	7	4 005	17 300
Marítimo	9	241	59 450
Total	58	43 557	199 081

A Administração encontra-se a monitorizar a evolução da situação, incluindo os efeitos ao nível da liquidez, posição de capital e cobertura de resseguro.

A Administração concluiu que o referido acontecimento não coloca em causa o pressuposto da continuidade das operações.

NOTA 47 OUTROS ASSUNTOS

O Revisor Oficial de Contas, para além do serviço de Revisão Legal de Contas, prestou os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentação em vigor:

- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos Termos da alínea do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre outros assuntos identificados no âmbito do trabalho efetuado nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Relatório Sobre a Avaliação das Políticas de Remunerações (n.º 5 do artigo 118.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril);

- Relatório Sobre a Avaliação da eficácia em matéria de Conduta de Mercado (n.º 5 do artigo 22.º da Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, de 07 de junho);
- Relatório relativo aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude nos seguros (n.º 3 do artigo 36.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 31 de maio);
- Os honorários da Oliveira, Reis e Associados, SROC, relativos ao exercício de 2025 ascenderam a 52.000 euros (a acrescer IVA), dos quais 42.500 euros relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 9.500 euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

O Contabilista Certificado n.º 31942

António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente)
Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente)
Arsénio Marques Caetano
Jerónimo Gomes Viana
Joaquim Manuel Simplício Anacleto
Sara Maria Paeta da Costa Domingues
Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Aos cooperadores da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação das Contas Consolidadas, MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L./PONTO SEGURO – Mediação de Seguros, SA. preparadas pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício de 2025.

2. Vivemos tempos de grande instabilidade e incerteza. A situação internacional sofreu um substancial agravamento. O impacto humanitário e geopolítico causado pelos múltiplos conflitos armados que persistem em continuar, guerra na Ucrânia, no Médio Oriente, África, Ásia, traduz-se em milhares de mortes, feridos, destruição de infraestruturas, deslocação de populações, instabilidade dos mercados financeiros, inflação e do investimento. Projeções do BdP apontaram para, 2025, um crescimento da economia de 2%, inflação 2%. No plano interno da Mútua dos Pescadores, em 2025, alguns factos importantes ocorreram, eleições para os órgãos sociais, mandato 2025 – 2028, mudanças na estrutura organizacional da cooperativa, consolidação da adaptação e implementação dos normativos internacionais contabilísticos, criação de medidas de segurança face aos ciber ataques aos sistemas de informação.

3. O Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas acompanhou, durante o exercício, a atividade e gestão da Mútua dos Pescadores em todas as matérias do seu âmbito de competências e informação sobre a actividade da Ponto Seguro desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Examinámos os registos e documentos de suporte das contas consolidadas, analisámos o Relatório de Gestão, a Demonstração da posição financeira (Balção), a Demonstração de Resultados (Conta de Ganhos e Perdas), a Demonstração das variações no capital próprio, a Demonstração do rendimento Integral e as Notas às Demonstrações Financeiras consolidadas. Apreciámos e tomamos em consideração a Certificação Legal das Contas emitida pelos auditores externos, sem reservas ou ênfases, obtendo, sempre, todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer e tanto quanto é do nosso conhecimento consideramos terem sido, as Demonstrações Financeiras Consolidadas, elaboradas em conformidade com as normas legais e contabilísticas vigentes.

4. As contas consolidadas do Grupo Mútua apresentam, em 2025, um Ativo Líquido de 59 756 632€, um Passivo de 38 232 762€ e Capital Próprio de 21 523 870€. O Resultado líquido do exercício consolidado após impostos é 1 650 446€, resultado consolidado idêntico ao resultado individual da Mútua pelo facto do Resultado Líquido da Ponto Seguro ser uma componente do Capital Próprio da Mútua, já incorporado no valor da

participação e depois dos devidos ajustamentos em conformidade com as IFRS's em vigor e das transações entre empresas.

5. Parecer

Face ao que antecede e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2025 tal como foram apresentados pela Administração;

6. O Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 19 de maio de 2026

O CONSELHO FISCAL

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Presidente

Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal

Pedro Jorge Ferreira de Moura, Vogal



JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMANTE RASQUILHA
MÓNICA SOFIA CUNHA

**OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. (o Grupo), que compreendem demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 59.756.632 euros e um total de capital próprio de 21.523.870 euros, incluindo um resultado líquido de 1.650.446 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 8

me

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matricula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
8.º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO · CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE · NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos Ativos Financeiros (incluindo o reconhecimento das perdas por imparidade) (Divulgações relacionadas com Ativos Financeiros nas notas 2.4.2, 6, 7, 8, 18, 23, 31, 32, 33, 34, 35, 40 e 41 das notas anexas às demonstrações financeiras).	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>As demonstrações financeiras do Grupo, em 31 de dezembro de 2025, incluem no seu balanço instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros, no montante de 37.665.971 euros (34.024.269 euros em 31 de dezembro de 2024).</p> <p>Estes ativos representam cerca de 63% do ativo em 31 de dezembro de 2025 (cerca de 61% do ativo em 31 de dezembro de 2024) e incluem a rubrica mais significativa do Grupo (Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Reservas).</p> <p>A mensuração dos ativos financeiros (incluindo a determinação das perdas por imparidade) encontra-se ao justo valor, de acordo com as políticas contabilísticas detalhada na nota 2.4.2 das notas anexas às demonstrações financeiras.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para auditoria, teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado à determinação da respetiva valorização, incluindo perdas por imparidade dos ativos financeiros.</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar os ativos financeiros disponíveis para venda incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Análise da movimentação do período, e reconciliação dos mapas técnicos com os registos contabilísticos; • Teste à valorização da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir a razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo; • Teste ao modelo de perdas esperadas, incluindo análise de sensibilidade a pressupostos significativos; • Aferição e avaliação quanto à exposição a títulos com origem a países onde existam conflitos em curso; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Valorização dos Terrenos edifícios de uso próprio e de rendimento (Divulgações relacionadas com valorização dos terrenos edifícios de uso próprio e rendimento apresentadas nas notas 2.4.4, 2.4.5, 2.4.8, 9, 10, 18, 23, 31, 32 e 35 anexas às demonstrações financeiras).	
<p align="center">Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</p> <p>O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2025, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 4.810.086 euros e 5.900.674 euros, respetivamente (4.495.564 euros e 5.711.207 euros em 31 de dezembro de 2024).</p> <p>O Grupo utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo de mercado, pelo método do custo de reposição e pelo método de rendimento.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos avaliadores externos.</p>	<p align="center">Síntese da abordagem de auditoria</p> <p>Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram, entre outro, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Avaliação de metodologias de valorização de imóveis; • Avaliação dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis; • Avaliação da competência dos avaliadores externos; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Valorização dos Passivos de Serviços Passados de Contratos de Seguro (Divulgações relacionadas com passivos de serviços passados de contratos de seguro apresentadas nas notas 2.4.1, 19, 27 e 42 anexas às demonstrações financeiras).	
<p align="center">Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</p> <p>Os passivos de serviços passados de contratos de seguros apresentam-se como a responsabilidade mais significativa do Grupo, ascendendo a 23.542.880 euros em 31 de dezembro de 2025 (23.095.158 euros em 31 de dezembro de 2024).</p> <p>Os ativos de serviços passados de contratos de seguros apresentam uma menor expressão, contudo material, ascendendo a 5.645.938 euros em 31 de dezembro de 2025 (4.933.181 euros em 31 de dezembro de 2024).</p> <p>A valorização destes montantes envolve um julgamento significativo por parte do órgão de gestão, incluindo estimativas contabilísticas identificadas como tendo uma elevada incerteza de estimativa.</p> <p>As alterações nos pressupostos atuariais utilizados na determinação destes montantes podem conduzir a impactos materiais no cálculo dos passivos e ativos de serviços passados de contratos de seguros.</p>	<p align="center">Síntese da abordagem de auditoria</p> <p>Os procedimentos efetuados para validar a responsabilidade estimada dos Serviços Passados de Contratos de Seguro incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Testes efetuados às fontes de informação do Grupo; • Análise das metodologias, e pressupostos utilizados para determinação das responsabilidades tendo por referência as especificidades dos produtos do Grupo, requisitos regulamentares e práticas do setor segurador; • Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como análise de rácios de sinistralidade e cobertura; • Identificação e avaliação de pressupostos utilizados pelo Grupo nas análises atuariais; • Realização de um conjunto de testes independentes e de comparação dos resultados obtidos pelo Grupo; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com a Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos artigos 451.º, n.º 3, al. e) e 508.º- D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos Revisores Oficiais de Contas da MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez em assembleia geral de cooperadores, realizada em 20 de março de 2016 para o exercício de 2016;

- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores em 19 de março de 2017, para um segundo mandato, compreendido entre 2017 e 2020;
- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores em 26 de março de 2021, para um terceiro mandato, compreendido entre 2021 e 2024;
- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores em 20 de dezembro de 2024, para o exercício de 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo na mesma data do presente relatório;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento (EU) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Grupo os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
 - Relatório sobre a Avaliação das Políticas de Remunerações (n.º 5 do artigo 118.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril);
 - Relatório sobre a Avaliação da eficácia em matéria de Conduta de Mercado (n.º 5 do artigo 22.º da Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, de 07 de junho);

- Relatório relativo aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude nos seguros (n.º 3 do artigo 36.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 31 de maio) e ao relatório sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e à política antifraude nos termos do n.º 2 da circular da autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões n.º 1/2017.

Lisboa, 19 de maio de 2026

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Maria Balbina Cravo, ROC n.º 1428,
Registado na CMVM sob o n.º 20161038



Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.

Sede: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua n.º 57, 6.º, 7.º, 8.º - 1050-202 Lisboa

T + 351 21 393 63 00 | geral@mutuapescadores.pt

www.mutuapescadores.pt

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 16.616

Registada na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 1020, no Ramo Não Vida

NIPC 500 726 477 – Capital variável, mínimo 6 Milhões Euros